



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

SABRINA MIRANDA ARÉCO

**PASSADO E PRESENTE:
A REVOLUÇÃO FRANCESA NO PENSAMENTO DE A. GRAMSCI**

CAMPINAS
2016

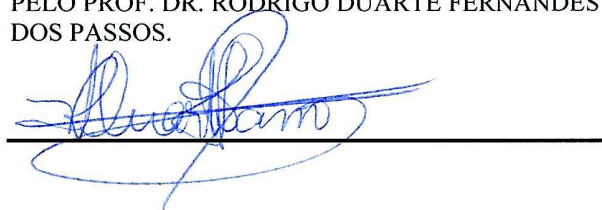
Sabrina Miranda Aréco

PASSADO E PRESENTE: A REVOLUÇÃO FRANCESA NO PENSAMENTO DE A. GRAMSCI

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Supervisor/Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA SABRINA MIRANDA ARÉCO, E ORIENTADA PELO PROF. DR. RODRIGO DUARTE FERNANDES DOS PASSOS.



CAMPINAS

2016

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): FAPESP, 11/12494-2

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

Ar31p Aréco, Sabrina Miranda, 1980-
Passado e presente : a Revolução Francesa no pensamento de A. Gramsci
/ Sabrina Miranda Aréco. – Campinas, SP : [s.n.], 2016.

Orientador: Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Gramsci, Antonio, 1891-1937. 2. Ciência política. 3. Jacobinos - França -
História. 4. Comunismo - Europa - História. 5. França - História - Revolução,
1793-1794. I. Passos, Rodrigo Duarte Fernandes dos. II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Past and present : the French Revolution in the thought of A. Gramsci

Palavras-chave em inglês:

Political science

Jacobins - França - History

Communism - Europe - History

French - History - Revolution - 1793-1794

Área de concentração: Ciência Política

Titulação: Doutora em Ciência Política

Banca examinadora:

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos [Orientador]

Alvaro Gabriel Bianchi Mendez

Anita Helena Schlesener

Leandro de Oliveira Galastri

Renê José Trentin Silveira

Data de defesa: 29-03-2016

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Doutorado composta pelos professores doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 29 de março de 2016, considerou a candidata Sabrina Miranda Aréco aprovada.

Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos
Prof. Dr. Alvaro Gabriel Bianchi Mendez
Prof. Dr. Anita Helena Schlesener
Prof. Dr. Renê José Trentin Silveira
Prof. Dr. Leandro de Oliveira Galastri

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica da aluna.

Ao meu sobrinho e minha sobrinha.

AGRADECIMENTOS

A realização dessa tese dependeu do suporte de diferentes instituições públicas. Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela concessão de bolsa de doutorado no país (Processo número: 2011/12494-2) e bolsa de estágio no exterior (Processo número: 2013/17005-5). Agradeço também a CAPES e o CNPQ, que concederam bolsa de doutorado entre 2011 e 2012, e ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política do IFCH/UNICAMP. Presto meu reconhecimento ao Programa citando Camila Magalhães e Priscila Gartier, secretárias da pós-graduação.

Esse trabalho de pesquisa contou com a enorme contribuição dos docentes do programa. Faço menção especial à Rachel Meneguello, com quem cursei a disciplina de Metodologia de Pesquisa em Ciência Política. A disciplina permitiu que eu compreendesse melhor a trajetória da disciplina de Ciência Política, assim como tecer as relações da minha pesquisa com o conjunto do conhecimento acumulado nesse domínio. Além disso, ela fez uma leitura cuidadosa do meu projeto, que muito contribuiu com o seu desenvolvimento posterior.

Ainda no âmbito da UNICAMP e da minha formação durante o doutorado, destaco a contribuição de Alvaro Bianchi. Participar de seu grupo de pesquisa, Marxismo e Pensamento Político, foi fundamental. A pesquisa é bastante tributária das discussões no grupo, com quem pude aprender sobre metodologia e formas de abordagem do pensamento político. Que talvez eu não tenha conseguido mobilizar na tese esse conhecimento da forma mais satisfatória, deve ser visto como produto das limitações da pesquisadora e não do grupo. Limitações essas que são, em parte, próprias de um trabalho individual e que atestam que a pesquisa caminha melhor e mais rápido quando partilhada e tendo o diálogo como premissa.

Faço menção à importante contribuição de Serge Wolikow, que me recebeu na *Maison des sciences des'hommes* e *Centre Georges Chevrier* (Dijon-França) durante meu estágio. O debate com historiadores foi fundamental. Assim, além de Wolikow, destaco a contribuição da disciplina que cursei com Jean Vigreux, no Departamento de História da *UFR Sciences Humaines et Sociales/Université de Bourgogne*. As discussões e trocas acadêmicas com Jean-Numa Ducange também

devem ser mencionadas. Destaco ainda a importante contribuição de Angelo D'Orsi e de seu curso ministrado no IFCH/UNICAMP.

Agradeço imensamente a Rodrigo Passos, meu orientador. Para além das contribuições teóricas, ele foi essencial no estímulo ao trabalho de pesquisa, atencioso na leitura dos textos e sempre pronto ao diálogo.

Tive a imensa sorte de encontrar pelo caminho diversas pessoas que tornaram o doutorado (e a vida) menos árduos. Primeiro, agradeço a delicadeza e seriedade intelectual de Luciana Aliaga. De colega de pesquisa à amiga *für ewig* (tomando de empréstimo a expressão do nosso Gramsci). Sempre aprendo com ela, e não apenas sobre Gramsci.

Patrícia Lemos e Maíra Bichir, agradeço pelas ricas trocas acadêmicas e pela coragem de compartilhar também os anseios e as dúvidas, ajudando a humanizar o ambiente universitário. Sydnei Melo, Raphael Machado, Vitor Sandes e Daniela Vieira: por meio de interações sempre estimulantes e agradáveis, fizeram como que me sentisse parte do IFCH. Na minha estadia na França, me senti menos estrangeira ao encontrar Liz, Sarah e Mireia. *Merci les filles!* E muito obrigada Humberto Meza, pela acolhida em Barão Geraldo e por me colocar junto aos seus amigos. Agradeço também a Rayanne pelos cafés compartilhados. Agradeço a Antoine pela 1° Suíte para violoncelo.

Pai, mãe, Karol e Vitinho: são vocês que me fazem lembrar que tenho muito de onde eu vim em mim. Muito de vocês em mim, portanto, não importa quão longe eu esteja. Evandro Anselmo também foi parte importante desse meu processo e não poderia (e não gostaria) jamais de deixar de mencionar e agradecer.

Natacha Leal: ajudou-me a decifrar, pelo menos um pouco, os códigos da metrópole e da academia. Boa antropóloga que é, consegue entender e explicar as convenções e ritos que nos cercam. Obrigada por ter me escolhido para estar por perto. Menção honrosa ao Gigio: valeu camarada! À Ritinha agradeço por me ajudar a encontrar leveza na vida, através da amizade, música e cinema.

*“Ah ! ça ira, ça ira, ça ira,
Nous n’avions plus ni nobles, ni prêtres,
Ah ! ça ira, ça ira, ça ira,
L’égalité partout régnera.
L’esclave autrichien le suivra [...]” (domínio público – 1790)*

*“Je doute, je pense, donc je suis.
Ah! Ça ira, ça ira, ça ira, ça fait deux cents ans qu'on
attend ça.
Force est de constater à travers nos yeux de banlieusards
éclairés
Que les avions charters tendent a remplacer les bateaux
negriers” (KABAL, 1997)*

RESUMO

A tese trata da análise da Revolução Francesa feita por Antonio Gramsci considerando desde de seus primeiros escritos (1910) até os *Quaderni del carcere*, redigidos entre os anos de 1927-1935 durante a prisão sob o regime fascista de B. Mussolini. Entender a leitura da Revolução Francesa em Gramsci perpassa por situar as divergências e debates do campo historiográfico e, também, a mobilização que se fazia do passado na esfera mais propriamente política. É preciso considerar a persistência no vocabulário do começo do século XX de termos que remetem à Revolução do século XVIII, como Terror, Ano II, jacobinismo, entre outros, e as comparações que foram estabelecidas entre passado e presente sobretudo a partir de 1917. Nos primeiros escritos, Gramsci tratou da França revolucionária como paradigma e origem da modernidade política, mas recusava integralmente a fase jacobina da Convenção (1793-1794). Entre 1917-1918, ao tratar do tema, voltou sua atenção à historiografia francesa, em especial Albert Mathiez, e iniciou uma “reabilitação” dos jacobinos históricos e, a partir de 1921, tratou-os de forma positiva até sua re-elaboração como categoria teórica-analítica nos *Quaderni*. A Revolução Francesa, assim, será tratada nos últimos escritos como um longo processo de construção da hegemonia na França e o partido jacobino como essencial para a conformação do Estado nacional e do “povo” francês, por ter amalgamado campo e cidade. A categoria de jacobinismo está vinculada à reflexão sobre a estratégia política das classes subalternas e foi incorporada ao léxico gramsciano após o processo intelectual de maturação estimulado pela Revolução Russa e desenvolvido no período carcerário, quando passou a compor o núcleo central de sua teoria política.

Palavras-chave: Antonio Gramsci. Revolução Francesa. Ciência Política - Teoria (século XX). Marxismo.

ABSTRACT

The thesis analysis the French Revolution's lecture made by Antonio Gramsci considering since his early writings (1910) to the Quaderni del carcere, written between the years 1929-1935 during the prison under the fascist regime of B. Mussolini. Understand the reading of the French Revolution in Gramsci permeates the place of historiography disagreements and debates and also the mobilization that was last in the sphere more specifically political. One must consider the persistence at the beginning of the twentieth century vocabulary of terms that refer to the eighteenth century Revolution as Terror, Year II, Jacobinism, among others, and comparisons were made between past and present mainly from 1917. In early writings, Gramsci treated revolutionary France as a model and source of political modernity but refused to fully Jacobin phase of the Convention (1793-1794). Between 1917-1918, to address the issue, turned his attention to the French historiography, especially Albert Mathiez, and began a "rehabilitation" of the historic Jacobins and, from 1921, he treated them in a positive way to his re-elaboration as theoretical-analytical category in Quaderni. The French Revolution thus will be dealt with in the past written as a long process of bourgeois hegemony of construction in France and the Jacobin party as essential for shaping the national state and the "people" French for having amalgamated city and country. The Jacobinism category is bound to reflect on the political strategy of the subaltern classes and was incorporated into the Gramscian intellectual lexicon after the maturation process stimulated by the Russian Revolution and developed in the prison period when he started to compose the core of his political theory.

Keywords: Antonio Gramsci. French Revolution. Political Science - Theory. French - History - Revolution - 1793-1794.

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS NAS CITAções

AF	<i>Action française</i> [Ação Francesa]
CGL	<i>Confederazione Generale del Lavoro</i> [Confederação Geral do Trabalho]
IC	Internacional Comunista
KOMINTERN	<i>Kommunistische Internationale</i> [Terceira Internacional]
NEP	<i>Novaya Ekonomicheskaya Politika</i> [Nova Política Econômica]
PCd'I	<i>Partito Comunista d'Italia</i> [Partido Comunista da Itália]
Pd'A	<i>Partito d'Azione</i> [Partido da Ação]
POF	<i>Parti ouvrier français</i> [Partido operário francês]
PSI	Partido Socialista Italiano
SFIC	<i>Section française de l'Internationale communiste</i> [Seção Francesa da Internacional Comunista]
SFIO	<i>Section Française de l'Internationale Ouvrière</i> [Seção Francesa da Internacional Operária]
SPD	<i>Sozialdemokratische Partei Deutschlands</i> [Partido social-democrata alemão]

Escritos de Gramsci

CF: La città futura 1917-1918, a cura di Sergio Caprioglio, Einaudi, Torino 1982.

CPC: La costruzione del Partito comunista 1923-1926, Einaudi, Torino 1971.

CT: Cronache torinesi 1913-1917, a cura di Sergio Caprioglio, Einaudi, Torino 1980.

EP1: Escritos políticos 1910-1920, organizado por Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.

EP2: Escritos políticos 1921-1920, organizado por Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.

LC: Lettere dal carcere. A cura di Sergio Caprioglio e Elsa Fubini. Torino: Einaudi, 1965.

NM: Il nostro Marx 1918-1919, a cura di Sergio Caprioglio, Einaudi, Torino 1984.

ON: L'Ordine Nuovo 1919-1920, a cura di Valentino Gerratana e Antonio A. Santucci: Torino: Einaudi, 1987.

Q: Quaderni del carcere, edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana, Einaudi, Torino 1975.

SF: Socialismo e fascismo. L'Ordine Nuovo 1921-1922, Einaudi, Torino 1966.

SP: Scritti politici, a cura di Paolo Spriano, Editori Riuniti, Roma 1973 (3 v.).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
ESTADO, PARTIDO, CLASSES	21
POLÍTICA E HISTÓRIA: JACOBINOS DO SÉCULO XVIII.....	26
HISTÓRIA E POLÍTICA: HISTORIOGRAFIA DA REVOLUÇÃO	27
 1. A REVOLUÇÃO FRANCESA E O NACIONAL MODERNO	
(1910-1917)	35
1.1 DO PAPEL DA CULTURA: ILUMINISMO E REVOLUÇÃO FRANCESA ...	42
1.2 SENTIDOS E FORMAS DO JACOBINISMO (SÉCULO XVIII-XX).....	49
1.2.1 <i>Jacobinos e jacobinismo na França</i>	51
1.2.2 <i>Jacobinos e jacobinismo na Península Itálica</i>	53
 2. AS DUAS REVOLUÇÕES E O ADENSAMENTO DA ANÁLISE HISTÓRICA	
(1917-1918)	59
2.1 O JACOBINISMO E SEU CONTRÁRIO	61
2.2 ANTONIO GRAMSCI E ALBERT MATHIEZ	69
 3. A NOVA ORDEM E A REVOLUÇÃO FRANCESA COMO AUSÊNCIA	
(1919-1920)	81
3.1 DO ESTADO NACIONAL AO ESTADO <i>IN NUCE</i>	86
3.2 JAURÈS, MATHIEZ E GRAMSCI.....	99
3.2.1 <i>Michelet e Marx</i>	100
3.2. 2 <i>Robespierre e Lênin</i>	106
3.3 O JACOBINISMO COMUNISTA (1921-1926)	116
 4. A REVOLUÇÃO FRANCESA E O JACOBINISMO NOS QUADERNI	
(1927-1935)	139
4.1 JACOBINISMO ÀS AVESSAS: MAURRAS E A <i>ACTION FRANÇAISE</i> ...	142
4.2 JACOBINISMO DE CONTEÚDO: POLÍTICA E ECONOMIA.	155
4.2.1 <i>Classe universal</i>	157
4.2.2 <i>Revolução mundial</i>	164

4.2.3 A Revolução francesa como uma mentalidade	166
4.3 HISTÓRIA E ANTI-HISTÓRIA	169
4.4 A LONGA REVOLUÇÃO: H. DE BALZAC NOS <i>QUADERNI</i>	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	186

INTRODUÇÃO

O filósofo Croce escreveu [...] que a “história” é sempre, e não pode não ser sempre, “contemporânea”. Um fato passado, para ser história e não simplesmente sinal gráfico, documento material, instrumento mnemônico, deve ser repensado e nesse repensar se contemporiza, uma vez que a reavaliação, a ordem que é dada aos seus elementos constitutivos, depende necessariamente da consciência “contemporânea” daquele que faz a história também passada, de quem repensa o fato passado. O filósofo Croce tem razão, indubitavelmente (GRAMSCI, 1982, p. 631, grifo do ¹ autor).

Aqueles que se voltam ao passado o fazem a partir do presente. A conhecida formulação de Benedetto Croce citada por Gramsci no artigo de 1918 refere-se à teoria da história e da historiografia. Trata-se de reconhecer que a atividade de elaboração e sistematização dos amorfos dados do passado depende da mediação de um indivíduo que não pode ser senão um homem de seu tempo. Ser parte do tempo presente, isto é, da “consciência contemporânea”, significa que o contexto social, político e cultural no qual se produz a história tem implicações nessa produção.

Mais tarde, nos *Quaderni del carcere*, Gramsci irá acentuar que essa afirmação de Croce é válida, mas somente como ponto de partida. Se a produção historiográfica é uma atividade intelectual realizada por indivíduos concretos e que participam de uma “consciência contemporânea”, por consequência toda história é política. Todo político é também historiador, “não somente no sentido de que faz a história, mas no sentido que operando no

1

La barba e la fascia [A barba e a faixa], “*Avanti!*”, 5 de fevereiro de 1918. CF.

presente interpreta o passado” (Q.10, §2, p. 1242).² Para Gramsci, o político se amálgama com o passado, da mesma maneira que o historiador com a política.

O tema dessa tese é a Revolução Francesa nos escritos gramscianos desde os primeiros textos da década de 1910 até os *Quaderni del carcere* (1927-1935). A leitura de A. Gramsci sobre o tema é marcada por sua experiência no “mundo grande e terrível” (a expressão é do marxista italiano), que vivenciou a I Guerra Mundial e a ascensão do nacionalismo fascista. O século XVIII francês foi tratado, portanto, em um momento histórico na qual a civilização francesa era celebrada como uma justificativa para os conflitos bélicos e a colonização. As ideias-força de Nação e pátria, por sua vez, eram fortemente tributárias da política e filosofia vinculadas à história da França. É preciso também considerar que, ao menos inicialmente, Gramsci falava a partir de uma perspectiva “italiana” acerca do país vizinho.

Mas foi também no século XX que ocorreu a Revolução de 1917 na Rússia, colocando aos militantes políticos as expectativas e os desafios de construção de um novo Estado. A “outra revolução” foi mobilizada então com o objetivo de iluminar os eventos em curso, mas também como recurso performático, no âmbito do discurso político, e de justificativa teórica e histórica para a política dos revolucionários. Para a teoria e pensamento político, assim como para a historiografia, as duas revoluções permitiam um tipo de abordagem analógica ou comparativa que se multiplicavam na década de 1920, como mostrou Kondratieva (1998).

O “lugar” a partir do qual Gramsci tratou da França era aquele de militante do PSI (Partido Socialista Italiano) e depois fundador do PCd'I (Partido Comunista da Itália), defensor dos revolucionários russos desde os primeiros passos destes, ainda que esses movimentos chegassem ao seu conhecimento com certa demora e ele os pudesse apreender, por vezes, com pouca nitidez. O passado francês foi tratado nesse momento, por Gramsci, através de um esforço sistemático de refutar qualquer

2

Q. indica o número do caderno e § o parágrafo citado.

identidade entre os dois eventos históricos. Essa posição inicial será modificada, ao lado de uma mudança na forma de conceber o partido radical francês: quando passou a valorizar os jacobinos e o jacobinismo, pode então estabelecer aproximações entre esses e os bolcheviques.

Ao ser preso em 1926 pelo fascismo, a experiência na prisão lhe indicará um outro caminho e perspectiva de mirada.³ Envolvido em um projeto orientado por uma reflexão não mais determinada pelas atividades militantes imediatas, quer dizer, dedicado ao estudo em certa medida “desinteressado”, o passado foi considerado por meio de suas referências adquiridas em tempos anteriores: era sua cultura francófila de formação, que em certa medida testemunhava a hegemonia cultural daquele país na Itália e na Europa, que o levava a pensar a França e sua Revolução. Isso o permitiu reconhecer a persistência e a difusão de mitos e valores ligado à Revolução, ao Iluminismo e ao republicanismo, em um conjunto amplo de registros: na literatura (“alta” e de folhetim), no senso comum, no vocabulário e na prática política.⁴ *Mas, fundamentalmente, a Revolução Francesa será o dado empírico central da teoria política que formulava no cárcere.*

É possível agora indicar um dos argumentos estruturantes dessa tese: que a Revolução Francesa, nos textos redigidos no período em que esteve na prisão, não tinham como objetivo a elaboração de uma historiografia. A história lhe servia de apoio para o desenvolvimento de sua teoria política. Isso porque, em primeiro lugar, é preciso considerar que os cadernos são estimulados pela profunda unidade entre história, política – e também filosofia. Gramsci não reconheceu a “autonomia do fato histórico”, não obstante procure valorizar a sua particularidade (BURGIO, 2003, p.

3

Sobre a vida carcerária de Gramsci, remeto a Lepre (2001).

4

Como a influência francesa romântica e de Napoleão I no “super-homem” de F. Nietzsche (Q.16, §13, p. 1881); ou na recriação, pela literatura psicanalítica freudiana, do mito do “bom selvagem” como um tipo de retorno iluminista e negação, de origem rousseuniana, à civilização (Q.22, §3, p. 2148). Espalham-se pelos cadernos essa identificação da influência cultural francesa na produção intelectual italiana, e também mundial, assim como ele nota a “re-elaboração” e “reatualização” da filosofia iluminista no século XX. Esses apontamentos de Gramsci têm muitas vezes a forma de intuição ou *insights*, não plenamente desenvolvidos no texto.

15).

Em outros termos: a operação de Gramsci consiste na “concreta análise de eventos reais”, tendo como resultado uma individualização das formas históricas, tratadas então como eventos “quase únicos”, dos quais extrai “critérios práticos de interpretação histórica e política” (Q.13, §23, p. 1610). O acento recai sobre a política.

Não há conhecimento histórico desinteressado e o comportamento diante do passado será sempre político, porém, existe “um limite para esse comportamento”. A política realista deve se assentar em um sólido e “objetivo” conhecimento do passado e

O comportamento será tanto mais “imparcial”, isto é, historicamente objetivo, quanto mais elevado será o nível cultural e desenvolvido o espírito crítico, [e] o sentido de distinção. Condenando o passado em bloco não se chega a diferenciá-lo, ou ao menos as diferenciações são de caráter secundário e se exaurem em um entusiasmo declamatório (Q.3, §62, p. 341).

As relações entre história e teoria política, e o comportamento de Gramsci diante do passado, podem ser ilustradas pela forma na qual tratou das campanhas de Napoleão I (1803-1815). Ele procurou formular uma interpretação dos processos, causas e fatos, através de uma leitura historicamente “objetiva”. O marxista notará que Napoleão conduziu à vitória a burguesia integral contra a pequena burguesia jacobina (Q.15, §15, p.1773) e que a origem das campanhas e a função de Napoleão dependeu de um terreno bastante particular, a França após-1789. Foi esse terreno cultural, político e histórico preciso que o permitiu representar a unidade entre sociedade civil e militarismo “contra a Europa, primeiro para não ser sufocada, depois para construir uma hegemonia permanente francesa com tendência a formar um império universal” (Q.10, §61, p. 1358).

Após tecer toda a excepcionalidade das campanhas napoleônicas, ele aproximou “Cesar, Napoleão I, Napoleão III e Cromwell”. Esses representavam um conjunto de eventos militares que tinham em comum o fato de culminarem na atividade prática de uma grande personalidade heroica. Tais eventos serviam então

como um modelo ou forma política (o cesarismo ou bonapartismo) que “exprime uma situação na qual as forças em luta se equilibram de modo catastrófico, isto é, se equilibram de modo que a continuação da luta não pode concluir-se senão com a destruição recíproca” (Q.9, §133, p. 1194).

De uma experiência excepcional, Napoleão foi conduzido à forma ou modelo capaz de contribuir para análise não mais apenas do passado francês. Não se trata de um cânone de interpretação histórica: o bonapartismo passa a ser um modelo abstrato para interpretação da política.

A análise de Napoleão remete a outra temática de grande importância para o desenvolvimento do nosso argumento. A Revolução Francesa foi tratada por Gramsci como um evento de “longa duração”,⁵ que comporta toda a agitação política decorrente do fim do Antigo regime e das tentativas de superação e estabilização dessa agitação. Isso se desenrolaria, para Gramsci, ao menos até a segunda metade do século XIX, com a Primavera dos Povos (1848) e a Comuna de Paris (1871) e as reações conservadoras aos dois movimentos – um arco temporal que inclui, portanto, Napoleão I e suas campanhas, o período da Restauração (1814-1830) e Napoleão III (1852-1870).

Gramsci reconhecerá as dificuldades que a historiografia tem em precisar quando a revolução se encerrou. Interessante notar que, no lugar de uma centralidade às causas ou origens da revolução, que mobilizou grande parte dos estudos desde o século XVIII;⁶ Gramsci atenta-se sobretudo a sua realização no decorrer de um processo de mais de um século no qual se conformou uma civilidade

5

Expressão que Fernand Braudel utilizará, na metade do século XX, vinculada às inovações historiográficas da *École des Annales*. Cf. Burke (1992).

6

Podemos pensar, por exemplo, em Alexis de Tocqueville, que para entender a Revolução afirmou que era necessário, por um momento, esquecer “a França que nós vemos e ir interrogar sobre a tumba da França que não existe mais” (TOCQUEVILLE, 1952, p. 25).

nova, ou um “Estado integral”⁷.

Determinar quando a *Revolução terminou* significa participar de um debate de relevância naquele contexto. Parte da historiografia e dos socialistas republicanos, em especial franceses, argumentavam que a III República (1870-1940) era a falência da Revolução. A realização integral das premissas de 1789 ainda não havia se efetivado e esse era o projeto político, entre outros, do socialista Jean Jaurès (1859-1914) e do historiador republicano radical, Albert Mathiez (1874-1932).

Com isso, não se pretende afirmar que para Gramsci o Estado moderno, em especial depois da I Guerra, tinha ampla capacidade de assimilação dos projetos dos grupos subalternos. Ao contrário, manifestava-se todo o seu caráter desagregador e violento, seguido de uma crise profunda (econômica e política) na década de 1920 que parecia corroer o consenso das classes e grupos subalternos sobre o qual se apoiava (Q.15, §59, p. 1824).

A burguesia havia conformado um Estado adequado ao seu desenvolvimento, e para Gramsci, entender quando esse processo encontra sua máxima realização significaria dizer que, dialeticamente, as formas de sua superação também se amadureciam. Não obstante, o processo de conformação do Estado moderno, ilustrado pela história da França, demonstrava a capacidade de iniciativa e de organização da classe, o que o Estado integral, com a ampliação das ramificações em direção à sociedade civil e aos aparelhos privados, que o tornava mais denso e resistente, podia explicitar (cf. THOMAS, 2009).

A questão remete aos debates acerca das condições objetivas e subjetivas para a superação do Estado burguês e, mais particularmente, ao papel das crises nos processos revolucionários. Foi ao historiador Albert Mathiez que Gramsci recorreu para tratar desse tema. Mathiez, ao investigar as causas da Revolução do século XVIII, não as identificou nas crises na esfera da economia. O historiador francês foi parte da tendência historiográfica chamada de jacobina, mais tarde alvo

7

O conceito de revolução em Gramsci: “mais do que a conquista do poder, trata-se da instauração de um novo mundo produtivo, [...] de uma nova hegemonia, e uma radical e profunda reforma intelectual e moral, ou seja, a fundação de uma nova civilização” (MENA, 1996, p. 10).

da crítica de François Furet que identificou em Mathiez a síntese de todos os equívocos “marxizantes”⁸ que ele julgava recorrentes na historiografia revolucionária. De forma interessante, foi em Mathiez que Gramsci encontrou elementos para refutar o que chamou de “história vulgar tradicional” que apontava como causa da Revolução a “ruptura do equilíbrio existente em razão de uma crise de empobrecimento” (Q.4, §38, p. 456; Q.13, §17, p. 1582).

A escolha de Mathiez como uma fonte historiográfica para tratar da Revolução Francesa, o que fez pela primeira vez em 1918, ilumina um outro aspecto da relação de Gramsci com o contexto intelectual e político: a autonomia da reflexão - entendida não em sentido absoluto, mas como caráter essencial da autoria intelectual.

O tema da Revolução Francesa no pensamento do marxista italiano detém uma temporalidade própria, demarcada também por seu acesso e seleção de certas fontes. A temporalidade de sua elaboração não é, assim, imediatamente redutível ou coincidente com o contexto intelectual e político no qual produziu. Essa temporalidade, que comporta um movimento de inflexões, continuidades e interrupções, é o eixo através do qual será tratada, nessa tese, a Revolução Francesa nos textos de Gramsci. A presença de Mathiez é fundamental e será um dos temas centrais a ser desenvolvido.

ESTADO, PARTIDO, CLASSES

Mas, no que consiste a análise de Gramsci sobre a Revolução Francesa? Gostaria de expô-la de forma sintética, com o objetivo de demonstrar porque os jacobinos e o jacobinismo são os eixos estruturantes da cronologia que construí, a partir da contribuição da bibliografia - em especial, de Medici (2000) e Gervasoni (1998).

8

Furet afirmará que com a leitura jacobina-bolchevique de A. Mathiez, “[...] o discurso sobre a Revolução Francesa se duplica em filigrana de um discurso sobre a Revolução soviética” (FURET; OZOUF, 1989, p. 981). Uma contraposição à afirmação de Furet é encontrada em Gauthier (2008).

É preciso partir de duas considerações iniciais: 1) a interpretação dos jacobinos foi o elemento que sofreu as modificações mais incisivas na trajetória intelectual de Gramsci. Há uma inflexão total: de uma leitura negativa, ele passará a uma abordagem positiva, que é o fundamento de sua leitura sobre a França nos *Quaderni*; 2) a Revolução Francesa foi tratada considerando seu “espraçamento”, tanto geográfico como temporal – o que pode se verificar não apenas com a persistência das instituições erigidas naquele contexto, mas também pela permanência daquela “civilidade”, ainda que de forma atualizada, na sociedade do século XX.

A Revolução Francesa figurava, no pensamento de Gramsci, como a fórmula clássica de ascensão burguesa – embora tenha sido o modo *excepcional* de consolidação dos Estados modernos. Metodologicamente, ao delinear a singularidade do caso francês e superar generalizações do tipo econômico-estruturais, Gramsci uniu o *Prefácio à Crítica da Economia Política* com textos históricos de Marx. Em articulação, essas obras são capazes de contribuir para a compreensão da dinâmica do processo revolucionário (Prefácio de 1859), sendo tal dinâmica depurada de fatalismo e mecanicismo (obras históricas). Quer dizer, a interpretação histórica explicitou o caráter de *excepcionalidade e complexidade* do processo revolucionário, impossível de ser explicado por um único elemento (crise econômica) e de definição *a priori* dos momentos e fases que as compõem.

Essa longa revolução, para Gramsci, formada por uma sucessão de eventos conjunturais - 1789 - 1794 - 1799 -1804 - 1814 - 1830 - 1848 e 1871 - (Q.13, §17, p. 465), foi o processo no qual a burguesia construiu sua hegemonia, o que estava vinculado à superação do estado de fluidez inicial da sociedade francesa, com escasso desenvolvimento das organizações sociais, restrita presença estatal (principalmente nas pequenas cidades) e maior autonomia da sociedade civil; com a conformação de um cenário no qual o Estado moderno e as associações civis passaram a se constituir como trincheiras (Q.13, §17, p. 457).

Pode-se falar de um adensamento da sociedade civil por um lado, e por outro, das interconexões e interferências desse processo revolucionário em um cenário

internacional (TOSEL, 1994, p. 42). No que tange à Itália, essa interferência internacional remonta à fase dos jacobinos italianos, desde suas experiências no chamado triênio jacobino na Itália (1796 a 1799), que foi empreitado pelos franceses com o apoio dos italianos, com destaque para Buonarroti, na Lombardia, e mais tarde na República Napolitana (WOOLF, 1973, p. 165).

Gramsci identificou naquele contexto histórico o “primeiro período do liberalismo italiano” (Q.2, §106, p. 253); embora tenha perguntado: “Mas se pode chamar de 'jacobinismo' a direção política dos revolucionários napolitanos de 1799?” (Q.19, §48, p. 2068). Isso porque os jacobinos italianos não haviam, como já tinha destacado o historiador Vincenzo Cuoco (1770-1823),⁹ sido capazes de estabelecer vínculos com os camponeses – de modo que suas revoluções se converteram em fatos episódicos e seu discurso em abstração.

Tal juízo dos jacobinos italianos foi recorrente na historiografia italiana e francesa, na linguagem política e no senso comum. No entanto, Gramsci reconheceu que o significado de jacobino foi cindido em dois. Historicamente, era um dos partidos da Revolução na França, organizado em torno de um programa, força social e métodos próprios e caracterizado sobretudo pelo caráter resolutivo de sua atuação. Mais tarde, jacobino era aquele “[...] o político enérgico, decidido e fanático, porque fanaticamente convencidos das virtudes taumatúrgicas de suas ideias [...]” (Q.19, §24, p. 2017).

Nesse aspecto, o programa político defendido era menos importante, já que se trata de um *jacobinismo de temperamento* (Q.19, §24, p. 2019), no qual a oposição ao adversário adquire uma feição de ódio e a oposição não é organicamente política. Portanto, se é pelo comportamento sectário e fanático que se define o jacobinismo de tipo *deteriore*, o jacobinismo de *conteúdo*, que tem para Gramsci um sentido positivo, remete diretamente à fase radical da Revolução Francesa. Para Gramsci, a atuação daquele partido caracterizava-se pela unidade entre massa urbana e camponeses e a existência de uma direção intelectual e moral

9

Em *Saggio storico sulla rivoluzione napoletana del 1799*, publicado em 1801.

capaz de *soldar* os grupos sociais, principalmente cidade e campo, sob a hegemonia da primeira.

A ideia de direção, portanto de hegemonia, é fundamental. Eles formaram o partido dirigente que conduziu a burguesia para além dos interesses corporativos que limitavam sua organização como classe. Dirigindo o heterogêneo III Estado francês, por meio de ação radical que não aceitava nenhuma saída intermediária, derrubaram o Antigo regime de forma a não ser possível retroceder (Q.19, §24, p. 2028). O partido radical era, portanto, capaz de entender as necessidades futuras da burguesia.

Como puderam identificá-las? Ao contrário daqueles que os tomavam como abstratos, Gramsci os considerou realistas ao modo de Maquiavel e que se manifestaram pela forma apropriada à tradição cultural francesa, isto é, através de fórmulas jurídicas (Q.19, §24, p. 2029). Essas foram capazes de mobilizar as massas camponesas, que aceitaram a direção do partido jacobino - urbano e situado predominantemente em Paris. Na verdade, a direção dos radicais de Paris sobre toda a França, sob o lema da *república una e indivisível*, foi colocada em questão apenas após 1871, com o aprimoramento do parlamentarismo e o massacre da Comuna de Paris (cf. Q.13).

Esses elementos não puderam ser encontrados no *Risorgimento*, isto é, não existiu um partido jacobino na Itália. As razões para isso derivam da alteridade entre França e Itália: não havia na península um desenvolvimento econômico capaz de criar uma burguesia *ativa e positiva* e, por outro lado, a posição da península diante dos demais Estados era bastante diferente da França. Esta exercia uma hegemonia no plano das relações internacionais, em razão tanto da existência de um centro urbano como Paris como pela precoce centralização conseguida pela monarquia absolutista (Q.19, §24, p. 2033).

Na França, a direção do movimento urbano derivaria de um desenvolvimento econômico, social e cultural prévio, responsável por aquela burguesia *ativa e positiva*, e a proeminência da cidade foi assim quase inevitável. Na península, por sua vez, os movimentos insurgentes (unitários, patriotas e “liberais de velho tipo”)

tiveram um fermento inicial no Sul, predominantemente agrário, em momento quase coincidente com o Centro (Q.19, §26, p. 2037).

Gramsci retomou a análise dos jacobinos, portando, apontando seus limites; mas os revalorizou através da construção do conceito de jacobinismo. Medici (2000), Tosel (1994) e Gervasoni (1998) defendem que o jacobinismo (como categoria) é tratado de forma positiva nos Cadernos, o que remete à aproximação entre essa formulação e a reflexão sobre a estratégia da revolução no Ocidente. Ela estaria presente no núcleo de uma teoria revolucionária para os grupos subalternos. Para Medici (2000, p. 152), nessa categoria reside o vínculo entre Gramsci e Lênin. Para Galastri, o jacobinismo seria compreensível como anti-revolução passiva, ou seja, é o seu contrário positivo, mesmo que “[e]m momentos e espaços históricos distintos, ambos sejam [...] processos formadores de Estados nacionais, tanto quanto formação, consolidação, e defesa do bloco histórico burguês. No entanto, o jacobinismo continuaria a servir como antítese, como modelo político das novas classes fundamentais devido à potência que confere à organização das massas”.¹⁰ (GALASTRI, 2010, p. 103-104).

Essa posição se contrapõe à perspectiva de Coutinho (1999, p. 149), que entende que a estratégia socialista no Ocidente, para Gramsci, dar-se-ia pela guerra de posições, ou seja, através da conquista gradual de posições nas disputas na esfera institucional, o que significaria a superação histórica do jacobinismo como estratégia para as classes subalternas. Essa posição de Gramsci, de acordo com Coutinho, ultrapassaria o instrumentalismo que se fazia da democracia no âmbito do marxismo histórico e inclusive com Lênin (COUTINHO, 1998, p. 28). A análise de Coutinho, pode-se ver, tem como premissa a ideia de que com o adensamento da sociedade civil se abririam frestas que poderiam ser disputadas pela classe subalterna - o que implicaria, em certa medida, delegar uma positividade ao Ocidente, e fazê-la coincidir *in totum* com uma estratégia pré-definida (BIANCHI, 2008, p. 215-216).

¹⁰

Argumento também desenvolvido em Galastri (2015).

No que tange à historiografia, Tosel (1994, p. 42) afirmou que a análise de Gramsci sobre a Revolução respondeu, no campo marxista, as questões colocadas pelo revisionismo, o que pode ser reiterado se considerarmos os conjuntos de conceitos operados por Gramsci na análise da Revolução Francesa – hegemonia, revolução permanente, revolução passiva, guerra de movimento e guerra de posição. As contribuições de Gramsci para a análise da Revolução Francesa foram também apontadas por historiadores como Vovelle (2000) e Hobsbawm (1996).

Como pode-se observar, o jacobinismo foi central na reflexão madura de Gramsci. Não obstante, o tema foi escassamente abordado pela literatura crítica no que diz respeito aos escritos pré-carcerários. Por isso, o que se pretende na tese é discutir de forma mais atenta o jacobinismo no Gramsci periodístico, explicitar as mudanças ocorridas em sua análise e encontrar os elementos intelectuais, políticos e historiográficos que estimularam essa “mudança de rota”.

POLÍTICA E HISTÓRIA: JACOBINOS DO SÉCULO XVIII

O jacobinismo foi o elemento mais controverso da Revolução Francesa entre os interpretes do século XX – não apenas para o fundador do PCd'I. Não obstante, existe uma linha geral que permite nos situar sobre o que foram historicamente os jacobinos.

No período entre 1791-1792, os jacobinos consolidaram sua força política com a dupla estratégia: atuação legalista no âmbito da Assembleia e articulação do grupo com as mobilizações da massa por meio das sociedades populares. Com essa experiência foi iniciada uma fase nova de atuação que inaugurou o “[...] aprendizado de uma linha política de contato direto com o movimento popular [e] participação ativa em uma estratégia insurrecional” (VOVELLE, 2000, p. 47). Em 1792, defenderam o fim da monarquia e a eleição de um Diretório por voto universal e, mobilizada em grande parte pela bandeira do sufrágio universal, a massa deu sustentação aos jacobinos. Assim, em agosto de 1792 foi instaurada a república e o sufrágio universalizado (GUENIFFEY, 1989, p. 614).

O que verificou, a partir de então, foi uma diferenciação interna entre os jacobinos - em girondinos, montanheses e planície - eleitos para a Convenção. O grupo ativo ou radical, formado pela Montanha de Robespierre, combateu essas diferentes nuances políticas na Assembleia pelo instrumento de petições, que mantinham os representantes sob constante estado de suspeição. No corpo da organização jacobina foram formados comitês de direção que determinaram a doutrina e a linha política de atuação. Ocorreu então um crescente processo de endurecimento contra as oposições – em concomitância com a definição da linha política - em meio à adaptação das novas reivindicações populares que se voltavam contra a crise econômica e social (VOVELLE, 2000, p. 51).

Nesse sentido, as disputas na Assembleia e a ruptura com os girondinos devem ser entendidas não como circunstanciais, mas referenciadas por uma concepção própria de República, cristalizada e compartilhada no grupo (GRANDMAISON, 1992, p. 159). Trava-se da construção de uma forma de ação política mobilizada, naquela conjuntura, não pela normatividade, mas pela ideia de dever (ibid., p. 161). Por outro lado, a atuação era institucionalizada e, por não ser deixada às flutuações espontâneas, era eficaz em termos de direção da política (VOVELLE, 2000, p. 52).

As disputas eram empreitadas em defesa da pátria e República, argumentavam os jacobinos, e em nome do povo, identificado não por características objetivas e sim pela sustentação que delegavam ao próprio grupo. Assim, a oposição aos jacobinos era entendida como negação da república e da Revolução. Os conflitos políticos eram vistos como disputa entre inimigos e as respostas jacobinas como retaliação dos conspiradores. Dessa atuação deriva a interpretação de historiadores que veem nos jacobinos uma orientação moral intransigente e violenta.

A hegemonia construída pelos jacobinos alcançou a maturidade no período em que a Montanha exerceu a função de vanguarda. No ano II da República Jacobina (1794), as sociedades populares e o Diretório se confundiram, do modo que era difícil estabelecer o locus e o papel dos jacobinos no âmbito do governo. As

sociedades jacobinas ecoavam as diretrizes estabelecidas pelos grupos ativos, mas também propunham pautas e encaminhavam petições, o que permite vê-las como mais do que uma simples reprodutora e receptora das decisões tomadas pela Montanha no Diretório. As sociedades passaram também por um processo de restrição na aceitação dos membros, enquanto empreitavam sua política de expurgo interno. O suporte dado pela massa torna-se problemático em uma situação de limitação da participação. No final desse processo pode-se visualizar uma situação de “[...] uma depuração terminada e de uma hegemonia sem divisão” (ibid., p. 58).

HISTÓRIA E POLÍTICA: HISTORIOGRAFIA DA REVOLUÇÃO

Lidar com a historiografia da Revolução Francesa permite ao estudioso refletir sobre questões epistemológicas importantes e recorrentes, ao menos no que tange às ciências humanas e sociais. Primeiro, os limites da objetividade na análise do mundo social; segundo, a provisoriedade do conhecimento ou, em outros termos, a historicidade das construções intelectuais.

A história revolucionária tem uma historiografia própria. O acúmulo da produção sobre o tema, nesses mais de dois séculos, demonstra a importância daquele momento que foi chamado de *ano zero* da história francesa e que, como afirmou Gramsci, construiu e difundiu uma “mentalidade” e valores, e um conjunto de instituições “importadas” (ou “impostas”) a uma dimensão territorial quase global. A Revolução Francesa é, portanto, componente relevante do passado, mas também do presente, e não apenas para o país latino.

Na sua longa trajetória, como demonstrou Vovelle (2000), pode-se verificar que o interesse do historiador está intrinsecamente vinculado às questões do presente do estudioso e suas posições políticas e ideológicas. É por isso que o mesmo Vovelle pode denominar um de seus livros de *Combates pela Revolução* (1993). Embora não tenham dispensado nem a erudição e nem os fundamentos da ciência, os historiadores revolucionários voltam-se ao passado sobretudo para enfrentar as questões de seu presente.

Não por acaso a Revolução Francesa foi um tema que interessou fortemente intelectuais revolucionários – a começar pelo próprio Marx. Também não é fortuito que após a Revolução Russa, os estudos acerca do tema se ampliaram seja no “Ocidente”, seja no “Oriente” russo, onde se desenvolveram importantes estudos sobre a participação dos camponeses e a difusão da Revolução nos domínios rurais, como os trabalhos de Victor Daline (1902-1985).

Retrocedendo à metade do século XIX. Sob a monarquia de Luis Felipe, os jacobinos figuravam como elemento controverso: do anti-jacobinismo radical de J. Michelet (1798-1874) à valorização de Luis Blanc (1811-1882), que os via como a elite da Revolução, mas uma elite de impostação e programa popular, passando pela admiração de Alphonse de Lamartine (1790-1869). Depois de 1848 e 1871, insurgências que em certa medida reivindicavam o jacobinismo (menos difundido na Comuna de Paris), o conteúdo político do jacobinismo modifica-se: ele passa a ser concebido quase como sinônimo de republicanismo. Mais adiante, a República celebrará a Revolução afastando 1793, assumindo como marco 1789.

A produção científica e renovação de métodos e temas vincula-se com a criação da cátedra da história da Revolução Francesa na Sorbonne, em 1885. Ocupada originalmente por A. Aulard, pró-jacobino, dantonista e republicano radical, foi depois lugar de A. Mathiez, também pró-jacobino e robespierrista, que apoiou a Revolução de 1917 e a criação em 1920 da Seção Francesa da Internacional Comunista (SFIC). O historiador estabeleceu uma analogia entre bolcheviques e jacobinos, reproduzida tanto em obras historiográficas como na política. Mathiez rompeu relações políticas e acadêmicas com os russos ainda no começo dos anos de 1920, mas sua produção circulou entre os historiadores daquele país com destaque, até aos menos 1930.

A partir de 1930, tornaram-se escassas na produção historiográfica as aproximações e analogias entre a Revolução Francesa e Russa. As críticas à historiografia jacobina difundem-se na década de 1950: historiografia jacobina e marxista se misturam para esses críticos e Mathiez é citado como o intelectual emblemático do jacobinismo acadêmico. Como alguns intérpretes mais

contemporâneos assinalaram, nem Mathiez podia ser considerado marxista (o que ele mesmo argumentou) e nem todos trabalhos que se inseriam nessa corrente mantinham-se circunscritos às diretrizes analíticas próximas do historiador robespierrista, como demonstra a ampliação para os campos da história econômica e social proposta por J. Jaurès (VOVELLE, 2000; FRIGUGLIETTI, 1972, 1974).

A crítica dos anos 1950, por sua vez, pode ser sintetizada por Jacob Talmon em *The origins of totalitarian democracy* (1952), cuja definição de totalitarismo engloba o jacobinismo e o marxismo. O partido do século XVIII seria a origem moderna do fenômeno. Mais tarde, nos anos de 1980, Mona Ozouf centrará sua crítica em Mathiez – e também em Gramsci, enunciadores de um jacobinismo “idealizado, onde o fanatismo torna-se energia e a violência maneira de se opor ao compromisso” (RENARD, 2015, p. 110-111).

Com o Bicentenário (1989), será a crítica à historiografia chamada de “marxista” pelos auto-denominados revisionistas, em especial F. Furet, que terá a proeminência. Que o Bicentenário e o chamado revisionismo tenham coincidido com a crise do chamado socialismo real e a queda do muro de Berlim, não parece também livre de consequências.

Combates pressupõem campos diversos e a geração de historiadores de inspiração marxista que viu a derrota do primeiro Estado proletário voltaram-se, naquela década, para a doutrina de François Noël Babeuf e o babouvisme (Claude Mazauric);¹¹ os *sans-culottes* de Paris (Albert Soubol) e a *Grande peur*, insurgência camponesa que levou a Assembleia a colocar fim aos direitos feudais (Georges Lefebvre), entre outros.

À historiografia de inspiração liberal contrapôs-se essa produção de orientação marxista, atenta aos movimentos urbanos e rurais, que entendiam que as lutas na revolução eram inspiradas por uma lógica coerente, atenta às suas necessidades, ainda que por vezes manifestas de maneira esporádica ou fragmentária (como no caso da *Grande peur*). Mazauric definiu os jacobinos como

11

Em especial: *Babeuf et la conspiration pour l'égalité* (1962) e *Jacobinisme et révolution: autour du bicentenaire de Quatre-vingt-neuf*, Éditions sociales (1984).

portadores de uma

ideologia, o liberalismo econômico, mas flexibilizado pelas circunstâncias [...]; uma capacidade de análise política e de formulação de palavras de ordem, uma estratégia caracterizada por uma vasta rede de alianças sociais e políticas, um realismo tático no sentido de canalizar o movimento popular, a constante busca pela unidade que os leva ao papel evocado por Gramsci de “aliança cidade e campo” (RENARD, 2015, p. 112).

Como se vê, uma leitura do jacobinismo de inspiração gramsciana.

As hipóteses que orientaram a pesquisa exploram os nexos entre história, historiografia e teoria política em Gramsci. A Revolução Russa havia colocado novos problemas à teoria política, que Gramsci buscou responder recorrendo à produção historiográfica. E, portanto, a categoria jacobinismo, central na abordagem de Gramsci, não é apenas histórica, mas está vinculada à reflexão sobre a estratégia política das classes subalternas e foi incorporada ao léxico gramsciano durante o período carcerário, quando passou a compor o núcleo central de sua teoria política. Mas o processo intelectual de maturação e de incorporação do jacobinismo iniciou-se em 1918, com sua aproximação com a obra de Albert Mathiez (hipótese I).

Essa hipótese nos conduz para a seguinte formulação, que diz respeito à posição particular da leitura do passado feito por Gramsci em relação à historiografia (suas fontes historiográficas) e ao debate que lhe é posterior, proposto por Furet e sobre o qual já acenamos. Gramsci considerou o grupo político jacobino como formulador e divulgador de uma linguagem realista – isto é, vinculada ao movimento histórico concreto - e organizador de uma ação política eficaz que interferiu no fluxo dos eventos, acelerando-os. A nossa hipótese, seguindo apontamentos já feitos por Tosel (1994), é que Gramsci respondeu, antecipadamente, as críticas feitas pelo revisionismo liberal da Revolução Francesa (hipótese II). Isso porque o marxista não atribuiu ao processo revolucionário fatores causais de tipo determinista, mas o

relacionou com o cenário fecundo de possibilidades revolucionárias com o protagonismo dos jacobinos.

E, ao dar ênfase aos jacobinos, Gramsci aproximou-se dos historiadores clássicos jacobinos, distanciando-se da perspectiva revisionista que identificou no grupo ativo de 1793-1794 um acidente histórico ou derrapagem (FURET, 1989, 2001) (hipótese III).

A pesquisa analisou os textos pré-carcerários organizados em coletâneas publicadas pela editora Einaudi entre as décadas de 1960 e 1980. Existem controvérsias na autoria de alguns artigos dessa fase jornalística, o que deriva, entre outros motivos, do fato de que muitos escritos da imprensa socialista não eram assinados e a identificação, portanto, foi feita apenas posteriormente, sem muitos elementos para fazê-lo com precisão. As coletâneas aqui utilizadas realizaram um trabalho rigoroso de identificação dos artigos de autoria do marxista e são, até o momento, as mais precisas nesse aspecto.¹² Recorreu-se também às cartas do período do cárcere e aos *Quaderni* a partir da edição crítica de V. Gerratana. As demais fontes primárias e bibliográficas foram buscadas a partir da direção interlocutória estabelecida por Gramsci. Isto é, procurou-se reconstruir o debate e as fontes a partir dos acenos e indicações do próprio Gramsci. Por isso, foi delegada centralidade à produção de A. Mathiez, analisada a partir de seus artigos e da síntese historiográfica *La Révolution française* (Tomo I, II e III), primeiro tomo publicado em 1922.

Grande parte da bibliografia, em especial de cunho historiográfico, foi acessada em primeira edição no portal *Gallica*, da *Bibliothèque nationale de France*. O material não disponível através de recurso digital foi acessado principalmente em pesquisa em bibliotecas, no Brasil, França e Itália. Foi feita também pesquisa arquivística no APRIKA (*Archives Politiques Recherches Indexation Komintern et Fonds français*) (França) e *Fondazione Istituto Gramsci* (Roma).

12

Está sendo preparada na Itália, com direção científica da *Fondazione Antonio Gramsci*, a *Edizione nazionale scritti di Antonio Gramsci* que publicará integralmente os escritos desde 1910 até os *Quaderni del carcere* e também a correspondência ativa e passiva de A. Gramsci.

A tese está estruturada da seguinte forma: cada capítulo apresenta um período da análise gramsciana acerca da Revolução Francesa. O elemento central da periodização é a interpretação do jacobinismo. Essa cronologia do tema em Gramsci inicia-se com os escritos da década de 1910.

No capítulo 1, que trata do período entre 1910 e 1917, isto é, dos primeiros escritos até a Revolução Russa, procura-se demonstrar que a análise de Gramsci era fortemente orientada por uma perspectiva humanista e culturalista. Sua abordagem nesse período amparava-se em uma dicotomia: ele procurava refutar a ideia de superioridade da civilização francesa, ao mesmo tempo que o país vizinho lhe servia de referência no que tange à modernidade política. Tem-se, ainda, um destaque delegado aos intelectuais franceses anti-belicistas. A forma de atuação desses intelectuais inspirava-o a pensar sobre a Revolução como um grande movimento de mudança cultural. Essa mudança era positivamente avaliada, daí o Iluminismo ser compreendido como um pensamento, em certa medida, emancipatório.

Porém, o jacobinismo era recusado em sua totalidade como um movimento sectário e violento. Era essa uma forma de pensar que o ligava ao forte sentimento anti-jacobino existente na Itália, em certa medida uma herança da trajetória da relação entre os dois países. No capítulo 1, essa história é explorada como forma de entender a trajetória do jacobinismo na política e na história da Itália, mas também como o jacobinismo passou a ser parte do vocabulário político europeu no século XVIII-XIX e quais os sentidos que continha nesses contextos.

Em *As duas revoluções e o adensamento da análise histórica (1917-1918)* (capítulo 2), procura-se demonstrar como a análise do tema passava a contar com um conjunto de influências e debates mais amplos, para além daqueles “italianos”. Isso não o levou a superar o anti-jacobinismo, que considerava a forma de atuação política da burguesia por excelência.

Tratava-se de um período no qual o passado francês e os jacobinos eram mobilizados no debate público dos bolcheviques. A Revolução de 1917 estimulou-o assim a uma retomada do tema e, nesse contexto, ele citará a obra de Albert

Mathiez pela primeira vez. Ele indicará, nesses anos, uma linha interpretativa que seguirá até o período do cárcere: com a contribuição do historiador francês, o partido do século XVIII será tratado como o elemento ativo que forjará o Estado moderno através de uma aliança entre diferentes classes e estratos sociais.

A temática da Revolução do século XVIII avançava então como uma contribuição para a reflexão acerca da estratégia e da política proletária. Não obstante, para Gramsci, tratava-se de pensar o Estado em uma referência diversa daquela francesa. Como demonstraremos no Capítulo 3, o desenvolvimento do tema do Estado fundamentava-se, nesse período, na experiência dos conselhos de fábrica. O passado e a história foram obliterados nessa fase da produção gramsciana. Mas, em 1921, ocorreu a inflexão positiva diante do jacobinismo e ele afirmará a identidade entre jacobinos e bolcheviques.

O “jacobinismo comunista” permanecerá na produção carcerária, abordada no capítulo 4. A proposição da categoria de jacobinismo, agora como uma categoria teórica-política, dependeu de uma abordagem da história e de todo o movimento de criação de uma nova civilidade (Estado integral). Nos *Quaderni*, Gramsci irá argumentar que esse longo processo se consolidou e se tornou capilar no século XIX. Será quando os ecos do Iluminismo e do liberalismo podem ser encontrados em diferentes registros – na literatura, filosofia e senso comum. Balzac é um registro por excelência de um movimento no qual ao lado dessa difusão ocorreu também sua degeneração, ao se mesclar com o positivismo e cientificismo. O capítulo 4 encerra-se com uma incursão à presença do literato francês nos *Quaderni*.

1. A REVOLUÇÃO FRANCESA E O NACIONAL MODERNO (1910-1917)

Lobos em pele de cordeiro e falsos profetas. Nesses termos dirige-se Gramsci aos revolucionários franceses no artigo *Oprimidos e opressores* (1910).¹³ Este texto é uma redação escolar, que apresenta a reflexão de um jovem em início de formação intelectual e também política. Tratando da questão colonial, sua análise é fortemente orientada por uma perspectiva humanista. Ele considera que a história da humanidade é a história da luta pela liberdade, contra o domínio de “um só, de uma classe ou mesmo de um povo”. Nesta trajetória, as revoluções liberais seriam episódios importantes, não obstante não tenham permitido a realização integral da liberdade na medida em que, ao se concretizarem, elas acabaram por significar apenas a substituição da classe que controla o Estado. Além disso, aqueles países que antes haviam lutado contra o controle absolutista agora se lançavam à exploração de outros povos. As campanhas imperialistas explicitam a “avidez insaciável de todos para extorquir seus semelhantes”, de modo que a aparente superioridade do Ocidente era “apenas um pequeno verniz de civilização, que, se levemente raspado, deixa logo aparecer a pele do lobo” (GRAMSCI, 2004, p. 46).

A importância da Revolução Francesa derivaria do fato de que ela demonstrou a historicidade das formas sociais e políticas, explicitando que essas não são dados imutáveis da natureza (ibid., p. 46). É importante notar aqui que a radical historicidade pretende colocar a história em oposição à naturalização das formas sociais. O próprio instinto egoísta, que faz do homem lobo, é uma forma histórica transitória: a natureza humana é historicizada.

Desta primeira reflexão pode-se considerar dois pontos fundamentais: primeiro, que a Revolução Francesa haveria realizado de forma insuficiente a tarefa de libertação do domínio de poucos sobre muitos, isto é, deu à classe burguesa a direção do Estado; e ainda que desde esse momento Gramsci defendia já a ideia de

13

Oppressi ed oppressori, provavelmente novembro de 1910. SP.

que o fim de todos os privilégios e diferenças sociais poderia ser realizado apenas com uma outra revolução que colocaria fim à dicotomia opressores e oprimidos – sejam classes ou povos.

A ideia de civilização e de hierarquia entre povos era bastante viva no ambiente italiano do início do século. Ela era mobilizada para justificar o direito da Itália à expansão norte-africana e que, pouco mais tarde, tomou forma na Guerra contra a Líbia, ou a “guerra contra os turcos”. O conflito teve forte apoio da opinião pública, para o que se empenhou um vasto número de escritores, literatos, jornalistas e professores, em um ambiente de fortalecimento do nacionalismo e no qual a guerra era justificada como esforço de exportação da democracia, como uma forma de oposição à barbárie africana (D'ORSI, 2011, p. 115).

A questão líbia foi também o tema que ocasionou a ruptura de Gaetano Salvemini (1873-1957)¹⁴ com a revista *La voce*,¹⁵ levando-o a fundar *L'Unità*.¹⁶ Ainda que tal cisão não possa ser reduzida a uma distinção entre pró ou anti-imperialismo, visto que a posição de Salvemini foi bastante dúbia, ela explicita como os debates daquele período estimularam a demarcação das posições ideológicas, com a construção de argumentos em um ambiente de crescente protagonismo dos intelectuais como figuras públicas (ibid., p. 104). Os jornais, revistas semanais e mensais, panfletos, obras teatrais, romances e novelas realizavam uma eficiente propaganda nacionalista, que reiterava os nexos entre a política externa (imperialismo) com a interna (unidade e paz social, com a superação dos conflitos

14

Historiador e político, pertencia ao PSI e foi eleito deputado em 1919. Dedicou-se à crítica do protecionismo do Norte e à análise das relações entre a questão meridional e o socialismo, como em *Tendenze vecchie e necessità nuove del movimento operaio italiano* (1922). Produziu a obra *La rivoluzione francese (1788-1792)* (1905), a qual se fará referência adiante.

15

Revista fundada em Florença (1908). Foi um importante canal de difusão dos debates do início do século que pretendiam uma renovação cultural na Itália. Além da ruptura de Salvemini em 1911, alguns antigos membros fundaram em 1913 a *Lacerba*.

16

Criada em 1911, a publicação difundia a crítica de Salvemini ao protecionismo setentrional e à política de Giolitti. Com o começo da guerra, defendeu o intervencionismo italiano e a participação na Entente.

de classe) (ibid., p. 101).¹⁷

No Congresso extraordinário do PSI de 1911 (Modena) argumentou-se sobre a inevitabilidade da colonização como resposta ao desenvolvimento econômico da Itália sem se recusar a ideia de missão civilizatória.¹⁸ Não era essa uma posição majoritária, mas refletia uma concepção presente no partido. No que tange a questão meridional, Gramsci viu que os socialistas reproduziam aquela distinção civilizados-bárbaros ao tratar da relação Norte-Sul na Itália.

O Sul da Itália (*Mezzogiorno*) é a bola de chumbo que impede progressos mais rápidos em direção ao desenvolvimento civil da Itália; os meridionais são seres biologicamente inferiores, semibárbaros ou bárbaros completos, por destino natural; se o *Mezzogiorno* é atrasado, a culpa não é do sistema capitalista ou de qualquer outra causa histórica, mas da natureza, que fez os meridionais poltrões, incapazes, criminosos, bárbaros [...] O Partido Socialista foi em grande parte o veículo desta ideologia burguesa no proletariado setentrional; o Partido Socialista crismou toda literatura 'meridionalista' da confraria de escritores da assim chamada escola positiva, como os Ferri, os Sergi, os Niceforo, os Orano e seguidores menos importantes, que, em artigos, em esboços, em novelas, em romances, em livros de impressões e memórias repetiam, de diversas formas, o mesmo refrão; mais uma vez a 'ciência' era usada para esmagar os miseráveis e os explorados, mas, desta vez, vestida com as cores socialistas, pretendendo

¹⁹
ser ciência do proletariado (GRAMSCI, 1971, p. 140).

No plano teórico, o positivismo era o elemento que justificava o imperialismo e também dava ensejo a essa abordagem determinista – ou mesmo racista – da questão Meridional. Bastante arraigado na cultura italiana da virada do século, o positivismo estava entre os socialistas e não apenas nos limites da Itália: é possível identificar, naquele contexto, uma crise do socialismo mais ampla cujo ponto

17

Argumentos que foram retomadas mais tarde (1914) pelos que se colocavam a favor da intervenção da Itália na I Guerra (D'ORSI, 2011, p. 104).

18

Posição exposta por Ivanoe Bonomi. Nos anos subsequentes, outros socialistas formularam posições similares (D'ORSI, 2011, p. 120).

19

Alcuni temi della quistione meridionale [Alguns temas da questão meridional], redigido em setembro de 1916 e publicado pela primeira vez janeiro de 1930 em *Lo Stato operaio*. CPC.

concêntrico era o Partido Social-democrata alemão.²⁰

O positivismo orientava então diferentes e complementares leituras dos textos de Marx: uma teleologia do processo histórico, com a ideia de que as contradições do capitalismo fatalmente conduziram à sua crise derradeira; e um economicismo que entendia o processo histórico como determinado pelo desenvolvimento da técnica. Tais leituras, empreitadas sob a etiqueta do revisionismo, corroboraram uma atuação política gradualista em oposição à ação revolucionária e mesmo uma perspectiva de conciliação capital e trabalho. O revisionismo redundou em um *Marx darwinizado*, substrato do revisionismo e por consequência, da crise do socialismo (BOBBIO, 1986, p. 6).

Falando ainda mais propriamente da Itália, o positivismo resistiu na filosofia científica e em uma teoria da história bastante rígida e dogmática. No âmbito da produção do conhecimento acadêmico, sua influência no final do século XIX foi visível nas ciências sociais e na reflexão científica da política proposta por Gaetano Mosca; nos estudos econômicos e na criminologia de Cesare Lombroso (ibid., p. 4). Na historiografia o positivismo foi valorizado, mas fundamentalmente por meio da utilização do método e não pela sua afirmação como sistema filosófico. O método de pesquisa era aquele já consolidado nos estudos das ciências da natureza e exatas: a novidade consistia em sua aplicação como resposta à crise da metafísica da metade do século e explícita a existência de uma mentalidade positivista bastante difusa (ASOR ROSA, 1975, p. 886).

A reação antipositivista na Itália início do século XX foi de ordem filosófica, teórica e também política e a produção do socialista Antonio Labriola (1843-1904), que participava do círculo neo-idealista napolitano, foi fundamental.²¹ Em seus textos sobre o marxismo, que ele denominou de filosofia da práxis, argumentou que essa

²⁰

Exercendo uma posição central na II Internacional, o Partido social-democrata alemão (SPD) era um paradigma da atuação dos partidos socialistas e considerado “detentor” da doutrina marxista. A importância indiscutível de K. Kautsky e o trabalho de difusão que realizou através da revista *Neue Zeit* (1882-1917) foram fundamentais para estabelecer tal posição da Alemanha.

²¹

Cf. BOBBIO, 1986, cap.1. Sobre neoidealismo italiano, cf. Piccone, 1983.

“nova” filosofia precisaria passar por um processo de crítica e superação de suas formulações para um amadurecimento. Neste projeto era fundamental libertar o pensamento de Marx do determinismo e mecanicismo através do qual era filtrado na Itália. Consequindo sufocar o revisionismo de Saverio Merlino²² (1856-1830); teve menor êxito no combate com aquele que foi considerado por Gramsci o líder do revisionismo europeu do começo do século, Benedetto Croce (ARFÉ, 1965, p. 84).

Mais do que explicitar a influência de uma ou da outra parte envolvida neste debate, deve-se considerar que é diante de tais questões que se inicia a reflexão gramsciana. Nesta fase, contra o positivismo Gramsci aproxima-se do neoidealismo ou, melhor, de uma leitura de Hegel a partir de Croce e Gentile. O idealismo foi valorizado não como filosofia pura e sim como expressão de um desenvolvimento social e político: ele seria a manifestação filosófica de um movimento histórico que se iniciou com a Reforma, contribuiu com a destruição do feudalismo e do Antigo Regime, afirmando o indivíduo, seu livre arbítrio e também a filosofia pura, isto é, a autonomia da reflexão filosófica diante de qualquer influência externa. Na Itália, era a defesa da modernidade política (LOSURDO, 2006, p. 15).

O hegelianismo era assim entendido como uma manifestação intelectual e moral que correspondia ao que a Revolução Francesa construiu no plano social e político. Ambos teriam o mesmo objetivo: a liberdade e a defesa da ciência. Essa identidade entre Revolução Francesa e a filosofia de Hegel foi aceita rapidamente pelos católicos italianos do século XIX que viram no hegelianismo o percussor do ateísmo e do socialismo. Enquanto na França seu pensamento era parte do passado, visto que a Revolução havia já modificado radicalmente a antiga ordem, na península era um representante do futuro, da Revolução que ainda não havia sido completada. Por isso, especialmente os napolitanos incorporaram o hegelianismo ao seu projeto cultural e político de renovação da nação, como uma forma de desencadear os mesmos acontecimentos que tinham ocorrido na França (PICCONE, 1983, p. 14).

22

Advogado, escritor e político anarquista. Crítico do marxismo, publicava em Roma na *Rivista critica del socialismo*.

É preciso apontar que tal identidade entre a filosofia alemã e Revolução Francesa representa um ponto de afastamento de Gramsci em relação ao maior intérprete de Hegel na Itália. Croce apontava o Iluminismo como uma elaboração abstrata, privada de qualquer relevância teórica. Para ele, a filosofia francesa do século XVIII e sua formulação jurinaturalista eram, antes de tudo, anti-histórica. Tal afirmação fundamentava-se em dois argumentos complementares sobre o Iluminismo: a) ele era anti-histórico uma vez que hipotetiza um estado de natureza fora da história, isto é, a história para a filosofia das Luzes é um “desvio” da Razão (CROCE, 1920, p. 226); 2) o Iluminismo representa a “redescoberta” desta Razão e o período precedente é recusado integralmente, de modo que entre o estado de natureza (que estaria na pré-história) e a modernidade “[...] o espírito não se desenvolvia, mas saltava, e havia somente então emergido em um grande salto, distanciando infinitamente o passado” (ibid., p. 236). Faltava-lhe, portanto, inteligência histórica e sentido de desenvolvimento.

A ideia de igualdade entre os homens, portanto, não tem sustentação lógica nem histórica, além de ser um impeditivo para a realização do contrato social. O fundamento do Estado seria justamente a diversidade e a formulação abstrata da igualdade impediria a realização da liberdade, uma vez que tem a tendência de originar o democratismo. Ele valoriza o *Risorgimento* e o Renascimento como opostos do processo de formação do Estado moderno na França. Na Itália, o Renascimento foi “[...] equilibrado, sem excessos, acomodador, artístico [...]” (ibid., p. 241); e o *Risorgimento* salvou a Península dos “[...] jacobinos, iluminismo, enciclopedismo [...]”, expressões tratadas todas como sinônimos (BOBBIO, 1993, p. 105) e que são manifestações do “engenho francês, radical, consequencialista, extremista e logicista” (CROCE, 1920, p. 241).

Assim, uma identidade entre a filosofia alemã historicista e a Revolução Francesa seria impossível para Croce: ambas são, para ele, antagonistas. Mas o procedimento de Gramsci, ao realizar a aproximação entre a filosofia alemã e a política francesa, fundamenta-se no vínculo que ambas estabelecem com a modernidade capitalista – isto é, são diferentes formas sociais conexas com um

tempo histórico determinado e que serão superadas historicamente.²³ Por esse mesmo argumento foi possível ao marxista recusar o caráter abstrato do Iluminismo, ao tecer as relações deste movimento filosófico e intelectual com as forças sociais em luta contra o Antigo Regime. Uma busca pelos fundamentos terrenos também da filosofia e os nexos da mudança histórica e das formas de pensar, em um momento em que ainda amadurecia a sua ideia sobre o papel dos intelectuais, caracteriza essa fase da reflexão gramsciana.

Como observa Losurdo (2006, p. 27), não por acaso Gramsci remete a Hegel²⁴ contra o *Sillabo*²⁵ católico. Em artigo de 1916, ele observou que o hegelianismo era uma filosofia viva, sem barreiras e que se define como um pensamento que se renova com a história – o contrário do que era o *Sillabo*. Na Itália a unidade entre pensamento e consciência da vida era artificialmente elaborada, já que a construção do Estado moderno foi feito “sem base, sem raiz no espírito do povo”. Na Alemanha, a formação do Estado moderno ocorreu depois da Reforma, movimento religioso popular que foi aprofundado pela filosofia. O idealismo, ao atribuir à consciência individual o conhecimento e a atividade criadora na história, colocou ao centro a atividade humana ao refutar toda a forma de autoridade. Por isso, o idealismo hegeliano manifestava a consciência histórica e permitia que se apreendesse o seu movimento e as iniciativas transformadoras.

23

A identidade entre filosofia alemã e a política francesa perdurará na reflexão gramsciana carcerária, como será explorado no capítulo 4.

24

Destaca Bianchi (2007, p. 42) que não se pode ignorar que a leitura de Hegel por Gramsci era indireta e feita provavelmente por meio das obras de Croce, o que não impede que seja pertinente essa aproximação Hegel e Gramsci mesmo nos escritos mais tardios. O conceito de sociedade civil, por exemplo, tem uma influência hegeliana, embora não possa ser reduzido a essa ascendência. Sobre esse debate entorno das ascendências filosóficas e políticas do conceito de sociedade civil em Gramsci, remeto novamente a Bianchi (2007).

25

Publicado em 1864 pela Igreja Católica e Papa Pio IX, era um documento no qual se elencavam os erros condenados pela Igreja, entre eles o liberalismo, ateísmo, comunismo e outros elementos da vida civil, como o casamento não-religioso.

(GRAMSCI, 1980, p. 72).²⁶

“Como não se nega e não se supera o catolicismo ignorando-o, também não se supera e não se nega o idealismo ignorando-o” (ibid., p. 71).²⁷ A forma com a qual Gramsci relacionou-se com o idealismo, de Hegel a Croce, pode ser entendida como um efetivo movimento de superação, aniquilação e conservação (LOSURDO, 2006, p. 30). A ideia fundamental é que o marxismo, como filosofia, apoia-se sobre os alicerces das conquistas realizadas pela história da cultura universal e não poderia estar sem elas, mas ao mesmo tempo é sua tarefa reelaborar essa herança colocando-a com a perspectiva que se abre à humanidade pela mais elevada plataforma do marxismo.

Em síntese, essa aproximação entre a filosofia alemã e a Revolução Francesa significava entender ambas como conquistas da história universal, como expressões da modernidade que deveriam ser superadas dialeticamente. A revolução havia possibilitado a formação da modernidade capitalista e a difusão de um sentimento nacional que foi capaz de ligar o camponês ao Estado, fazendo com que se superasse uma solidariedade de tipo natural (“de sangue”) e se percebesse o tal vínculo como econômico. Esse tipo de cultura política moderna era ausente na Itália. Na península se mantinha uma mentalidade ainda feudal, em que o camponês não se sentia parte de uma coletividade. A falta de um sentido de Estado, na Itália, não tornava mais fácil a construção de uma consciência proletária e nem a apreensão da historicidade da vida social. A revolução na França tinha a grande relevância de oferecer uma lição histórica de como se organizou e construiu tal unidade nacional e, especialmente, sobre os vínculos entre cultura e revolução, sendo o Iluminismo entendido como fermento à unificação.

1.1 DO PAPEL DA CULTURA: ILUMINISMO E REVOLUÇÃO FRANCESA

²⁶

Il Sillabo ed Hegel [O Sillabo e Hegel], “*Il Grido del Popolo*”, 15 de janeiro de 1916. CT.

²⁷

Il Sillabo ed Hegel [O Sillabo e Hegel], “*Il Grido del Popolo*”, 15 de janeiro de 1916. CT.

Para Gervasoni (1998, p. 28), essa primeira abordagem de Gramsci sobre a Revolução Francesa insere-se em uma perspectiva de luta travada no campo intelectual. Uma nova elite intelectual deveria se desenvolver entre os socialistas, sendo então capaz de *salvar os valores da história* ao superar os pseudo-conceitos e apologias construídos sob a alcunha de ciência ou filosofia. Gramsci desenvolvia sua reflexão sobre o papel do intelectual socialista observando as relações entre cultura e revolução do século XVIII, mas também como ocorriam as aproximações entre cultura, arte e política na França contemporânea. Por isso as referências a Romain Rolland, como síntese do intelectual que preserva a história e a ciência diante das “turbulências das paixões”. A Ernesto Bertarelli, que criticava a ciência alemã com argumentos “velhos e falsos”, contrapôs a defesa de Rolland por uma elaboração intelectual que não faz de si e de seus ideais o centro do mundo. Em favor do universalismo, do distanciamento diante dos debates políticos mais prementes, Rolland refutava o apoio de intelectuais à guerra (GRAMSCI, 1980, p. 62).²⁸

Rolland, de fato, era importante para Gramsci refletir sobre o papel do intelectual na I Guerra: ele era considerado um educador moral, que através de sua produção teatral tinha reforçado o mito de 1789 contra a barbárie da guerra. Em *Socialismo e Cultura*, também redigido em 1916, Gramsci chamou o francês de verdadeiro intelectual, diferenciando-o daqueles que praticavam mero intelectualismo e que era o oposto do que se podia entender pelo conceito de cultura no socialismo (ibid., p. 100).²⁹

“Conhecer melhor a si mesmo através dos outros e conhecer melhor os outros através de si mesmo”. No ano 1916, Gramsci entendia que esse processo de conhecimento levaria a formação da consciência unitária do proletariado, em outras

²⁸

Intellettualismo [Intelectualismo], “*Avanti!*”, 11 de janeiro de 1916. CT.

²⁹

Socialismo e cultura [Socialismo e cultura], “*Il Grido del Popolo*”, 29 de janeiro de 1916. CT.

palavras, redundaria em uma cultura superior elaborada. Tratava-se então de entender o *projeto de construção socialista também como um processo de formação de uma nova cultura*.

Compreendida sobretudo como um processo, essa concepção de cultura se contrapõe ao saber enciclopédico, caracterizado pelo acúmulo de conhecimento “no qual o homem é visto apenas sob a forma de um recipiente a encher e entupir de dados empíricos, de fatos brutos e desconexos, que depois ele deverá classificar em seu cérebro como nas colunas de um dicionário”. A cultura como acúmulo reforça a distinção hierárquica entre os que sabem e os que não sabem, colocando “até mesmo o operário mais qualificado em uma posição de inferioridade diante do acadêmico” (ibid., p. 100).³⁰

A elaboração de uma nova cultura requer um esforço que não é apenas coletivo (da classe), mas também individual. A percepção do eu e da personalidade individual, a compreensão de sua posição e função individual diante das circunstâncias históricas: isso não pode ser imposto, pois depende fundamentalmente de uma iniciativa individual. Pode-se ler, nesta formulação de Gramsci, um recorte subjetivista. Mas, com isso, Gramsci pretende se contrapor à ideia de que a consciência proletária é diretamente derivada do movimento da história ou da “pressão brutal das necessidades fisiológicas”. Ela depende de reflexão e de formulação de ideias, da compreensão da história e da função particular do sujeito na história, ou seja, de “seu próprio valor histórico” (ibid., p. 101).³¹ Esse trabalho de formulação ocorre com a crítica da sociedade capitalista. Para Gramsci, crítica quer dizer cultura. Ela deve ser um elemento que se difunde e agrega os indivíduos que compõem a classe proletária que até então tinham tratado de suas questões econômicas e políticas de forma particularizada.

A Revolução Francesa é citada então como um exemplo histórico no qual um processo de crítica e penetração cultural antecedeu uma mudança social radical.

30

Socialismo e cultura [Socialismo e cultura], “*Il Grido del Popolo*”, 29 de janeiro de 1916. CT.

31

Socialismo e cultura [Socialismo e cultura], “*Il Grido del Popolo*”, 29 de janeiro de 1916. CT.

Aparecerem aqui elementos que serão depois reiterados na análise de Gramsci sobre a temática. Ele apresentou uma crítica da visão do Iluminismo como uma elaboração abstrata – em oposição à visão partilhada por Croce e Gentile³² - estabelecendo a relação entre o pensamento das Luzes e a Revolução burguesa, portanto, entre filosofia e política. O Iluminismo foi ele mesmo uma grande revolução mediante a qual

formou-se em toda a Europa uma consciência unitária, uma internacional espiritual burguesa, sensível em todos os seus elementos às dores e às desgraças comuns, e que foi a melhor preparação para a sangrenta revolta

que depois teve lugar na França (ibid., p. 101).³³

Essa posição não o levou a apontar a excepcionalidade da cultura daquele país, como fazia a propaganda bélica. A campanha pela participação da Itália na I Guerra Mundial ao lado da Tríplice Entente recorria com frequência à imagem da França revolucionária. Mussolini, em seu *Popolo d'Italia*, reafirmava reiteradamente a experiência jacobina (GERVASONI, 1998, p. 26).

É preciso apontar que, de modo geral, nos escritos jornalísticos de Gramsci a França histórica e literária tinha destaque em relação à França contemporânea. Enquanto a propaganda intervencionista se baseava sobretudo na oposição entre civilização e barbárie/cultura alemã e cultura francesa, ele se esforçou em refutar qualquer resquício do mito da França revolucionária. Quando tratou da III República, o fez para ressaltar os traços de continuidade daquele período com a linguagem política do antigo regime. Para ele, as paixões mais acirradas se esgotaram e a “revolução acabou”. O que se vê é o retorno do antigo, sob a forma do grotesco, do caricatural. As fórmulas abstratas e de propaganda têm um pequeno papel na mudança. Gramsci ilustra essa afirmação citando Anatole France e sua obra *Les*

³²

Em *La filosofia di Giambattista Vico* (1911), Croce citou o enciclopedismo e o racionalismo como privados de qualquer importância teórica. Gentile, em *Il pensiero pedagogico di V. Cuoco* (1909), chamou a Revolução Francesa e sua cultura de abstratas. Esta formulação encontra uma expressão historiográfica em Cuoco, que julgou como abstratos a Revolução Francesa, o Iluminismo e os próprios jacobinos. Essa tradição italiana de interpretação da França será abordada adiante.

³³

Socialismo e cultura [Socialismo e cultura], “*Il Grido del Popolo*”, 29 de janeiro de 1916. CT.

dieux ont soif, narrando o episódio em que o artista Gamelin reformulou as figuras do baralho dando a eles os símbolos republicanos acreditando com isso estar fortalecendo a Revolução (GRAMSCI, 1980, p. 284).³⁴ Nada mais do que símbolos, aquela França herdeira de um espírito revolucionário e terra da Liberdade, Igualdade e Fraternidade não existia mais. Ela predicou tais valores, mas foi incapaz de transportá-los às suas colônias (ibid., p. 255).³⁵

Depois da intervenção da Itália na guerra, Gramsci dedicou-se a atacar o discurso bélico e o nacionalismo em um trabalho regular de crítica denunciando sua crueldade e a irracionalidade. Os socialistas estavam então divididos e frágeis, o que a ruptura da fração de esquerda de Benito Mussolini explicitou; os liberais majoritariamente se aproximaram dos nacionalistas, que passaram a exercer no período de guerra a direção hegemônica da cultura italiana. A oposição ao conflito foi feita principalmente por Croce³⁶ – e Gentile até certo momento – e por Gramsci, já na direção da *Avanti!* em Turim (D'ORSI, 2011, p. 136).

É possível indicar também no ano de 1916 uma aproximação da temática da Revolução Francesa em Gramsci. Em outubro daquele ano ele ministrou um curso sobre o tema em Barriera de Milão e Borgo San Paolo. Em outra ocasião, tratou nestes cursos da Comuna de Paris e, ainda, da obra de Romain Rolland (FIORI, 1979, p. 131). Tais atividades se inseriam em um esforço de estimular o estudo de temas culturais por jovens socialistas, destacando a importância do método e da elaboração de crítica. Atividades similares foram realizadas novamente em 1918 nos encontros do Clube de vida moral, do que sabemos que uma das bibliografias

34

I re immortale [O rei imortal], “*Avanti!*”, 30 de abril de 1916. CT.

35

La guerra e le colonie [A guerra e a colônia], “*Il Grido del Popolo*”, 15 abril de 1916. CT.

36

Croce tratou da guerra em sua revista *La critica*. Parte dos ensaios e demais escritos que tratavam da temática foram publicados, ao término do conflito, em *Pagine sulla guerra* (1919). Foi republicado em 1928 e depois em 1950, quando para especificar que tratava da I Guerra foi intitulado *L'Italia dal 1914 al 1918*, com o segundo nome *Pagine sulla guerra*. No cárcere, Gramsci faz referência a esta última edição. Para uma abordagem dos escritos de Croce sobre a Guerra, cf. Finocchiaro (2005).

utilizadas foi *Rivoluzione francese*, de Salvemini (GRAMSCI, 2004, p. 145).³⁷

Seria possível dizer que havia uma ênfase nos aspectos culturais e políticos na abordagem da Revolução Francesa. Mas existem dois artigos, ambos de 1916, em que são explorados os aspectos econômicos da Revolução. O primeiro, publicado um dia após as celebrações de 14 de julho, apresenta uma síntese da análise das causas da Revolução Francesa que remonta à clássica formulação de Jaurès: ela dependeu de um anterior amadurecimento da classe revolucionária (a burguesia), que teve seu avanço impedido pela monarquia. Com isso, se fortaleceu o antagonismo e a classe colocou com mais clareza e de forma dramática seu projeto republicano. A “Revolução foi econômica e não política”, já que conduzida pela classe produtiva e com objetivo de modificar as leis de produção, “assim como aquela que preparamos” (id., 1980, p. 434).³⁸

Distanciando-se de Salvemini, que havia indicado que os objetivos da 1789 eram restritos às mudanças de ordem política, Gramsci fez sua análise da Revolução Francesa como econômica.³⁹ Porém, a revolução que os socialistas preparavam, segundo Gramsci, não poderia ser uma réplica da revolução burguesa: ele a imaginava de forma integralmente diversa, de maneira que seria impossível estabelecer qualquer paralelo (GERVASONI, 1998, p. 39).

Um pouco depois, em outubro de 1916, ele retomou a temática econômica da revolução tratando da contradição entre o elemento econômico e as formas da superestrutura - isto é, o antagonismo do desenvolvimento técnico da produção capitalista com a ordem feudal. Da mesma forma que existiu um núcleo econômico-produtivo antagônico, cujo aprimoramento técnico teve certa autonomia em relação à classe dominante (monarquia); poderia se indicar que “os núcleos econômicos

37

[Clube da vida moral], carta a Giuseppe Lombardo Radice, março de 1918. *EP1*.

38

14 luglio [14 de julho], “*Avanti!*”, 15 de julho de 1916. *CT*.

39

Sua obra *La rivoluzione francese (1788-1792)* (1905) será citada nos Cadernos e considerada equivocada na periodização da Revolução (Q 4, § 38, p. 457; Q 13, § 17, p. 1582) e inseriu a crítica ao historiador na nota que discute o que chama de *storia feticistica* (Q.9, §105, p. 1170).

criados e alimentados pelos proletários contemporaneamente podem ser uma potência para a superação da sociedade burguesa”. Ele seguiu aqui um argumento de Sorel,⁴⁰ tendo como questão de fundo a Revolução de Fevereiro na Rússia: era possível que um núcleo proletário, desenvolvido no feudalismo, “saltasse” a fase da sociedade burguesa (GRAMSCI, 1980, p. 602)⁴¹ ?

A resposta dada por Gramsci a essa questão era positiva. Desde suas primeiras intervenções, considerou que na Rússia se desenrolava uma revolução proletária e não democrático-burguesa. O jacobinismo era precisamente a experiência que separava os dois episódios. A burguesia impõe sua força e pretende manter o domínio de classe, o que fez através dos jacobinos. Os russos, que não são jacobinos, têm um objetivo que não pode ser de poucos. Eles estão preparados e inclusive ultrapassaram culturalmente a burguesia (ibid., p. 602).⁴²

O que permanece da Revolução Francesa na síntese gramsciana? Isto é, o que foi preservado e alçou um lugar na elaboração do italiano? Nesta primeira fase, Gramsci valorizou fundamentalmente as relações entre cultura e revolução, sendo a cultura filosófica da França do século XVIII entendida não como abstração e sim como expressão/elaboração do pensamento que tanto reflete o desenvolvimento histórico da sociedade capitalista como foi capaz de incindir sobre as lutas políticas travadas para a integral realização da função histórica da classe revolucionária daquele contexto. Entre a filosofia das Luzes e a Revolução na França não há uma simples influência da primeira na segunda, no sentido que não é o acesso dos revolucionários às obras filosóficas que desencadeia a luta contra o Antigo Regime. Ambas são manifestações, em linguagens diversas, de um movimento histórico que culmina no Estado moderno burguês e se inicia no Renascimento. Entender

40

Esse debate foi feito por Sorel em *Avenir socialiste des syndicats* (1898). Traduzido por Arturo Labriola, foi publicado em 1903 no *Avanguardia socialista*.

41

Socialismo e cooperazione [Socialismo e cooperação], “*L'alleanza cooperativa*”, 30 de outubro de 1916. CT.

42

Socialismo e cooperazione [Socialismo e cooperação], “*L'alleanza cooperativa*”, 30 de outubro de 1916. CT.

simplesmente como influência remeteria também a uma cisão entre filosofia e política: não poderia se excluir que o Iluminismo tinha um projeto político; tampouco que as formulações filosóficas não se alteraram no decorrer do processo da consolidação do Estado nacional moderno.

A experiência francesa e sua revolução nacional seriam *modelos* para a nova revolução, esta não mais nacional e sim internacional, conduzida agora pela nova classe. Esse modelo gramsciano remete a 1789 ou antes, ou seja, a formação da concepção unitária da classe burguesa, e não a 1793. A recusa incisiva ao jacobinismo é a marca fundamental da análise de Gramsci até 1918.

1.2 SENTIDOS E FORMAS DO JACOBINISMO (SÉCULO XVIII-XX)

Os jacobinos são de todos os tempos e todos os lugares. Em um Estado onde os laços sociais deixam de ter a força necessária para manter a ordem estabelecida, eles populam como vermes em um cadáver. Em um Estado que tem grande força em suas instituições eles não ousaram se mostrar (JOSEPH-GENEVIÈVE, conde de Puisaye, 1803, p.284).

No início do século XIX, o monarquista Conde De Puisaye definiu os jacobinos como os “homens que nada têm, ou pouco possuem, e que usam todos os meios para obter o que desejam” (GENEVIÈVE, 1803, p. 284). A presença destes homens no século XVIII deu origem ao Terror, mas eles já haveriam irrompido no cenário da história durante a antiguidade romana, segundo o Conde. Ideologicamente comprometida com a monarquia, essa abordagem nos apresenta uma forma de considerar os jacobinos que teve depois uma longa trajetória. Para além do discurso apologético – reiterado com frequência nos séculos seguintes - ele apresenta os jacobinos como uma *constante na história*. Ao desenhar as relações entre o passado e o presente daquele grupo político, estava sendo configurada a característica *trans-histórica* dos jacobinos.

Puisaye não pôde alcançar, obviamente, como no decorrer do século XIX e XX os jacobinos mantiveram-se presentes no pensamento político. Nestes dois

séculos ocorreram mudanças no significado do termo, deixando de designar apenas aquela experiência histórica e passou a compreender também um certo tipo de comportamento ou maneira de se fazer política, o que teve ecos na história, historiografia e mesmo na literatura. As mudanças de significado, no entanto, não podem ser descritas apenas de forma diacrônica. Isso porque tal significado era disputado por diferentes grupos políticos, que o tratavam desde uma recusa radical a uma defesa enfática.⁴³ Posicionar-se sobre os jacobinos significava portanto lidar com a herança desses debates.

No decorrer dos séculos XVIII ao XX, as modificações no termo jacobinismo acabaram por formar engastes históricos que deram ao termo uma polissemia de sentidos. É preciso então retomar a construção de tais engastes para compreender como ele foi mobilizado por Gramsci na primeira década do século XX, o que perpassa pela necessidade de se reconhecer que o ambiente intelectual e político italiano fornecia ao jacobinismo um novo terreno sob o qual deveria ser reformulado. Começamos, então, com a reconstrução do conceito do jacobinismo em sua trajetória concomitantemente política e historiográfica, como demonstra Vovelle

43

Poderia se dizer que a diacronia de um conceito existe justamente pelas disputas que se faz do seu significado, colocado em jogo em cada um dos seus usos efetivos e em diferentes contextos históricos. Isto é, em cada um desses momentos o conceito é atualizado, embora resistam as sedimentações de sentidos correspondentes à épocas e circunstâncias de enunciações diversas, mantendo-se uma polissemia (SILVA, 2009; KOSELLECK, 1985, 2002). No caso específico do objeto em análise (o jacobinismo), a história de sua recepção diz tanto sobre a história dos radicais franceses quanto sobre o momento histórico e político em que ele foi mobilizado. Os estudos sobre os grupos em atuação no contexto da Revolução Francesa tiveram certamente um desenvolvimento qualitativo no início do século XX (sofisticação teórica e de métodos, com contribuição de diferentes áreas do conhecimento como a sociologia, antropologia e mesmo demografia e estatística, o que contribui para a superação da fase puramente ideológica ou de análises memorialistas, etc) (VOVELLE, 2001; RAO, 2003a, 2003b). Sabia-se mais sobre os jacobinos do que no passado (origem de classe, disputas das forças políticas internas da *Montagne*, relação dos Clubes Jacobinos com a Assembleia e a distribuição dos clubes nas províncias, etc). E a análise das recepções, que será abordada neste subitem, nos mostrará como tal esforço “científico” combinava-se com uma celebração das instituições republicanas francesas e do centenário em 1889, e que um novo capítulo do jacobinismo foi escrito depois da revolução na Rússia.

(2000; 2001), a quem sigo na periodização.⁴⁴

1.2.1 Jacobinos e jacobinismo na França

Pode-se afirmar que até 1830, com o fim da geração revolucionária e a reação monárquica, foi frágil e limitada a difusão dos movimentos conspiratórios e insurrecionais. Isto é, não poderia se falar neste período de um liberalismo internacionalista europeu, à despeito da existência da organização *carbonari* italiana que teve associados franceses e espanhóis; e do emblemático Philippe Bounarroti (1761-1837). De modo geral, não era recorrente a existência de organizações autodenominadas jacobinas: essa etiqueta era usada com fluidez, de forma mais recorrente os grupos definiam-se como patriotas ou liberais com aspirações nacionais. Para Vovelle (2001, p. 111), o que se verificava na Itália, mas também na França, era um movimento anti-absolutista, restrito mesmo numericamente a ponto Agulhon referir-se aos blanquistas como *jacobinisme du Quartir Latin*, ou seja, limitado aos intelectuais e estudantes da vanguarda, marcado pelo formalismo e pelo comportamento de tipo intransigente. Nesse aspecto, a afirmação de Vovelle coincide com Gramsci dos *Quaderni*, que colocou em questão o jacobinismo do que ele chamou de primeira fase do liberalismo italiano (o Triênio Jacobino do fim do século XVIII ao início do XIX) tratando-o como um movimento “deteriorado” em relação aos pioneiros de 1793 (Q.19, §48, p. 2068).

Com as revoltas populares de 1830 iniciou-se uma renovação do jacobinismo, no que a pedagogia daquela geração de republicanos socialistas como Louis-Auguste Blanqui (1805-1881), Luis Blanc (1811-1882) e Étienne Cabet (1788-1856) teve papel essencial. A publicação por Bounarroti da *Conspiration pour l'égalité dite*

44

A periodização de Vovelle (2000; 2001) apresenta as seguintes fases do conceito na França: fase dos *jacobinos históricos*, que se inicia com os primeiros momentos da Revolução e se encerra com Bounarroti, portanto por volta da década de 1830; uma segunda dos *herdeiros jacobinos* que segue até a Comuna de Paris e por fim os *neo-jacobinos* bolcheviques.

de Babeuf (1828) também enriqueceu a tradição jacobina. Ocorreu uma aproximação de republicanos, socialistas e messiânicos cristãos sob essa denominação, cujas divergências ideológicas foram mais tarde acentuadas e levaram a uma cisão entre socialistas e republicanos, mas nas décadas de 1830-1840 eles poderiam ser conjuntamente chamados de jacobinos. Esses valorizavam a figura de Robespierre, sendo o Terror entendido como meio justificável para terminar a Revolução. Além disso, Babeuf havia ensejado uma ampliação, de caráter social, ao robespierrismo. Os *quarante-huitards* se travestiram de jacobinos, assim como o grupo que viveu aquela experiência revolucionária inicial havia usado as anacrônicas vestes romanas (VOVELLE, 2001, p. 115).

Havia portanto um movimento político auto-denominado jacobino, que depois de 1848 ganhou nuances. A aliança entre camponeses, trabalhadores urbanos e a pequena e média burguesia estabelecida até 1851 foi rompida durante o II Império francês, período de maturação ideológica acompanhada de uma redistribuição dos papéis de cada grupo econômico e social. Dessa forma, foi sendo desenhada nova contestação do jacobinismo. Na historiografia, Edgar Quinet (1803-1875) publicou *Révolution* (1865) em que retomou a posição de Jules Michelet (1798-1874) e os definiu como violentos e despóticos. No âmbito da esquerda, Pierre-Joseph Proudhon em *Confessions d'un révolutionnaire* (1868) também voltou a Michelet, tratando da ditadura jacobina através da metáfora da máquina que, centralizadora e absolutista, esmagava os adversários (ibid., p. 116-117).

A Comuna de Paris foi um demarcador fundamental do movimento jacobino europeu. Derradeiro acontecimento insurrecional citadino em que houve unidade entre produtores independentes, trabalhadores urbanos e pequena burguesia, contou com uma significativa presença de jacobinos autoproclamados. Vários atores daquele momento, como Gustave Coubert (1819-1877), indicavam a anacronia dessa referência. Tratava-se da necessidade de distinção entre os republicanos, que defendiam a democracia parlamentar e sua expansão por via da educação, o que cabia em uma referência patriótica; e os radicais socialistas.

Às vésperas da I Guerra se verificam novas fissuras: por um lado, os

sindicalistas ou libertários faziam a crítica ao autoritarismo jacobino – tendo como figura emblemática Georges Sorel (*Réflexions sur la violence* – 1908). O jacobinismo torna-se sinônimo de patriotismo conciliatório com as forças tradicionais: os partidos socialistas que nasceram na virada do século, a II Internacional e os movimentos sindicais passaram a reconhecer a Revolução Francesa e os jacobinos como uma mistificação burguesa.

1.2.2 Jacobinos e jacobinismo na Península Italiana

Era conveniente fazer crer que a Revolução de 1789, já que ocorreu na França, era como se tivesse ocorrido na Itália, na medida que era cômodo se servir dessas ideias francesas para conduzir a massa; e era conveniente servir-se de antijacobinismo [...] para ir contra a França quando isso convinha (Q.14, §37, p. 1694).

Na Itália, o conteúdo revolucionário e a produção intelectual sobre a Revolução Francesa deteve características peculiares que estão relacionadas à experiência problemática e tardia de consolidação do Estado moderno na península. Além disso, a ocupação francesa a partir de 1796, que se ampliou até 1798, impunha à política e à reflexão historiográfica da Itália a contraditória questão de ser tutelada pelos representantes dos ideais liberais e democráticos (VOVELLE, 2000; WOOLF, 1973).

A expansão dos clubes jacobinos na península, ocorrida durante a fase de reação antijacobina dos Diretórios Franceses (1795-1799), coincidiu com a adesão de seus governos às nações antifrancesas e no plano interno com o enfrentamento das tendências reformistas liberais (WOOLF, 1973, p. 155). A República Romana (1798-1799), com aval da França e a imposição de uma Constituição, e da República Napolitana (1799), são paradigmáticas da ação jacobina na Itália. As dificuldades em estabelecer liames entre burguesia, camponeses e o restante da massa eram características dessas revoluções. O distanciamento originava-se da incompreensão, na Itália, das ideias de universalidade difundidas pela burguesia

francesa; o que derivava da alteridade política, econômica e cultural entre a Itália e França. Os jacobinos foram exportados pelas campanhas napoleônicas de 1796 e não desenvolvidos em processo histórico autônomo. Por sua artificialidade, foram incapazes de difundir e solidificar as ideias liberais e não se envolveram em grandes movimentos de ação como ocorreu na Europa do Norte.

Por isso, destacou Santato (1990, p. 11), tanto na historiografia como na política, o jacobinismo era considerado uma força estranha, estrangeira e cujo conteúdo não poderia então ser traduzido para a realidade italiana. Cuoco inaugurou essa tendência interpretativa e, como apontou Rao (2003b, p. 3), a analogia França - Itália sistematizada por Cuoco influenciou de atores do *Risorgimento* a historiadores como Carlo Botta (1766 -1837), que tratou os eventos revolucionários como “calamidades”; Cesare Balbo e o *Sommario della storia d'Italia* (1846), no qual definiu como vergonhosa a execução da realeza; e Luigi Blanch (1784-1872) que excluiu a fase do Terror de sua história da Revolução Francesa.

Em seu *Saggio storico sulla rivoluzione di Napoli* (1801), Cuoco apontou que República Napolitana sustentava-se na frágil aliança entre pequena burguesia e as forças napoleônicas, era portanto estranha à massa e incapaz de solidificar as instituições e pensamentos da modernidade política. Observador e participante das lutas pela instauração da República, ao verificar o distanciamento da massa do processo de insurgência, definiu-a como revolução passiva (CUOCO, 1863). No entanto, não rejeitou a Revolução Francesa nem o Iluminismo, como parece mais evidente em seus escritos como jornalista entre os anos 1801-1815 (RAO, 2003b, p. 12), embora refutasse as práticas jacobinas e se aproximasse de uma perspectiva antiabsolutista, mas não republicana (SANTATO, 1990, p. 101).

Os acontecimentos de Nápoles teriam demonstrado para Cuoco as limitações dos jacobinos italianos e a inadequação das ideias da Revolução Francesa na Península. Nesse aspecto evidencia-se o posicionamento anti-jacobino de Cuoco: para ele, como as ideias de Robespierre não detinham conexão com os fatos, eram portanto abstrações que poderiam ser impostas apenas pela força e terrorismo, pois “[...] as leis são sempre mais cruéis quanto mais são caprichosas” (CUOCO, 1863, p.

103). A influência do autor no *Ottocento* deve-se a essa visão unitária e patriótica, mais conciliadora do que revolucionária, que era o fermento ideológico dos homens da Unificação (SANTATO, 1990, p. 16). A historiografia de Cuoco, nesse sentido, compartilhava a incompreensão e a hostilidade em relação aos jacobinos verificada não apenas na Itália, mas na produção europeia e mesmo francesa (RAO, 2003b, p. 04).

Cesare Lombroso oferece uma análise ilustrativa dessa tendência. Em uma conferência intitulada *La delinquenza nella Rivoluzione francese* (1893), ele utilizou a categoria delinquência política para explicar os conflitos durante o processo revolucionário francês. Citando Hippolyte-Adolphe Taine (1828-1893), argumentou sobre o esforço inútil revolucionário uma vez que as rupturas necessárias sempre decorrem de um amadurecimento lento e gradual, sem grandes abalos; sendo tais rupturas necessárias justamente por serem expressão histórica da evolução (LOMBROSO, 1897, p. 18). Na França houve uma revolta, feita por poucos prepotentes e aos quais se juntaram delinquentes tendo como pretexto de atuação a política e que acabaram em razão de sua excessividade por “impedir aquela evolução lenta e fecunda que se manifestava em todas as classes” (ibid., p. 25).

A crítica a essa tendência de análise foi feita por Croce. Sua reflexão buscava superar a fase “não-científica” através de um método que conciliava a pesquisa histórica com um sistema filosófico geral, identificando a história com o ato de pensamento, isto é, o pensamento entendido como filosofia e história. A contribuição essencial de Croce foi entender o *Risorgimento* como um projeto de unificação, disputado na península e executado pela prepotência heroica de uma minoria (CROCE, 1925, p. 260). Compartilhava a ideia de que a Revolução Francesa tinha componentes abstratos, tal como consideram os historiadores que o antecederam. Mas, para Croce, diferentemente de Cuoco, a abstração tinha uma origem filosófica que remetia ao Iluminismo e seu racionalismo a-histórico (RAO, 2003b, p. 5).

A concepção de Croce sobre a Revolução na França alterou-se em articulação com os posicionamentos dos socialistas. Croce manteve-se próximo do marxismo até por cerca de 1890 e se vinculou à tendência dos socialistas de tratar a

Revolução Francesa de modo independente, o que permitiu superar a abordagem nacionalista que negava qualquer influência da França na construção de um nacionalismo unitário.⁴⁵ Para ele, os franceses difundiram a ideia de unidade e pátria baseados na concepção moderna de política e na defesa de seus mecanismos, como a representatividade (CROCE, 1925, p. 217-218).

Com Benedetto Croce se estabeleceu então uma nova interpretação, agora positiva, sobre as campanhas italianas republicanas inspiradas pelo nacionalismo francês. No entanto, ele considerava que os jacobinos na França foram uma forma de democratismo, espécie de degeneração do liberalismo político que atuou

perseguido com fúria e cegamente as suas abstrações, [e] não apenas destruiu [...] o tecido do corpo social, mas trocando o povo por sua parte e manifestação menos civil, com a inorgânica massa barulhenta e impulsiva, e exercitando a tirania em nome do Povo, [...] no lugar de igualdade e da liberdade abriu caminho para a igualdade servil e à ditadura (CROCE, 1961, p. 33).

A Revolução Francesa nos primeiros escritos de A. Gramsci era lida tendo como “lente” a França contemporânea. Era, portanto, o presente que lhe oferecia uma perspectiva de mirada do passado: o conservadorismo da III República mostrava-lhe que aquela Revolução havia efetivamente se encerrado em um conjunto de instituições, que caracterizavam a modernidade política, e serviam de justificativa então ao colonialismo e à I Guerra Mundial. Refutando o antagonismo entre a “civilização” francesa e a “barbárie” dos inimigos da Entente (e também dos povos colonizados), defendeu sua posição antibélica de maneira enfática, em especial em 1916. A publicação do artigo *Neutralidade ativa e operante* em outubro

45

Uma abordagem positiva e que também superava o nacionalismo foi feita por Lemmi (1906), que indicou que a Revolução Francesa estava na origem da Unificação, construindo assim uma relação positiva entre a política francesa do período de 1789-1815 e a propagação de um fundamento patriótico nacional na Península.

de 1914 no periódico *Grido del popolo* (e que inaugura sua contribuição com a imprensa socialista) havia gerado controvérsias acerca de sua posição sobre a intervenção da Itália no conflito, em especial entre os seus contemporâneos, sendo que parte dos socialistas aproximou sua posição do belicismo de B. Mussolini. No entanto, uma leitura dos textos desse período da produção gramsciana reafirma sua oposição intervencionista, fundamentada em um pacifismo humanista influenciado em especial por Romain Rolland e Charles Peguy. Estava ausente, em Gramsci, a percepção de que a guerra levaria a uma aceleração da revolução, não compartilhando assim da visão taumatúrgica do conflito e nem da teoria do imperialismo estando, com certas ressalvas, mais próximo de Benedetto Croce (cf. RAPONE, 2014; SILVESTRINI, 2012).

A cultura francesa e o papel dos intelectuais no país latino lhe interessavam, não obstante, como um modelo histórico que servia para ilustrar um processo no qual um longo movimento ao mesmo tempo político e cultural acabou por contribuir com a superação da Antiga ordem. O Iluminismo não era tratado como um pensamento abstrato e a difusão e os fundamentos dessa filosofia o levaram a tratar a revolução com processo de criação integral de uma *nova cultura*, no qual o trabalho de crítica do pensamento da classe dirigente tinha um papel de primeira relevância.

A identidade que Gramsci estabeleceu entre a filosofia e a política, discutida nesse capítulo, animará sua leitura sobre a Revolução Francesa nos anos subsequentes. Mais particularmente, ele elaborou desde os primeiros escritos a aproximação entre a filosofia alemã (em especial, o hegelianismo e o kantismo) e a Revolução Francesa, que será aprofundada em especial nos *Quaderni del carcere*. Nesses primeiros anos, será sob influência neo-idealista que Hegel e a política francesa serão tratados como expressões da modernidade política. E, de forma complementar, na França do começo do século se conformava um jacobinismo patriótico, conciliador e republicano, estimulando uma crítica “de esquerda” – emblematicamente formulada por Sorel – aos jacobinos e ao jacobinismo.

Em Gramsci, por sua vez, enquanto o jacobinismo aparecia como um

movimento sectário e intransigente, marcado pelo artificialismo, a Revolução Francesa manifestou-se como um processo dotado de senso histórico, inserido em um movimento de luta pelo fim de privilégios. De posição socialista intransigente, completava que será então o proletariado a classe que dirigirá a *outra revolução*. O momento histórico no qual essa adquiria uma expressão concreta na Rússia será abordado no próximo capítulo, quando uma retomada do processo revolucionário de outrora, em Gramsci, passará a contar com uma maior aproximação da historiografia sobre o tema.

2. AS DUAS REVOLUÇÕES E O ADENSAMENTO DA ANÁLISE HISTÓRICA (1917-1918)

Para Gramsci a Revolução Francesa deveria ser entendida como correspondente político do Iluminismo. Essa mudança no âmbito da filosofia estava ligada à elaboração de uma *nova cultura*, que possibilitou a construção das instituições do regime que era erigido e foi sobretudo um cimento unitário francês. Mas como as instituições da modernidade política se tornariam concretas? Retomando a caracterização de Gaetano Salvemini entre a *fase negativa* como o momento de destruição das formas antigas e a *fase positiva* de edificação de uma sociedade nova, fundamentada em um novo direito, governo e na representatividade, podemos dizer que Gramsci destes anos iniciais deteve-se à fase negativa. Isto é, ele preocupou-se fundamentalmente em estabelecer como a nova cultura se desenvolveu durante o absolutismo e o corroeu, enfatizando as origens e causas da queda. A fase jacobina - que poderia ser vista como a fase de construção - foi recusada em seus textos de juventude.

Os radicais do Ano II, objeto de ampla controvérsia política e historiográfica, eram no contexto italiano entendidos de maneira negativa. As raízes dessa recusa remontavam ao moderantismo de sua burguesia, cuja atuação política se pautava na conciliação com os setores da nobreza e clero; e também em razão do domínio francês no período do Diretório (1795-1799).⁴⁶ Os herdeiros jacobinos no século XX, identificados como nacionalistas abstratos e defensores de uma herança liberal decadente, também corroboravam tal negatividade. Partilhavam deste consenso antijacobino também Croce e Sorel, figuras centrais do período de formação de Gramsci (GERVASONI, 1998; MEDICI, 2000; LOSURDO, 2006).

O marxista italiano aproximava-se, nestes anos, da historiografia francesa

46

Colegiado que exerceu o poder executivo durante a reação Termidoriana, com a qual a alta burguesia com apoio do Exército pretendeu superar a onda revolucionária estabelecendo um governo liberal e moderado. Marcantemente antijacobina, sua existência coincidiu com a Conspiração dos Iguais de Gracchus Babeuf (1760-1797).

mais contemporânea sobre o tema, fortemente embasada em uma renovação do método de pesquisa e atenção às fontes; e também se diferenciava da leitura que ia tomando forma nos ambientes socialistas internacionais. Desde a Revolução de Fevereiro na Rússia, os socialistas eram estimulados a refletir sobre a *outra revolução*, relativamente próxima em termos históricos e que poderia ser uma referência concreta para se pensar sobre o processo em curso.

Essa reflexão exigia um amadurecimento da temática, o que não foi diferente em Gramsci. Assim, é possível identificar no italiano um percurso da reflexão sobre o jacobinismo, que começou a ganhar densidade a partir 1917 e teve como ponto de inflexão o ano de 1921. Essa inflexão coincide com a influência de Albert Mathiez e de seu artigo *Le bolchévisme et le jacobinisme* [O bolchevismo e o jacobinismo] (1920).

Publicado no *L'Humanité* em 1920 e no mesmo ano em Paris na revista *Scientia*, o artigo *Le bolchévisme...* foi traduzido por Gramsci e dividido em partes para publicação no *L'Ordine Nuovo* nos dias 24 de março, 4, 8 e 9 de agosto de 1921. Apresentando um paralelo entre os radicais do século XVIII e os bolcheviques e entre Lênin e Robespierre, Mathiez afirmou pretendia demonstrar que “entre os métodos dos jacobinos e dos *Montagnards* franceses, as analogias não são apenas aparentes, mas que existem entre um e o outro relações estreitas e lógicas” - não obstante a adaptação dos métodos aos diferentes países e circunstâncias (MATHIEZ, 1920, p. 3).

Essa analogia foi defendida também por Lênin, que se colocava como jacobino contra os mencheviques-girondinos. O próprio método dos franceses (como a ditadura revolucionária apoiada pela massa urbana e do campo) foi então considerado uma forma de obter resultados favoráveis ao proletariado e aos camponeses e evitar a restauração (KONDRATIEVA, 1989, p. 61). Mas, mesmo no ambiente russo revolucionário, essa positividade na avaliação do jacobinismo não era consensual.

Instado pelo presente, o termo assumia então novos sentidos e polêmicas, pautado em um quadro referencial historicamente construído e que conjuga política

⁴⁷
e a historiografia.

2.1. O JACOBINISMO E SEU CONTRÁRIO

O jacobinismo em Gramsci foi utilizado com escassa recorrência, maior a partir de 1917 e depois da Revolução de Fevereiro, como uma expressão negativa e de forma a-histórica. Mesmo não sistematicamente desenvolvida ou elaborada, era utilizada como referência para a abordagem da política contemporânea, aparecendo como a forma negativa de seu projeto socialista: sua única qualidade seria a de mostrar o que os socialistas não devem ser (GRAMSCI, 1982, p. 409).⁴⁸

Em 1917, indicando o transformismo como um fenômeno tipicamente moderno e próprio também dos pseudo-socialistas, procurou demonstrar como o mesmo relacionava-se com uma perspectiva empírica e contingente do mundo social. Tal empirismo impedia a apreensão de que a “ideia sempre supera o fato simples já que por meio da ideia criam-se outros fatos superiores” (ibid., p. 188).⁴⁹ Esse idealismo tinha um fundamento historicista: transcender os fatos significava entender sua provisoriedade, ligando-se a uma visão de perspectiva mais ampla e complexa. Pensar desta forma, atendo-se ao sentido vivo da história era o oposto de ser jacobino (id., 2004, p. 174). O termo é aproximado, portanto, do transformismo e utilizado nos debates internos ao PSI e contra o grupo que oferecia sustentação

47

Quadro referencial ou contexto linguístico nos termos de Skinner (1969), que destacou as relações que a linguagem detém com o contexto em que é emitida, pois tal contexto configura um conjunto de normas e convenções que deve ser reconstruído historicamente para se compreender o sentido das formulações em teoria política. Mais especificamente no que se refere ao tema aqui tratado, entende-se que esse quadro referencial conjuga diferentes contextos (Itália e França) e tempos históricos (século XVIII e XX).

48

La scimmia giacobina [O símio jacobino], “*Avanti!*”, 22 de outubro de 1917. CF.

49

Il Bozzacchione, “*Avanti!*”, 04 de junho de 1917. CF.

⁵⁰
parlamentar ao Governo Giolitti.

No artigo *La scimmia giacobina* a perspectiva jacobina recebeu uma crítica enfática: como os símios, eles são puro automatismo, repetem gestos, não tem conteúdo e a história é por estes apreendida de forma esquemática e limitada. São herdeiros da velha Itália liberal, das lojas maçônicas e grupos conspiratórios e que no século XX eram os membros da pequena burguesia italiana, livresca e particularista. Gramsci afirma que tal esquema histórico remete à imagem romântica da revolução burguesa construída na literatura e em nomes como Jules Michelet (1798-1874) e não aquela que havia “transformado profundamente a França e o mundo, que se estabeleceu no meio da multidão e que abalou e trouxe à luz as camadas profundas da humanidade submersa” (id., 1982, p. 408).⁵¹

Sendo o particularismo dos interesses a característica da própria classe burguesia, o jacobinismo poderia ser atendido como uma *forma burguesa de se fazer a política em geral e não apenas revoluções*. O jacobinismo e o Terror são, assim, fenômenos burgueses permanentes, que dependendo do momento histórico são mais ou menos intensos (ibid., p. 139);⁵² e de minoria e sempre potencialmente minoritário (ibid., p. 602).⁵³ Isso porque:

50

A cisão entre os grupos colaboracionistas ou reformistas com os intransigentes ou maximalistas (de Gramsci) foi aprofundada depois da Caporetto (09 de novembro de 1917). Nos escritos do *Il Grido*, Gramsci identificava os primeiro como empiricista no campo da política, que viam apenas o fato isolado. Essa era uma forma de responder à crítica feita pelos colaboracionistas de que a proposta dos maximalistas era abstrata: mostrando a superioridade da formulação por assim dizer abstrata, isto é, vinculada a um programa máximo que deveria ser buscado e cuja a viabilidade não poderia ser demonstrada de outra forma senão através da própria síntese histórica (GRAMSCI, 2004, p. 174). Uma ênfase na prática política, que reverbera na própria análise de Marx operada nestes anos: como um *historicista concreto*, para quem a história tem substância na “ética, na atividade prática, nos sistemas e nas relações de produção e troca. A história como acontecimento é pura atividade prática” (GRAMSCI, 2004, p. 162).

51

La scimmia giacobina [O símio jacobino], “*Avanti!*”, 22 de outubro de 1917. CF.

52

Note sulla Rivoluzione Russa [Notas sobre a Revolução Russa], “*Il Grido dei Popolo*”, 29 de abril de 1917. CF.

53

Costituente e soviety [Constituinte e soviety], “*Il Grido dei Popolo*”, 26 de janeiro de 1918. CF.

[o] regime burguês é um regime de tutela. O princípio de autoridade é sua base fundamental: e autoridade detesta o controle, detesta a discussão. A crise em que se debatem as democracias é produzida em grande parte pela contradição entre o princípio de autoridade, entre o jacobinismo necessário a todo Estado burguês, e a tendência das massas populares, socialistas e democráticas, a ampliar cada vez mais sua própria ação de controle (ibid.,⁵⁴ p. 393).

O princípio de autoridade também se manifestava naquilo que era entendido como a defesa liberal do livre pensamento. Para Gramsci, o livre pensamento fundamentava-se, no fundo, em uma autoridade que definia a forma correta de se pensar. Isto é, o pensamento é entendido como um produto de um indivíduo isolado, arbitrariamente concebido, que logra alcançar uma verdade que é então apresentada como dogmática e absoluta. O livre pensamento é correlato do princípio de autoridade e, logo, também resultado do “jacobinismo burguês, do individualismo burguês” (id., 1984, p. 113).⁵⁵

Diferente era o pensamento livre. Este percebe que o pensamento é condicionado pela cultura e história do indivíduo e encontra aí sua explicação. E a verdade de uma afirmação não é, também, definida arbitrária ou peremptoriamente – ela depende da possibilidade de difusão, ou seja, de quão aderente pode ser.

A verdade, para que possa se difundir, tem que se adequar às condições históricas (ou culturais) do grupo social em cujo seio se pretenda que ela seja difundida. E não há porque se maravilhar, ou se irritar, quando alguma objeção lhe é feita: mesmo a mais extravagante objeção tem uma causa; e só depois de tê-la compreendido e eliminado racionalmente é que se conseguirá refutar a objeção e convencer quem a formulou. É por isso que “pensamento livre” dos socialistas traz consigo grande tolerância [...], enquanto o “livre pensamento” dos maçons e dos libertários é intolerante e jacobino (ibid., p. 114).⁵⁶

54

Il privilegio dell'ignoranza [O privilégio da ignorância], “*Il Grido dei Popolo*”, 13 de outubro de 1917. CF.

55

Libero pensiero e pensiero libero [Livre pensamento e pensamento livre], “*Il grido del popolo*”, 15 de junho de 1918. NM.

56

Libero pensiero e pensiero libero [Livre pensamento e pensamento livre], “*Il grido del popolo*”, 15 de junho de 1918. NM.

Essa verdade despótica é apresentada ao mundo da política como produto de um contrato, ou seja, não são as relações políticas e econômicas que dão o substrato da vida social e sim um contrato rousseauiano, como um pacto entre aqueles que têm *boa vontade*. A recusa ao contrato é a traição dessa verdade absoluta. Compreender a política a partir de critérios concretos e não de abstrações ou verdades reveladas (Gramsci aproxima jacobinismo de messianismo) era possível a partir da crítica marxista (ibid., p. 149).⁵⁷

Em tudo, portanto, a utilização do jacobinismo para a análise da política moderna remetia à identificação de seu caráter burguês. Suas instituições (o livre pensamento, a democracia parlamentar) eram formas políticas e culturais necessariamente particularistas, de classe, e configuravam um tipo de direção minoritária. O que se colocava era uma crítica ao discurso democrático, que partia do pressuposto de moralização da vida política ao delegar aos sujeitos responsabilidade e participação na histórica, de modo que cada um poderia potencialmente se tornar autoridade e então existir uma circulação das minorias. Gramsci aponta que esse princípio democrático e liberal, demonstraria a própria história, não poderia se realizar integralmente na sociedade capitalista uma vez sua efetividade é “condicionada pelo modo de produção da riqueza e da concretude do pensamento da humanidade” (id., 1982, p. 836).⁵⁸ Portanto, mesmo a circulação dessas minorias não poderia ser assegurada uma vez que a riqueza não era acessível a todos os grupos sociais. A democracia integral era conciliável apenas com a ruptura com o sistema de produção e com o socialismo. Como considerou Gervasoni (1998, p. 50), há neste debate das minorias uma interlocução com a teoria das elites, o que demonstra a repercussão das formulações de Sorel, Pareto, Mosca e Michels nos ambientes socialistas e que teve impactos importantes na

57

La politica del “se” [A política do “se”], “*Il Grido del Popolo*”, 29 de junho de 1918. NM.

58

Repubblica e proletariato in Francia [República e proletariado na França], “*Il Grido del Popolo*”, 20 de abril de 1918. CF.

forma como Gramsci tratou do movimento socialista nas primeiras décadas do século XX.

A forma de luta ou estratégia política jacobina, como direção minoritária, era totalmente coerente com seu conteúdo de classe. Em realidade, conteúdo e forma de luta formam uma unidade. Uma revolução proletária teria tanto conteúdo como forma diametralmente diferentes da experiência francesa do século XVIII. Ainda em julho de 1917 ele apontou que os bolcheviques foram capazes animar a massa e organizar novas forças sociais de modo que a Revolução se expandia e seguia adiante – isso foi possível porque evitou o jacobinismo, uma direção fechada e restritiva. Embora tivessem uma direção também minoritária, essa pretendia se tornar maioria absoluta. Dessa forma, Gramsci justifica a dissolução da Assembleia Constituinte russa, em 06 de janeiro de 1918 – tratada pelos críticos como o

Termidor russo⁵⁹ - como um evento de liberdade apesar da aparência superficial de violência, isto é, apesar de parecer ser uma atuação de tipo radical francês. A Assembleia eleita sustentava-se em uma relação de forças desenhada no contexto pré-revolucionário. Esse contexto modificou-se e havia sido oferecido uma forma original de representação direita, que eram os soviets (GRAMSCI, 1982, p. 139-140).⁶⁰

Ao identificar o jacobinismo como método e com os objetivos da burguesia, é possível indicar que Gramsci não os entedia como arbitrários ou abstratos – posição que ganhará espaço na produção carcerária e que o colocava contra a argumentação bastante vigente no ambiente intelectual e político italiano. Ao contrário, Gramsci dá indícios de que o Iluminismo deveria ser tomado como uma concepção filosófica bastante concreta. Tratando do universalismo iluminista, que como apontamos era para ele o correspondente filosófico da política jacobina,

59

Foi considerado o 9 *Termidor* russo pela ala menchevique internacionalista. Em artigo de março de 1918, J. Martov (dirigente da ala) apontou que o fechamento vinculava-se a uma série de acontecimentos que se contrapunham às conquistas democráticas da Revolução. Os bolcheviques seriam, então, a contra-revolução.

60

Note sulla Rivoluzione Russa [Notas sobre a Revolução Russa], “*Il Grido dei Popolo*”, 29 de abril de 1917. CF.

afirmou que tal universalismo se torna concreto e individualizado através das experiências de homens também concretos e que se dão em espaços reais. Os nacionalistas, afirma Gramsci, que pretenderam se contrapor à ideia do universalismo iluminista acabam formulando uma compreensão do nacional puramente sensualista e que, por isso, “não significa nada, nada de humano e portanto nada que tenha qualidade” (ibid., p. 701).

Dessa forma, o universalismo poderia ser considerado mais concreto e superior ao nacionalismo, que embora seja uma forma “atrasada, é verdade, [...] ela consente a transição a uma forma mais alta de doutrina” (ibid., p. 701).⁶¹ Existe aqui, portanto, uma crítica ao empirismo e às implicações políticas de uma apreensão do real centrada exclusivamente nos dados mais imediatos aos sentidos.

Ele afirmava, agora, que as análises burguesas erravam ao criticá-los: “sem aquela violência, sem aquelas monstruosas injustiças”, as formas antigas não teriam sido superadas (ibid., p. 690).⁶² Elas foram uma necessidade histórica, fundamentais para a superação do Antigo Regime e duplamente violentos: ao derrubar o velho e ao construir a República jacobina. O revolucionário socialista deveria ser, portanto, de um tipo novo. A Revolução Russa, que iria para além da emancipação francesa, não podia repeti-la. Mas tal tentativa esbarrava na seguinte dificuldade: como refutar ideologicamente os radicais do Ano II, se não se conseguia superar o mito daqueles revolucionários?

No ambiente russo, desde os acontecimentos de 1905, as analogias com a França do século XVIII eram recorrentes. Para Lênin, embora na tradição marxista a Revolução Francesa não fosse considerada mais atual, na Rússia ela deveria ser tratada de forma diferente: ali, tanto se verificava a presença de uma autocracia “asiática” e a miséria no campo; como as insurreições de 1905 e a participação do campesinato eram similares ao período pré-revolucionário francês. Por outro lado, a

61

Maurizio Barrès e il nazionalismo sensuale [Maurizio Barrès e o nacionalismo sensualista], “*Il Grido del Popolo*”, 02 de março de 1918. CF.

62

Wilson e i massimalisti russi [Wilson e os maximalistas russos], “*Il Grido del popolo*”, 02 de março de 1918. CF.

Revolução Russa teria chance de ser mais ampla do que a burguesa devido à existência da crise agrária, que com a participação do campesinato e da pequena burguesia permitiriam que o proletariado instaurasse uma ditadura revolucionária democrática do proletariado e do campesinato. Essa ditadura teria como protótipo a Convenção, entendida por ele como uma ditadura das classes baixas.

Não obstante, como demonstra Kondratieva (1989, p. 61-69), mesmo entre os bolcheviques tal aproximação entre o marxismo e o jacobinismos não foi unânime. Mas, de forma sintética, pode-se afirmar que os russos da linha de Lênin valorizaram nos radicais franceses os elementos que forneceriam referências históricas para se pensar sobre partido de vanguarda que introduz no povo a consciência política, que não poderia ser por eles espontaneamente elaborada, e conquista o poder através de uma insurreição seguida de ditadura revolucionária. Essa organização e tática do partido sobretudo recusava o espírito blanquista de complô. Desde os levantes desagregados de 1905, Lênin vinha insistindo sobre o erro do que chamou de Terrorismo individual empreitado pelos anarquistas, populistas, etc., e que deveria ser superado por uma outra forma de Terror em que há uma “operação intimamente ligada e articulada a todo um sistema de luta”, na qual as massas e sua atuação serão incluídas na tática e organizadas de acordo com os interesses do movimento.

Desde a brochura *Que fazer?* (1902), estava já demarcada a particularidade dos bolcheviques em relação aos jacobinos no que tange aos objetivos (proletários, e não burgueses) e à organização do partido. Mesmo assim, os franceses eram ainda símbolos revolucionários. Lênin recorreu aos radicais do Ano II para apontar que, como no século XVIII, a Rússia viu a classe mais avançada (o proletariado) se dividir em duas (jacobinos e girondinos). Da analogia passa-se, mais tarde, à identificação dos bolcheviques com os jacobinos (KONDRATIEVA, 1989, p. 69).

Essa exposição sintética dos debates no ambiente intelectual e político russo nos permite apontar as diferenças de Gramsci ao menos nesta fase. Vimos que para os russos a herança dos radicais não apenas não era recusada integralmente (como no italiano), mas acabava assumindo um papel importante na definição do partido bolchevique. Aqui reside o ponto fulcral: justamente a formulação de partido como

vanguarda ou direção revolucionária é recusada por Gramsci nesta fase.

Como aponta Del Roio (2005, p. 38), existe nesta recusa uma influência importante de Sorel, que apontava o jacobinismo como uma política que se pautava na separação entre dirigentes e dirigidos. À política de direção das massas, Sorel contrapunha a necessidade de auto-organização e auto-educação do proletariado. Acentua-se aqui essa matriz soreliana do antijacobinismo do jovem Gramsci. Essa matriz é mais evidente na medida em que as greves e a organização dos conselhos de fábricas durante o biênio vermelho (1919-1920) estimularam uma análise do trabalho fabril como uma esfera cindida do mundo do capital. A noção de cisão, tão fundamental em Sorel, poderia contribuir com essa experiência política. Embora reconhecesse não estar de acordo com todos os pontos da obra de Sorel, destacou que o sindicalista revolucionário não se fechava em nenhuma fórmula, uma vez que seu pensamento era vivo e reconhecia que os proletários encontrariam suas próprias formas, que dariam o esteio a novas instituições. Por isso, Sorel poderia

seguir, não só com os olhos cheios de inteligência, mas com ânimo pleno de compreensão, os movimentos realizadores iniciados pelos operários e camponeses russos, e pode ainda chamar de 'companheiros' os socialistas

63

da Itália que querem seguir esse exemplo" (GRAMSCI, 1973, p. 31-32).

Tal aproximação entre Sorel e os bolcheviques apontava para uma reflexão sobre a questão do partido. A experiência do biênio possibilitaria, pouco mais tarde, uma maturação da necessidade de um partido para a estratégia revolucionária para além das fábricas. Por esse motivo, apenas depois (1921), Gramsci aceitará a analogia bolcheviques-jacobinos, o que ocorre juntamente com o processo de construção do PCd'I e com maior aproximação com o marxismo. Portanto, a crítica do jacobinismo é fundamental na trajetória da formulação inicial gramsciana de partido e, de forma correlata, à elaboração de uma teoria socialista do político (GERVASONI, 1998, p. 62) que pudesse coincidir a ampliação da liberdade com um projeto de mudança radical.

63

Georges Sorel, "L'Ordine Nuovo", 11 de outubro de 1919. SP.

Dessa trajetória da reflexão gramsciana pode-se então verificar que a partir de 1917 e da Revolução de Outubro, e mais decididamente a partir de 1918, o jacobinismo passa a ser utilizado com maior referência histórica. Como aponta Kondratieva (1989, p. 71), naquele período houve uma ampliação quantitativa e qualitativa de abordagem da Revolução Francesa, de modo que se pode falar de um *adensamento* da analogia que fez com que se superassem as “metáforas curiosas, as referências retóricas ou circunstanciais, para aparecer em um aspecto, em razão de suas repercussões na política”. A Revolução Francesa e o jacobinismo em Gramsci também sofreram essa mudança ou, pode-se dizer, amadurecimento.

Essa reavaliação coincide também com a experiência da violência de guerra. No fim da I Guerra havia se difundido uma cultura bélica não apenas entre militares, mas também entre civis, acompanhada da ampliação de ações autoritárias de diferentes governos nacionais. Essa cultura bélica era acompanhada de restrição das liberdades individuais, concomitantes a um processo de reorganização econômica de tipo modernizador e de enfrentamento das associações de trabalhadores. No caso particular da Itália de Gramsci, os socialistas percebem que tinha se superado a fase de mediação de Giolitti. Mais do que isso: “o anti-socialismo - recusado agora como anti-bolchevismo - tinha se tornado então uma obsessão ideológica” (D'ORSI, 2011, p. 161). O nacionalismo no período pós-guerra, fortemente marcado por essa cultura bélica, expressou-se em ações violentas contra os socialistas, como o ataque e incêndio da sede do periódico *Avanti!* em Milão. E, por isso, em Gramsci “os tons libertários, anti-autoritários e por assim dizer consensualistas dos anos precedentes dão lugar a uma avaliação que poderia ser identificada como mais realista” (GERVASONI, 1998, p. 70).⁶⁴

2.2 ANTONIO GRAMSCI E ALBERT MATHIEZ⁶⁵

⁶⁴

Essa consideração será melhor desenvolvida no capítulo que tratará dos anos do biênio vermelho, que coincidem com esse período de ascensão do nacional-fascismo.

⁶⁵

Esse subcapítulo desenvolve argumento anteriormente exposto no artigo *Antonio Gramsci e Albert Mathiez: jacobinos e jacobinismo nos anos de guerra* (ARECO, 2015a).

O historiador jacobino Alphonse Aulard, em 1917, redigiu a *Lettre aux citoyens de la libre Russie* [Carta aos cidadãos da Rússia livre] e em uma reunião da Liga dos direitos dos homens em 1918 criticou a violência francesa contra a Rússia bolchevique. Albert Mathiez, por sua vez, interveio publicamente entre os anos de 1918 e 1919 em vários artigos em que construiu o paralelo entre os franceses e russos revolucionários e, ainda, entre Robespierre e Lênin.⁶⁶

Ambos se manifestavam a partir de espaços institucionais consolidados. Aulard era da Sorbonne e foi redator da reconhecida revista *La Révolution Française*. Na ocasião de sua posse na cátedra de história da Revolução Francesa foi tomado por alguns por um *político*, o que era uma crítica às posições que defendia publicamente e eram próximas do que poderia se denominar de republicanismo radical. Era também um representante exemplar do respeito positivista às fontes. A maior objetividade era acompanhada de uma vigorosa busca por documentos e textos, mas não julgava objetividade e fervor incompatíveis (VOVELLE, 2004, p. 33).

Mathiez, por sua vez, havia fundado em 1907 a *Sociétés des Etudes Robespierriistes* e a revista *Annales Revolutionnaires*. Professor na Universidade de Dijon desde 1918, tinha já obtido reconhecimento com sua tese sobre as origens do culto revolucionário *Les origines des cultes révolutionnaires, 1789-1792* (1904). Era da segunda geração (a primeira foi a de Aulard) que se dedicou à exploração dos arquivos em busca de registros como atas e discursos que pudessem iluminar a compreensão sobre a França na época da Revolução. Até o início da guerra havia se mantido fora de partidos, embora tivesse manifestado desde jovem uma aproximação com as ideias socialistas. Defendeu enfaticamente a grande greve de mineiros de Carmaux (1892) (FRIGUGLIETTI, 1972, p. 572) e em 1920 filiou-se aos

66

Além do citado *Le Bolchevisme et le Jacobinisme*, Mathiez defendeu o bolchevismo em seus artigos *Le Bolchevisme est-il antidemocratique?* (Le Progres civique, 11 de setembro de 1920 e 18 de setembro de 1920) e *Lénine et Robespierre* (Flordal, 12 de junho de 1920). Também contribuiu escrevendo vários textos para os jornais *L'Humanité*, *L'Internationale* e *Le Populaire de Bourgogne* de Dijon.

comunistas franceses, saindo dois anos mais tarde (GAUTHIER, 2008, p. 97).

Aulard foi orientador de Mathiez e ambos historiadores jacobinos coincidiam na avaliação da fase do Terror entendida como uma necessidade histórica. Depois da vitória da burguesia com a queda da monarquia - vitória contra a nobreza, mas também contra o proletariado emergente – a classe revolucionária foi obrigada a aplicar medidas sociais em razão da pressão da classe trabalhadora pela manutenção da Revolução (FRIGUGLIETTI, 1972, p. 573). O Terror, reiterando Marx, foi o período em que a burguesia teve seu caminho aberto por meio de Robespierre, Saint-Just e seu partido (tarefa finalizada por Napoleão), que lutaram de forma plebeia para conformar o moderno Estado democrático.⁶⁷ Isto é, a classe protagonista de *toda a revolução* foi a burguesia e a experiência da República Jacobina não testemunhava o contrário.

Pouco depois da defesa da tese de Mathiez os historiadores (ele e Aulard) divergiram conformando o que poderia se chamar de dois partidos (dantonistas e robespierristas, o primeiro de Aulard). Essa divergência tornou-se uma ruptura que levou à criação por Mathiez da *Sociétés des Etudes Robespierristes*, trincheira a partir da qual atacava a leitura de Danton feita por seu antigo orientador.⁶⁸ No período da guerra, quando Gramsci citou Mathiez e também Aulard (também no período posterior, como veremos adiante, e sempre com maior atenção a Mathiez e a Robespierre em relação a Danton), ambos passavam por uma mudança de enfoques.

Se Aulard poderia até então ser compreendido como um historiador político, nos anos de 1914-1918 ele se aproximava do que chamava de questão social. Essa abordagem do social encetou estudos sobre a questão camponesa como a *La*

67

Os terroristas iludiram-se duplamente: ao pretender proclamar os direitos humanos em uma sociedade que se pauta na escravidão emancipada e por remeterem à antiguidade clássica contribuindo para se formar uma mentalidade política anacrônica (MARX, ENGELS, 2003, p. 141). Sobre jacobinismo em Marx remeto a Pogrebinski (2007).

68

Sobre essa disputa, cf. Friguglietti (2008). Gramsci citou tal conflito, como veremos mais adiante, com objetivo de criticar posições inflamadas e ponderando sobre o caráter absoluto que um personagem histórico adquire em determinadas circunstâncias.

Révolution Française et le régime féodal [A Revolução francesa e o regime feudal] (1919) (VOVELLE, 2004, p. 37). Mathiez, por sua vez, foi estimulado a pensar sobre as razões da vitória francesa diante da invasão alemã dos anos de 1792-1794 e como a república respondia às tensões sociais colocadas por uma economia de guerra. Esses escritos foram publicados em uma coletânea em 1926, *La vie chère et le mouvement social sous la Terreur* [A carestia e o movimento social sob o Terror].

O presente mobilizava estes historiadores. No caso de Mathiez era bastante evidente que os estudos sobre o Exército do século XVIII incidiam sobre a análise que fazia da III República, que era em tudo preterida em relação à República Jacobina nos diversos artigos que publicava na imprensa. Nos anos de 1914-1918, Mathiez assumia também uma posição nacionalista, identificando a França como o território da civilidade e humanidade contra o militarismo e barbárie germânicos (FRIGUGLIETTI, 1972, p. 574). Reproduzia portanto os estereótipos nacionais que Gramsci enfrentava no ambiente italiano.

Não obstante, é preciso reconhecer que Mathiez desenvolveu a linha de interpretação sugerida por Jaurès ao dedicar-se a buscar as raízes dos conflitos e agitações populares urbanas e - o que é correlato - realizou uma síntese entre os fundamentos econômicos e políticos do Terror, até então fortemente orientada por uma ênfase exclusiva na política, ou melhor, a política como um campo estritamente parlamentar ou dos partidos.⁶⁹

Em *La vie chère...*, tratou com atenção das tentativas de desregulamentação da venda de alimentos (grãos) por parte da Constituinte orientada pela doutrina fisiocrata (MATHIEZ, 1973, p. 25). Essa desregulamentação beneficiou então os

69

Soboul (1979, p. 450) criticou esse aspecto da produção de Mathiez, o que para ele significava apontar que o robespierrista manteve sempre o olhar a partir do alto, quer dizer, sem enfrentar a questão dos conflitos revolucionários pela perspectiva das classes populares. Não obstante, Soboul produziu em uma situação em que os estudos sobre a Revolução estavam fortemente engajados em uma apropriação do conhecimento sobre os movimentos sociais, o que não correspondia exatamente ao período em que Mathiez produziu. Soboul escreveu depois da II Guerra, quando a historiografia enfrentava tais questões a partir da história social (cf., por exemplo, a própria obra de Soboul, *Les Sans-culottes parisiens en l'an II* (1968), que trata das massas urbanas durante a Revolução). Outrossim, os estudos de Mathiez sobre o culto revolucionário e também *La vie chère...* conjugam essa abordagem da política (como política parlamentar) com uma observação do social e do econômico.

interesses dos produtores em detrimento das necessidades do povo - definido por Mathiez como “aquele que vive do seu próprio trabalho, artesãos e proletariado rural (ibid., p. 19).

Com a Lei do máximo e o racionamento instituídos pela Montanha (29 de Setembro de 1793) se impulsionou o apoio popular ao grupo de Robespierre contra o moderado Danton e os radicais Hebert e Jacques Roux.⁷⁰ Inicia-se assim a fase em que às guerras externas se somaram os conflitos no campo e agitações na cidade. Os produtores reagiam à política da confiscamento, enquanto o Exército se ampliava. Mathiez apresenta então uma detalhada análise de tais conflitos, com um levantamento bastante amplo de dados das províncias e da imprensa, mostrando quase mês a mês como eles se desencadearam. Para ele, ao impor regulamentações agrícolas com o objetivo de estabilizar a economia, com a prisão e depois execução de quem a violasse, o Terror manifestava sua dupla feição: era uma ditadura orientada por um programa político e econômico (FRIGUGLIETTI, 1972, p. 577-578).

E a questão que Gramsci colocou, ao conhecer essa análise de Mathiez, foi sobre a estatura da relação entre os proprietários e o Estado naquele contexto. Para ele, parecia claro que o tipo de *solidariedade* entre o Estado e os proprietários de terras não era ainda orgânico, ou econômico, mas apenas formal.⁷¹ Em 1918 Gramsci citou o historiador francês pela primeira vez, em *A fortuna de Robespierre*,

70

A lei do máximo (4 de maio de 1793) instituiu um limite ao preço dos grãos, o recenseamento da produção e o direito de confiscar os estoques que fossem mantidos com a finalidade de burlar a lei. Coube às administrações regionais/locais realizar o recenseamento. Em um primeiro momento as administrações se recusaram a realizá-lo e a apreender a produção e a lei causou reação também de camponeses e de pequenos produtores (além dos membros da ainda resistente aristocracia rural) e o desabastecimento da cidade.

71

Na década de 1920, Mathiez passou a usufruir relevante influência entre historiadores soviéticos. Ele mantinha com os mesmos intensa correspondência, foi membro da *Académie des sciences des L'Union Soviétiques* em 1927 e sua sociedade francesa dedicada aos estudos de Robespierre tinha entre os membros de honra estudiosos oriundos da URSS. Suas obras eram bastante conhecidas e publicadas no país, o estudo sobre a economia e conflitos sociais do período do Diretório estimularam pesquisas entre os historiadores russos sobre a França revolucionária seguindo as indicações daquele trabalho de Mathiez (à título de ilustração, K. Dobroliubski e P. Chtchegolev) (KONDRATIEVA, 1989, p. 186-189). Mais tarde, diante de uma redefinição do lugar da Revolução Francesa na ciência histórica russa, a posição do francês Mathiez alterou-se radicalmente e ele passou a ser acusado de defensor da pequena burguesia (ibid., p. 202).

em que tratou da trajetória da figura do “incorrutível” Robespierre. Este texto insere-se em um debate interessante, inclusive no campo metodológico: como se estudar o rastro histórico do homem revolucionário? O que Gramsci observou foi que de forma recorrente a ênfase recai sobre seus caprichos e vontade: mais do que sobre o que efetivamente aquele homem realizou, os estudos se prendem à arbitrariedade de um indivíduo singular. O que o italiano considerava é que o rastro de um revolucionário deveria ser construído a partir aquilo que ele efetivamente contribuiu, ou seja, o produto das forças sociais em luta por ele mobilizados e assim sua importância se demonstraria historicamente. Em diferentes situações históricas e políticas, esse rastro poderia ser interpretado de maneiras diferentes.

Citando amplamente um texto do historiador Eugenio Giovannetti, ele relativizou a forma mitológica com que Robespierre era abordado pela historiografia. Gramsci produziu nesse artigo o que poderia ser chamado de uma *história da recepção* de Robespierre. O primeiro ponto seria reconhecer seria que os estudos da Revolução Francesa dividem-se em dois partidos: dantonistas e robespierristas. A alusão é feita diretamente ao debate de Mathiez e Aulard, que desenhavam um perfil e uma interpretação dos acontecimentos integralmente favorável ao seu herói e fortemente difamador do antagonista, como assinalado anteriormente. O retrato de Danton como corrupto, naquele início do século XX, havia se tornado consensual enquanto Robespierre era entendido como o herói. No entanto, como lembra Gramsci, a positividade atribuída a Robespierre era instável e sofreu mudanças no decorrer da história.

Na geração até 1880, os estudos apologéticos de Ernesto Hamel e de Luis Blanc desenhavam um Robespierre como o “Messias da nova era” (GRAMSCI, 1982, p. 703-704). Mas sua figura foi sofrendo sucessivos golpes: com o II Império, se incitou um anticlericalismo entre os historiadores e a ideia de Ser Supremo desfavorecia o revolucionário; com o positivismo se segue uma nova desvalorização de Robespierre, com A. Comte vendo em Danton um político positivista, adequado à modernidade e herdeiro de Diderot. Se existia um juízo positivo de Robespierre e se esse correspondia, mais do que Danton, “ao espírito do nosso tempo” (ibid., p. 705),

a responsabilidade era de Jaurès.

Essa formulação pode ser inserida como um capítulo na reabilitação do jacobinismo em Gramsci: a historiografia permitia um amadurecimento da temática, que perpassava por entender como os heróis foram interpretados em diferentes tempos históricos. Quer dizer, era preciso levar em conta que estas trajetórias podiam ser positiva ou negativamente avaliadas, dependendo do momento histórico e político em que se operava tal avaliação. O perfil do revolucionário traçado pelo autor da *Histoire socialiste de la Révolution française* [História socialista da Revolução Francesa] é o que tornaria atual e valorizado. Aqui existem dois pontos: é sob a chave do presente e de suas contingências históricas que poderia se atribuir uma positividade a Robespierre. Não há qualquer transcendência em sua figura histórica. Outro ponto é que o retrato feito por Jaurès do jacobino, que Gramsci considera válido e atual (e que, talvez, não corresponda fidedignamente à sua personalidade, o que não importa para o argumento), o apresenta como uma figura mítica através de uma retórica inflamada, dando ao personagem uma excepcionalidade complexa, não-maniqueísta que tinha

orgulho de uma virtude firme, a atitude tirânica de julgar tudo sob a medida de sua própria consciência e, diante do sofrimento individual, a terrível ardidez do coração de um homem que é obcecado por uma ideia e que termina pouco a pouco a confundir sua pessoa com sua fé [...]. Mas tinha também uma excepcional probidade moral, um senso religioso e apaixonado pela vida e [...] a necessidade [...] de buscar também nas formas mais simples do pensamento e da fé a grandeza essencial do

72

homem (JAURÈS *apud* GRAMSCI, 1982, p. 705).

Mais tarde, nos *Quaderni*, Robespierre será tratado como uma síntese da linguagem política francesa e que tem uma correspondência com a filosofia alemã, ou seja, Robespierre é a expressão política da filosofia kantiana (Kant-Robespierre) (Q.11, §48, p. 1468-1470; Q.11, §49, p.1471-1473). As duas linguagens (filosófica e política), embora de natureza diversa, são tradutíveis entre elas. Após uma

72

La fortuna di Robespierre, "Il Grido dei Popolo", 2 de março de 1918. CF.

verdadeira *arqueologia* da formulação Kant-Robespierre, Gramsci demonstra que sua origem está em Hegel, para quem os alemães e os franceses haviam apreendido o espírito universal em seu desenvolvimento mais recente e manifestado-o sob as diferentes formas, isto é, política e filosófica (Q.11, §49, p.1471).

Como observa La Porta (1990, p. 519-520), Gramsci entende que as duas formas têm um mesmo equivalente superestrutural,⁷³ de modo que tanto a filosofia alemã (idealismo) com a política francesa (jacobina) seriam então superadas dialeticamente por Marx e pela filosofia da práxis. Nessa síntese, era preciso reconhecer os jacobinos como realistas (o que a historiografia conservadora não fizera), mas também como capazes de construir o novo (a nova nação francesa).

Esta aproximação com o mito de Robespierre em Gramsci poderia, assim, indicar caminhos interessantes especialmente no que diz respeito a reflexão acerca do *phatos* revolucionário. Esse é um ponto fundamental, ao qual voltaremos. O segundo aspecto não menos importante deste artigo, que reitera posições anteriores mas que a partir deste texto foi assumido integralmente por Gramsci, é a ideia de que os revolucionários radicais não foram um “monstruoso despropósito contra a história, mas um fato animado como todos os outros de uma irrepreensível lógica interior” (GRAMSCI, 1982, p. 705).⁷⁴ E o fundamento de sua ação, o que a mobilizava e dava tal lógica, era a derrubada do Absolutismo e a conformação do Estado nacional moderno.

Ainda em 1918, Mathiez apareceu uma outra referência, *I contadini e lo Stato* [Os camponeses e o Estado] publicado no *Avanti!*- seção piemontesa (6 de junho de 1918). Gramsci discute neste artigo um texto publicado pelo francês no periódico *Vérité* e que tratava dos embates dos camponeses e proprietários de terras contra o

73

Por isso tradutíveis, como explica Boothman (2004).

74

La fortuna di Robespierre, “*Il Grido dei Popolo*”, 2 de março de 1918. CF.

exército revolucionário durante a fase do Comitê de Salvação Pública.⁷⁵

Tais conflitos, desencadeados pelo confisco de bens e alimentos em um contexto de mobilização total pela revolução e expansão da guerra, permitiam a Gramsci refletir sobre o que chamou de *solidariedade* entre os proprietários de terras e o Estado. A questão fundamental era: qual a densidade dos laços entre os proprietários de terra, e também dos camponeses, com o Estado moderno? Gramsci cita os episódios narrados por Mathiez de revoltas, rebeliões, assassinatos dos comissários do exército, demonstrando os limites de tal solidariedade. Ela seria, na República Jacobina, antes uma solidariedade de tipo formal (eleitoral/política) do que uma solidariedade *viva* (econômica). O confronto então era entre o direito privado, da posse da propriedade, e do direito do Estado. O direito do Estado demandaria uma elaboração mais abstrata, relacionada com o próprio desenvolvimento das relações capitalistas, na qual o Estado é reconhecido como “organização que tutela os seus interesses permanentes, e solidariza com o governo economicamente para reforçá-lo” (GRAMSCI, 1984, p. 84).⁷⁶ Essa formulação é considerada abstrata por superar uma maneira de entender o direito à propriedade, e que se manifesta fundamentalmente no direito à propriedade da terra, como um dado quase natural. Ou melhor, o direito à posse da terra tem um sentido religioso, que o vê até como uma extensão da família (ibid., p. 85).

Gramsci argumenta que essa forma abstrata de entender o Estado por parte do proprietário rural e ao menos na França havia sido alcançada, ou seja, havia sido superado o vínculo apenas formal. Mas, para a luta socialista, era preciso entender a cultura política do camponês, perceber em que medida eles haviam estabelecido laços de solidariedade econômica de classe, o que resultaria de uma efetiva missão pedagógica executada pelo Estado (id., 1972, p. 250).

Tal questão, que exigiria uma pesquisa “documentada e precisa”, permitiria

⁷⁵

O artigo de Albert Mathiez é *Les résistances aux réquisitoires* [As resistências às requisições] e faz parte de *La vie chère*, anteriormente citada (MATHIEZ, 1973).

⁷⁶

I contadini e lo Stato [Os camponeses e o Estado], “*Avanti!*”, 06 de junho de 1918. NM.

que se apreendesse o grau de desenvolvimento do Estado moderno e seu influxo entre os camponeses. Como se vê, o ponto mais relevante desta reflexão é pensar na potencialidade revolucionária dos camponeses. Esse encontro de Gramsci com Mathiez revela-se importante por ir ao encontro de uma preocupação crucial do socialista do *Mezzogiorno*: as relações campo e cidade, mais propriamente, a aliança entre campesinato e proletariado, que anima toda a análise e a política de Gramsci no período anterior à prisão (VACCA, 1991, p. 23-24). Nos cadernos deste período, esse ponto foi reformulado em uma perspectiva mundial que compreende que apenas em uma recomposição cidade e campo/proletariado e campesinato é possível deteriorar a base sobre a qual se funda o domínio capitalista. Nesse sentido, o jacobinismo torna-se um elemento central em Gramsci, que o dá instrumentos para uma abordagem da história da Itália que aponta a incapacidade da burguesia em formar uma vontade coletiva nacional-popular.

O que se pretendeu apontar foi que, até 1917, as referências ao jacobinismo ainda eram fortemente negativas, ainda pouco elaboradas conceitualmente e não faziam menção - ao menos diretamente - aos jacobinos históricos franceses. Essa oposição pode ser explicada em razão de seu contexto intelectual e político e pela influência de Croce e Gentile, mas também Sorel. Depois da Revolução, essa expressão começa a ganhar um sentido mais claramente histórico. Inicia-se um adensamento, que remete em geral aos esforços de Gramsci em refutar a analogia entre jacobinos e bolcheviques. A recusa reside na identificação dos primeiros como uma forma burguesa de se fazer política: é entendida como um fenômeno de minorias, que pretende continuar minoritária.

Tal desenvolvimento, depois de 1918, é bastante tributário da aproximação de Gramsci com a historiografia jacobina francesa, principalmente Mathiez. Esse historiador ofereceu elementos para a inflexão positiva de Gramsci diante do jacobinismo e a conformação deste em um modelo para a análise da política do

século XX, mas também como um recurso de análise da história da Itália em chave negativa. Esse processo, pretende-se defender aqui, dependeu fundamentalmente da aproximação com as fontes historiográficas, estimulado pelos debates diretamente políticos colocados pelos bolcheviques. Sua posição até 1921, falando precisamente deste debate, colocou-o em contraposição à retomada da herança da fase radical da Revolução Francesa, mobilizada pelas necessidades políticas dos revolucionários russos (quer dizer, eram importante ter uma referência, que ainda que não tivesse uma correspondência integral podia jogar luz sobre uma ruptura histórica daquela proporção), que tanto tratava positivamente os jacobinos como os via reencarnados no grupo de Lênin.

Nos escritos do ano de 1918, Gramsci demonstrou ter encontrado nos radicais do Ano II três características que seriam, no período do cárcere, cruciais para a análise da política e na formulação de sua teoria política socialista.

A primeira é o *phatos* (utilizado aqui em seu sentido original - paixão, portanto em oposição ao *logos*), entendido como fermento do movimento político e da construção da hegemonia, de forma Robespierre e a questão religiosa “deveriam ser analisados seriamente” (1). Essa formulação, nos cadernos, remeterá também ao mito de Sorel e à concepção de religião laica croceana, isto é, uma “concepção de mundo conciliada com uma ação conforme”, e a filosofia da práxis entendida como unidade entre teoria e prática política. A experiência jacobina apresenta-se, a Gramsci, como um exemplo histórico-concreto em que a crença revolucionária incindiou sobre o movimento das forças sociais reais. Outro ponto (2) é a compreensão do jacobinismo como uma necessidade histórica, quer dizer, não foi uma arbitrariedade e deveria ser entendido em sua lógica interna motivada pela superação do Antigo Regime. E, finalmente (3), tal *necessidade histórica*- isto é, a ruptura revolucionária - para realizar-se dependeu de uma unidade campo e cidade mobilizada/construída pelos radicais. Daí que a questão da vontade coletiva, nacional-popular, deve ser aproximada de investigação do modelo jacobino delineado por Antonio Gramsci. Os três pontos acima apresentados remetem à questão colocada por Gramsci e que é um condutor de toda a sua reflexão: “como

nasce o movimento histórico sobre a base da estrutura” (Q.11, §22, p. 1422)?

Se, durante o biênio 1917-1918 é possível indicar o amarecimento da temática, nos dois anos subsequentes a Revolução do século XVIII é praticamente ausente. Isso ocorreu justamente durante o período conhecido como Biênio Vermelho (1919-1920), quando desenvolveu intensa atividade política e jornalística organicamente vinculada aos Conselhos de fábrica.

No entanto, sua reflexão nesse período acerca do Estado encontra uma direção renovada e com contribuição do passado francês: a superação do antiestatismo, presente nesses anos, estará vinculada com a ideia de que os Conselhos de fábrica são concomitantemente um germe de democratização econômica e também política e, assim, um Estado proletário embrionário. A Comuna de Paris aparecerá, então, como uma inspiração, uma experiência histórica na qual a “auto-determinação política” encontra-se com a “auto-gestão produtiva”: trata-se do “auto-governo dos produtores”, fórmula empregada por Marx em “A guerra civil em França” e retomada por Gramsci em diferentes momentos no *L'Ordine Nuovo*. Essa democratização política e econômica ultrapassa os estreitos limites da democracia parlamentar, capaz de superar assim essa forma de “organização política de tipo concorrencial e contratualista, correspondente à lógica privatista e atomista da sociedade burguesa” (MARTELLI, 1996, p. 141). Será a figura do cidadão, respaldado no ordenamento jurídico e político burguês, superado então pelo companheiro, orientado não por uma fórmula política que se tornara abstrata e sim por uma ética solidarista, forjada na fábrica (ibid., p. 141).

A experiência dos Conselhos de fábrica emerge então como uma forma que supera a estratégia política de tipo jacobinista e, enquanto a última poderia ser vista como a submissão de todas as formas à política e que acabará por encontrar seu desenvolvimento último no parlamentarismo, os Conselhos eram tratados como um Estado *in nuce* e pleno de potencialidade emancipatória. É a atenção ao Biênio vermelho e à dialética entre fábrica (economia) e a política que explicaria a ausência da Revolução Francesa nos escritos do período, o que procuraremos demonstrar no capítulo seguinte.

3. A NOVA ORDEM E A REVOLUÇÃO FRANCESA COMO AUSÊNCIA (1919-1920)⁷⁷

Os primeiros anos da revista de cultura socialista *L'Ordine Nuovo*⁷⁸ coincidiram com o Biênio Vermelho italiano (1919-1920). Tal convergência teve impacto profundo no desenvolvimento político e intelectual de Gramsci. Ele havia manifestado anteriormente sua concepção sobre jornalismo e a formação militante, recusando de maneira absoluta qualquer didatismo; com essa publicação ele pode dar uma forma mais concreta à tal concepção. Gramsci apontará que revista tornou-se expressão dos conselhos de fábricas, tendo com esse movimento organicidade tal que era ao mesmo tempo voz e consciência desses trabalhadores industriais (GRAMSCI, 1973).⁷⁹

Tal identidade da revista será delineada após o que chamou de “golpe redacional” contra A. Tasca, promovido por ele e Togliatti. Tal “golpe” foi conduzido em oposição ao que tratou como uma concepção abstrata de cultura, que orientada pela ideia de erudição e conhecimento como um acúmulo de formas de pensar e julgava necessário fazer o proletariado “recordar” o “velho rebotinho do pensamento operário”. A crítica de Gramsci não era à erudição, mas ao fato de que a produção intelectual do passado⁸⁰ aparecia na revista de forma desarticulada, sem uma linha diretiva capaz de integrar e dar unidade à essa produção. Era uma apenas antologia de textos, incapaz de vincular-se com problemas concretos do presente e nem com as particularidades de Turim, onde nasceu a publicação, de modo que “podia ter

⁷⁷

O conteúdo parcial desse capítulo pode também ser consultado em Areco (2015b).

⁷⁸

A revista foi fundada por Antonio Gramsci, Palmiro Togliatti, Umberto Terracini e Angelo Tasca. O texto do frontispício expressava claramente a proposta militante de educação e formação dos socialistas que orientava a publicação: “*Instrui-vos porque teremos necessidade de toda vossa inteligência. Agitai-vos porque teremos necessidade de todo vosso entusiasmo. Organizai-vos porque teremos necessidade de toda vossa força*”. A partir de 1921 a publicação passou a ser diária e com a criação do Partido Comunista da Itália (PCd'I), no mesmo ano, tornou-se seu órgão de imprensa.

⁷⁹

O Il programma dell'Ordine Nuovo. 14 de agosto de 1920. SP.

⁸⁰

Gramsci cita Louis Blanc, Eugène Fournière e Michelet.

surgido em Nápoles, em Caltanisseta, em Brindisi”.

A recusa ao didatismo significaria, portanto, considerar que a formação do proletariado deve se pautar não em “recordar” e sim em “pensar”. A produção intelectual deve contribuir para as reflexões e para a política do presente. Recorrendo ao argumento de Gramsci: trata-se não de “relembrar” Michelet (ou a história da França), mas de entender como “[...] as observações de Marx sobre o caráter 'industrial' da Comuna serviram aos comunistas russos para compreender os soviets, para elaborar a *ideia* do soviete, para traçar a linha do seu governo” (GRAMSCI, 1973).⁸¹ Portanto, não há uma concepção do passado como *historia magistra vitae*.

O marxista tinha fundamentalmente a percepção de que a história do movimento socialista ou comunista passava por um momento inédito e o ponto de cisura internacional era a experiência na Rússia, com suas expressões ou manifestações decorrentes em diferentes partes da Europa e que na Itália materializava-se nos conselhos de fábrica. Sobre os nexos que Gramsci estabeleceu entre os conselhos italianos e os soviets, trataremos mais adiante. Mas aqui é importante ressaltar que as problemáticas colocadas pela política contemporânea, embora não tivessem correspondência com as experiências do passado, eram também vinculadas a um processo histórico, isso é, não há em Gramsci (como também estava ausente em Karl Marx e no neoidealismo), a ideia da modernidade como uma ruptura total com o passado. O novo irá sempre fundar-se em bases pré-existentes e Gramsci recorrerá a essa ideia para tratar do Estado proletário em construção na Rússia.

No que tange à formação cultural do proletariado, ele havia identificado uma “crise” também teórica no socialismo italiano. Com exceção de Antonio Labriola, as interpretações de Karl Marx se limitavam muitas vezes a vulgatas, de modo que não

81

Il programma dell'Ordine Nuovo. 14 de agosto de 1920. SP.

existiam intelectuais à altura das questões colocadas pelo movimento proletário.⁸² Como observou Gervasoni (1998, p. 80), Gramsci desenvolvia uma “pedagogia socialista” original, distante da orientação oriunda do modelo educacional laico e republicano, herdado pelos socialistas, que considerando o proletariado como parte do “obscuro e misterioso” povo, tratava a formação como resultado da difusão de modelos lineares e simplificados da história. Esses eram os fundamentos que orientavam a atividade cultural jornalística naqueles anos: era necessário contribuir com o desenvolvimento de uma cultura autônoma e superior da classe proletária, à altura de superar e substituir a burguesa; e tratava-se de fazê-lo já, começar a construí-la uma vez que a derrota do Estado burguês iniciava-se com a criação de uma máquina estatal nova, da qual os conselhos eram a forma própria do proletariado de organização da produção e da economia (SPRIANO, 1967, p. 49). A revista pretendia, assim influir na “criação de um novo ciclo histórico”, quando “parecia imediato o cataclismo da sociedade italiana” (GRAMSCI, 1973)⁸³.

Ele alterava também neste período seu paradigma de modernidade, passando de uma ênfase política para um enfoque econômico ou, mais precisamente, no estabelecimento de um nexo direto entre fábrica e política. A modernidade não era mais atribuída à França e os conselhos ganhavam centralidade: eram eles os propulsores de uma *nova ordem*. Eles são, assim, formas antitéticas ao jacobinismo: enquanto este poderia ser entendido como a subsunção à política das diferentes esferas da vida social, era agora a economia e sua organização pelo proletariado que permitia a superação da crise em uma perspectiva socialista. Enquanto o jacobinismo era o passado, os conselhos eram o presente e o futuro. Em sua reflexão sobre o partido nesses anos, ele argumenta sobre o caráter autônomo e de não-subordinação dessa organização em relação ao partido, sendo a ideia de direção “externa” e de vanguarda autoritária aquilo que caracterizaria o jacobinismo, ainda que ao final daquela experiência tal posição será

⁸²

Sobre a crise teórica do socialismo italiano, cf. Rapone (2014).

⁸³

Il programma dell'Ordine Nuovo. 14 de agosto de 1920. SP.

reavaliada. Em síntese, era a ideia dos conselhos contra o jacobinismo que se manifestava durante o biênio.

Há ainda uma convergência temporal desse contexto histórico-político com um momento decisivo de “amadurecimento” da personalidade intelectual e política do jovem Gramsci. Estamos tratando aqui de um intelectual militante que ampliava sua formação inicial diante das novas questões políticas e renovadas influências intelectuais. Ele aproximava-se mais detidamente de Marx e do pensamento de Lênin, reformulando o seu voluntarismo inicial e se inserindo nos debates colocados pela Internacional e partidos que a compuseram. Mantinham-se questões que lhes eram caras desde os primeiros escritos, como a crítica ao reformismo do PSI, somada agora à atenção dada ao sindicalismo e seus limites. Ele também continuava (ou mesmo aprofundava) sua leitura do marxismo em uma impostação sobretudo antipositivista e não-determinista, recorrendo a nomes como Georges Sorel e assimilando (de maneira crítica) o pensamento liberal italiano.⁸⁴

Nessa fase deu-se a superação de um certo antiestatismo gramsciano. Sobretudo através da polêmica com os anarquistas, ele desenvolveu na revista uma leitura do Estado como organização necessária. Em uma perspectiva não normativa, ele abordou o Estado como instituição histórica-concreta, associada à ideia de potência (o Estado proletário como potência). Tal formulação era aproximada de uma definição da história como práxis por um lado e, por outro, acompanhada de uma atenta observação e análise da forma estatal que lhe era contemporânea.

Pode-se dizer que o procedimento gramsciano consiste na definição de um “tipo ideal” de Estado, ao qual confronta as diferentes manifestações histórico-concreta de Estado. Em oposição aos “tipos ideais”, identificados primeiro na França e depois na Inglaterra, ele opunha a Itália. Para ele, na Itália o liberalismo não havia efetivamente sido alcançado e a burguesia não tinha efetivado sua missão histórica, seja a efetiva unificação da Península, sejam as ainda persistentes medidas protecionistas que fortaleciam a fragmentação do país favorecendo o Norte industrial

84

Sobre a primeira fase de formação de Gramsci, cf. Rapone, 2014.

em detrimento de um *Mezzogiorno* agrário e pobre, fortemente marcado ainda por resquícios da ordem feudal. Politicamente, não construíram um partido de caráter nacional, capaz de organizar a classe de forma douradora e eficaz. Ao contrário, ela por meio de particularismos e de transformismo que a política partidária da classe burguesa se manifestava ainda no século XX. Assim, não existe um Estado moderno italiano no sentido pleno dessa formulação (RAPONE, 2014, p. 123-208).

Há nesses escritos uma análise da maneira como o Estado se manifesta historicamente, em uma precisa conjuntura política e econômica, ao lado de um esforço de elaboração teórica-abstrata. Isso vinculado a uma reflexão sobre a estratégia de transição. Poderia se falar, em outros termos, de elaboração teórica-abstrata que se serve de uma análise mais conjuntural. Isso é possível justamente porque Gramsci recorreu ao método que Rapone descreveu, isto é, à definição de um “tipo ideal” de Estado ou de um “modelo”. Ainda em 1918, Gramsci havia já indicado a importância de modelos para a análise do real:

Modelo é o esquema típico de um determinado fenômeno, de uma determinada lei. A sucessão uniforme dos fatos permite fixar suas leis, traçar seus padrões, construir seus modelos. Desde que você não dê a essas abstrações do intelecto valores absolutos, elas têm uma utilidade pedagógica notável: servem admiravelmente para colocarmos-nos no centro do ato fenomênico que está se desenvolvendo e no ato original de todas as suas possibilidades, todas as suas tendências finalísticas. E quando se é capaz de realizar esse ato original, o mais difícil está feito: a inteligência consegue então apreender o devir do fato, compreende-lo em sua totalidade e, portanto, em sua individualidade. O modelo, a lei e o esquema são em substância expedientes metodológicos que ajudam a apropriar-se da

85

realidade (GRAMSCI *apud* FROSINI, 2004, p. 8).

Era então o modelo de Estado nacional-burguês que lhe permitiu explorar o que havia *in nuce* nessa instituição, isto é, suas possibilidades de desenvolvimento e que, naquele contexto excepcional da história, pareciam esgotadas em razão da possibilidade de realização de uma nova ordem, a saber, o Estado proletário.

3.1 DO ESTADO NACIONAL AO ESTADO *IN NUCE*

O Estado nacional e, particularmente na Itália, estaria em uma crise que poderia levá-lo ao esfacelamento. Isso se devia, como veremos, a um conjunto de fatores no qual a experiência da I Guerra mundial tinha particular relevância. Gramsci irá apontar que durante o período do conflito bélico o Estado italiano havia atuado como organizador da economia capitalista, executando tarefas de

regulamentação da produção e distribuição dos bens. Realizou-se uma forma de truste da indústria e do comércio, uma forma de concentração dos meios de produção e de troca e um nivelamento das condições de⁸⁶ exploração das massas proletárias e semi-proletárias (GRAMSCI, 1973).

Tal função exercida pelo Estado demonstrou que a condução de uma economia capitalistas podia, inclusive, dispensar a atuação direta da classe burguesa. Ao mesmo tempo que o conjunto da classe aparecia como “dispensável”, a figura do empresário-burguês tornava-se abstrata. Essa figura “se desvaneceu, se liquefez no processo de desenvolvimento do instrumento de trabalho” (GRAMSCI,⁸⁷ 1987).

Isso não significava que seu domínio de classe se esvanecia e sim que ele se exercia por mecanismo renovados. Com o incremento da economia italiana nos anos de guerra, a indústria pode então governar por fora das instituições liberais, quer dizer, a burguesia conseguia amalgamar toda a classe através de seus negócios (corporações e bancos). As implicações na política e no parlamento, ainda falando da Itália, são que esses perdiam sua finalidade histórica de governo dos dissídios entre as classes. O Estado passava a assumir fundamentalmente a função de polícia, quer dizer, não governa mas exerce o controle e repressão das classes e

⁸⁶

Operai e contadini, 2 de agosto de 1919. SP.

⁸⁷

Lo strumento di lavoro. 14 de fevereiro de 1920. ON.

grupos subalternos (GRAMSCI, 1987).⁸⁸

Ainda seguindo as formulações gramscianas, o desenvolvimento da economia no período possibilitou uma concentração dos proletários na indústria facilitando sua organização. Os anos de trincheira tinham também modificado a psicologia do campesinato (não apenas na Itália, mas nos países atrasados sob o ângulo do desenvolvimento capitalista, mas sobretudo na Rússia), fazendo-no superar a desagregação que os caracterizavam, inserindo nos trabalhadores rurais em um certo tipo de disciplina e conexão (entre eles e com o Estado) ainda ausente. Onde pouco antes dominavam ainda as normas e costumes feudais, aquela experiência trágica tinha, ao menos, permitido o surgimento de um sentido de coletividade e organização (id., 1973).⁸⁹ Considerar essa “nova psicologia” originada na guerra como algo potencialmente progressivo dependeu de certo entusiasmo revolucionário, estimulado pelos eventos do Biênio vermelho italiano (1919-1920) além da experiência exitosa da Revolução de 1917.⁹⁰ Olhando de forma retrospectiva e tratando mais especificamente da Itália, na realidade aquela massa que “retornava para casa” depois da guerra voltou-se contra os socialistas de forma “agressiva e intolerante”, e mais tarde parte dessa (em especial do meio urbano) aproximou-se do nacionalismo. Os anos em que Gramsci escrevia era, no entanto, um período de intensa e explícita luta social, cujo o desfecho estava ainda em aberto.

88

L'unità proletaria, 28 de fevereiro a 06 de março de 1920. *ON*.

89

Operai e contadini, 2 de agosto de 1919. *SP*.

90

De forma sintética, o Biênio vermelho inicia-se com as reivindicações de 1919 por *pace, pane, terra*: por um controle de mercado e política comercial que realizasse controle de preços; contra a política expansionista do Estado italiano, em especial oposição à ofensiva contra a Rússia e a Hungria; reforma agrária e regulamentação das relações trabalhistas no campo. Com manifestações e greves urbanas, ocupações de terra e ações de trabalhadores rurais, teve como epicentro a parte Centro-setentrional. Em parte, essas reivindicações foram atendidas pelo governo Nitti. Ao lado desse conjunto de demandas estavam a luta por oito horas de jornada e por postos de trabalho, com a adesão de setores não sindicalizados e que haviam sido mobilizados pela indústria bélica e depois dispensados. Em 1920 novas mobilizações ocorreram, agora mais difusas e radicalizadas, como as greves em abril e as ocupações de fábrica em setembro daquele ano, essas últimas rapidamente derrotadas pelo governo Giolitti.

Assim, ao lado da “onda vermelha” gradualmente desenhava-se uma contraofensiva da classe dirigente e ações violentas contra os socialistas, como o incêndio no prédio do periódico *Avanti!* em abril de 1919. A política nacionalista passava a ser ostensivamente formulada como uma luta na qual o uso da violência era exaltado (D'ORSI, 2011, p. 154; GERVASONI, 1998, p. 70).⁹¹ Gramsci entendeu que se tratava de um momento na história italiana na qual as possibilidades eram ou a vitória do socialismo ou a manutenção das relações capitalistas pelo recurso exclusivo da força, isto é, o estado como pura coerção e domínio (GRAMSCI, 1973).⁹² Esse momento excepcional na história encerrava em si também uma possibilidade revolucionária.

Apontar tal possibilidade pode ser também entendido como estímulo à ação, mas em Gramsci tal apontamento era acompanhado de uma análise capaz de articular uma experiência local (as greves e ocupações de fábrica de Turim) com um sistema de relações de forças internacionais, tecendo as conexões entre a célula desse sistema (a fábrica) com o arranjo dos Estados nacionais no capitalismo monopolista após-guerra. Em outros termos: o tratamento do imperialismo em Gramsci conectava organicamente a dimensão internacional, isto é, a hierarquia mundial que se desenhou sob o capitalismo monopolista, com a função que o

91

Sobre a ascensão do nacionalismo, vinculado à valorização da violência bélica e militar que será, pouco depois, o fundamento moral do fascismo, remeto fundamentalmente a D'Orsi (2011, p. 150-184). Ele argumenta que contra os socialistas, os nacionalistas recordavam a posição não-interventista que esses tinham assumido durante o conflito bélico, além da oposição ao discurso expansionista colonialista. Para os nacionalistas, era preciso enfrentar os derrotistas socialistas (“*disfattistas*”), inimigos internos da pátria, assim como os oponentes externos, os bolcheviques. Sobre o expansionismo, é significativo que durante os anos do chamado Biênio vermelho ocorreu a anexação de Fiume, em setembro de 1919, então parte do Reino da Iugoslávia. A ação nacionalista, conduzida por Gabriele d'Annunzio, para D'Orsi (2011, p. 165) foi uma antecipação da Marcha sobre Roma, em 1922, no que tange tanto à sua tática ao seu conteúdo.

92

Per un rinnovamento del Partito socialista. 08 de maio de 1920. SP.

Estado nacional assumia nessa hierarquia e a dinâmica no interior da fábrica.⁹³

Essa reflexão estava diretamente vinculada às experiências dos conselhos de fábricas colocadas em cena a partir de 1919 na Itália. Esses eram uma renovação das comissões internas, agora formados por comissários eleitos e que tinham como objetivo apreender de forma integral o processo de produção com a finalidade de dirigi-lo. As greves industriais em março de 1920 e a subsequente convocação de uma greve geral de todas as categorias insuflaram mais a série de lutas de operário e camponeses no período. Era uma situação na qual se verificavam ondas subversivas mais ou menos difusas na Península e ampliadas com as ocupações de fábrica ocorridas em setembro daquele mesmo ano, conjugada com uma crise política com a queda do governo de Francesco Saverio Nitti poucos meses antes (SPRIANO, 1967, p. 78). Em maio de 1920, Gramsci apontava que a Itália vivia um momento no qual proletariado e camponês colocavam explicitamente a questão da propriedade dos meios de produção, se movimentando para “por em prática uma gigantesca revolução econômica” (GRAMSCI, 1973).⁹⁴ Era um juízo próximo ao de Moscou: entre os membros da Internacional, era a Itália o país que indicavam estar mais próximo de uma revolução, apesar das esperanças também depositadas na Alemanha (SPRIANO, 1967, p. 71).

Gramsci avançava naquele contexto em uma elaboração do conceito de Estado, vinculado à teoria do poder, na qual se verificam fortes ecos desses elementos da conjuntura política. Os conselhos de fábrica eram o “filão do *real* espírito revolucionário italiano. *Real* porque coincidente com o espírito universal da Internacional operária, porque produto de uma situação histórica real, porque

93

Sobre o papel dos conselhos na construção do socialismo e de um Estado proletário na Itália, ver Silvestrini (2012). Sobre a posição de Gramsci acerca dos sindicatos durante 1919-1920, remeto a Clark (1975) que enfatiza que a revolução aparecia para Gramsci como vinculada ao papel educador das instituições da classe operária (além do sindicato, os conselhos), entendidas como uma “preparação” que antecede o poder.

94

Per un rinnovamento del Partito socialista. 08 de maio de 1920. SP.

resultado de uma elaboração da própria classe” (GRAMSCI, 1973).⁹⁵ Eles eram a expressão italiana (ou tradução, nas palavras do marxista italiano) de um movimento histórico internacional e uma forma de organização capaz de substituir o Estado burguês. De forma complementar, entre os bolcheviques vigorava a proposição de que somente com a realização de uma internacional de países comunistas se realizaria de forma integral o comunismo na Rússia.⁹⁶ A surpreendente vitória dos bolcheviques, a subsequente afirmação do poder soviético na Hungria e a atuação da liga espartaquistas⁹⁷ na Alemanha desenhariam um quadro que parecia bastante favorável à realização da revolução mundial.⁹⁸ O *Räte system* também na Alemanha e os *Shop-stewards Committees* ingleses, experiências nas quais os operários buscavam organizar e controlar a produção, também corroborariam a atualidade da revolução e a reprodução, em escala internacional, da “forma” dos soviets russos entendidos como a forma embrionária do poder proletário (SPRIANO, 1967, p. 21). Tratava-se então de fazer germinar essa potencialidade revolucionária, antecipando para o presente a realização do socialismo que os reformistas do PSI adiavam

95

Il programma dell'Ordine Nuovo. 14 de agosto de 1920. SP.

96

Como formulou Bucharin no VII Congresso do Partido bolchevique (em 1923): “tudo depende do fato da revolução internacional vença ou não vença. Definitivamente, a revolução internacional, e somente essa, é a nossa salvação” (SPRIANO, 1967, p. 21).

97

Apesar de derrota em janeiro de 1919 e o assassinato de seus dirigentes Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht.

98

Sobre a formulação de partido mundial e revolução mundial, ver Agosti (2009). Ele entenderá que tal formulação se fundamentava em certo voluntarismo, ao lado de uma leitura fossilizada do imperialismo.

99

indefinitivamente.

Os conselhos eram pensados por Gramsci como capazes de explicitar a capacidade do proletariado coordenar a produção e, assim, de governar a si a partir de seu locus por excelência (a fábrica) inserindo naquele ambiente uma dualidade de poder, com os decorrentes conflitos entre os industriais e os trabalhadores. Eram formas germinais do futuro Estado proletário, células no qual a unidade orgânica entre economia e política tornava-se evidente. Para ele, é ali, na produção, que há a possibilidade de uma unificação, “não-autoritária, monopólica, mas espontânea”, internacional e socialista. Como os soviets, as experiências da fábrica manifestavam (em potência) aquilo que caracterizava o “Estado concreto”, quer dizer, aquele historicamente existente e, de forma complementar, o Estado proletário. Em debate contra os anarquistas, Gramsci definiu o “Estado em geral” em um artigo de junho de 1919:

Mas, se na Internacional comunista serão suprimidos os Estados nacionais, não será suprimido o Estado enquanto “forma” concreta da sociedade humana. A sociedade como tal é pura abstração. Na história, na realidade viva e corpórea da civilização humana em desenvolvimento, a sociedade é sempre um sistema e um equilíbrio de Estados, um sistema e um equilíbrio de instituições concretas, nas quais a sociedade adquire consciência de sua existência e de seu desenvolvimento e somente através das quais
100
existe e se desenvolve (GRAMSCI, 2004, p.251).

99

No interior do partido, a recepção ao movimento dos conselhos - logo identificados com os *ordinovistas* - não deixou de ser crítica, mesmo na ala mais à esquerda. Bordiga, defensor da linha abstencionista, indicava que a estratégia deveria ser a tomada imediata do poder político central e considerava que os conselhos poderiam se converter em um órgão corporativo capitalista, confluindo assim em uma linha reformista. Serrati, que conduzia os chamados *massimalistas*, questionava o fato de que nos conselhos os trabalhadores não-sindicalizados tinham o mesmo estatuto do que os membros dos partidos e dos sindicatos. Por parte da CGL (*Confederazione generale del lavoro*), eram vistos como um tipo de anarquismo. Apesar das polêmicas com os libertários expressas em artigos no *Ordine Nuovo*, é preciso ressaltar que na luta no interior da fábrica Gramsci assumia uma posição marcadamente anti-sectária e anarquistas participavam dos conselhos. No que tange especialmente à relação com o PSI, no momento de luta mais aguda, em abril de 1920, Gramsci considerará que o proletariado “foi abandonado ao seu próprio destino”. A “cisão de abril”, como denominou, indicava uma ruptura entre o movimento em curso e as organizações de trabalhadores existentes: as últimas, sindicatos, partidos e demais associações da classe, não eram mais capazes de acompanhá-las. Segundo Spriano, (1967, p. 50-53) que fez uma recomposição cuidadosa do período, tal cisão indicava uma postura que as organizações iriam adotar nas lutas subsequentes durante o Biênio, em especial nas ocupações de fábrica em setembro do mesmo ano.

100

O Estado e o socialismo, 28 de junho-05 de julho de 1919. EP1.

Os comunistas não são contra o Estado como forma histórica concreta sob a qual sociedade organiza sua existência e se desenvolve. Sua função econômica, isto é, seu papel enquanto “aparelho de produção e de troca” (id., 1973),¹⁰¹ organizador da economia e da indústria, deve ser conservado e desenvolvido na medida em que “o processo de desenvolvimento da produção industrial criou aparelhos econômicos que coincidem com o aparelho de poder político e formam sua íntima estrutura” (ibid., p.27). O que se conclui dessa afirmação é que, para ele, I) a organização da economia não é uma característica do Estado capitalista em particular, mas do Estado “em geral”; II) uma vez que o capitalismo desenvolveu seu “aparelho de produção e troca” de tal forma que fez desse “a íntima estrutura do poder político”, os socialistas não podem ser senão estatistas; quer dizer, é preciso considerar a realidade histórica dada e não desprezar o fato de que o poder político da burguesia funda-se sobre o domínio econômico. Por isso é fundamental “minar” o domínio político da burguesia a partir de seu ponto fulcral, a saber, a fábrica, e era essa concepção que fundamentava as experiências dos conselhos.

O Estado capitalista tem portanto dois aspectos: além de aparelho econômico, é também “aparelho de poder político”. Esse segundo aspecto é que deve desaparecer sob o comunismo. Seu desaparecimento dependeria da organização autônoma dos trabalhadores, de sua articulação para a produção desde das unidades elementares (seções de fábricas) até chegar a uma associação internacional. Se se domina a produção, o Estado deixará de ser um aparelho de poder político. Um nexos orgânico entre política e economia pode ser lido aqui (ibid., p.27). Os conselhos eram então uma iniciativa cuja realização integral seria não apenas o controle da produção mas necessariamente a direção do Estado, com a substituição do Estado nacional pelo proletário. Trata-se de reconhecer, a partir da influência das formulações de Lenin, que “o movimento proletário para a revolução deve se exprimir de forma própria, dar vida às próprias instituições”, isso porque a superação do Estado burguês se inicia “*começando a construir*, antes da tomada do

101

Socialisti e anarchici, 20 de setembro de 1919. SP.

poder, as engrenagens de uma máquina estatal nova” (SPRIANO, 1967, p. 48-49, grifo do autor).

O Estado nacional é tratado então como produto do capitalismo concorrencial, quer dizer, é um conjunto de instituições adequadas às disputas entre os países (no que se verifica novamente a influência leninista) e ao papel de mediação dos dissídios internos entre as classes. Sua supressão seria dependente assim da superação da concorrência, manifesta tanto nas disputas intraclases como entre as classes e, portanto, estaria condicionado ao fim do capitalismo. Não se trata - e ele insistirá sobre esse ponto – de construção de um Estado proletário a partir da “tomada” de poder, mas da substituição desse por um novo Estado, gerado pelas experiências associativas da classe revolucionária” (GRAMSCI, 2004, p.262).¹⁰²

Em julho de 1920, quando as forças regressivas se organizavam e ao mesmo tempo o Biênio vermelho aproximava-se de seu ápice com as ocupações de fábrica e a subsequente dura derrota que encerrará o período de lutas agudas, ele argumentou que a “revolução comunista e proletária” não se realiza com um ato ou movimento de tomada do Estado burguês, o aniquilamento de suas instituições ou uma insurreição que coloque o poder política nas mãos de comunistas. Ela será uma “revolução proletária e comunista” quando uma ordem antagônica e autônoma às relações de produção e distribuição capitalistas (como os soviets e os conselhos) se desenvolver de tal maneira que “esgote” o poder do Estado burguês ao organizar a economia de maneira a suprimir a concorrência que o caracteriza (ibid., p.381).¹⁰³

Os conselhos são *formas estatais* germinais e por isso seu desenvolvimento e aprimoramento poderia fazer deles um substituto do Estado nacional. O Estado socialista, portanto, já existe potencialmente nas instituições da vida social características da classe trabalhadora explorada.¹⁰⁴ O desenvolvimento dessa

102

A conquista do Estado, 12 de julho de 1919. EP1.

103

Dois revoluções, 3 de julho de 1920. EP1.

104

Democrazia operaia, 21 de junho de 1921. SF.

potência é o que permite a superação do Estado nacional (burguês) e a criação de uma “nova ordem”. Mas esse processo não é tratado como decorrente de um desenvolvimento natural da história, não há fatalismo dos fins. *Pari passu* ao movimento de “morte” do Estado nacional

devem surgir e se desenvolver instituições de novo tipo, de *tipo estatal*, que substituirão precisamente as instituições privadas e públicas do Estado democrático-parlamentar. Instituições que substituam a pessoa do capitalista nas funções administrativas e no poder industrial, realizando a autonomia do proletariado na fábrica; instituições capazes de assumir o poder de direção de todas as funções inerentes ao complexo sistema de relações e trocas que ligam as seções de uma fábrica entre si, constituindo a unidade econômica elementar [...] Tais instituições, através de planos horizontais e verticais, devem constituir o harmonioso edifício da economia nacional e internacional, liberado da gravosa e parasitária tirania dos proprietários privados (ibid., p.262-263).¹⁰⁵

Ainda em junho de 1919 (ibid., p.261),¹⁰⁶ reforçou que “o estado socialista não pode se encarnar nas instituições do Estado capitalista, mas é uma criação fundamentalmente nova quando comparada a tais instituições”. Para além da unidade entre política e economia, pode-se avançar, como Gervasoni (1998, p. 77) e Paggi (1984), e considerar que Gramsci enviesava-se para a identificação de uma “coincidência imediata entre produção e política” ou, ainda, entre industrialismo e socialismo. Isso era possível para um militante socialista de Turim daqueles anos, de onde era possível extrair uma concepção da classe proletária como um “corpo orgânico e compacto”.¹⁰⁷

Ao mesmo tempo, considerou que o comunismo não nascia de improviso. Quer dizer, era produto de um processo de reorganização da economia e que

105

A conquista do Estado, 12 de julho de 1919. EP1.

106

A conquista do Estado, 12 de julho de 1919. EP1.

107

A influência de Georges Sorel é importante nessa fase da formulação gramsciana. Teórico do sindicalismo, era também entusiasta dos bolcheviques. Nesse período dava-se sua re-introdução na Itália, com publicação em especial nas revistas *Il tempo* e *Il resto del carlino*. Ele afirmava a “decomposição do mito jacobino” e servia como uma referência entre os *ordinovistas* oriunda do socialismo francês, então em uma crise propositiva. Em certa medida, para Gramsci essa crise derivava da continuidade de modelos do passado, justamente a crítica dirigida a Tasca, esse o mais influenciado pela cultura e história francesa entre os que compunham o grupo de Turim (GERVASONI, 1998, p. 79).

poderia continuar a se renovar apenas com um novo arranjo econômico integral, não-concorrencial, que acabaria por suprimir também as classes. Mais tarde, nos cadernos do cárcere, essa identificação entre política e economia será reformulada em outros termos, inserida na “reforma intelectual e moral” socialista que tanto anteciparia a revolução como seria seu sustentáculo. A formulação do Estado proletário como potência demonstrava ao mesmo tempo a atualidade da revolução (o socialismo já existia potencialmente) e a necessidade de seu contínuo desenvolvimento, também na Rússia. Ao tratá-lo como potencialidade, não expressava uma visão teleológica nem fatalista, mas entendia o Estado proletário como produto da atividade da classe, que permitiria a realização de uma tendência

108
 imanente em tudo contrária ao fatalismo.

A ideia de potência, no Gramsci *ordinovista*, foi portanto justaposta a uma leitura da história como práxis. De forma complementar, é a definição de “Estado em geral” como unidade entre sociedade política e sociedade civil que permitiu ao marxista italiano tratar o estado proletário como uma organização formada pela interação dinâmica das instituições da classe proletária.

A reação violenta do governo italiano de enviar tropas militares e isolar Turim como resposta às greves demonstrava a veracidade da formulação do Estado como força policial da burguesia industrial, em especial contra o proletariado organizado. Ao final daquele biênio, o aparato coercitivo estatal foi reorganizado, enquanto a produção se ampliava dando à burguesia industrial ainda maior capacidade de intervenção na esfera estatal e reforçando suas organizações classistas, fazendo-o de mais sistematizada e disciplinada e com maior iniciativa política. A secundarização da função de regulamentação dos conflitos de classe e sua substituição por simples coerção era um processo que se ampliava durante a fase imperialista do capitalismo; intensificado com a guerra e com a ameaça bolchevique; era também a manifestação mais latente da crise do Estado nacional, que Gramsci identificava também nos países centrais ou, em outros termos, no Ocidente

108

Sobre imanência, cf. FROSINI, 2004.

capitalista (SPRIANO, 1967, p. 51).

Essa crise do Estado, na Itália, será confrontada pouco depois com o “assalto” fascista. Gramsci elaborou uma análise do fascismo, naqueles anos, que se pautava em uma atenção ao componente de classe e nexos com a economia, mas diferenciava-se pelo esforço de traçar, avançando sempre cuidadosamente, um perfil sociológico e também psicológico das esquadras fascistas. Eles são vistos como produtos de uma desagregação social e política, que minava ainda mais a autoridade estatal. Por trás da organização fascista, ele identificava um conjunto de forças - segmentos militares, proprietários agrários e o capital financeiro - embora sua força essencial seja a pequena-burguesia (ibid., p. 136)

Em certa medida, o fenômeno do fascismo confirmará pouco mais tarde sua intuição elaborada em 1920. Ele observara que depois da experiência russa a fórmula da revolução em “dois tempos” havia se esgotado. As derrotas infligidas à classe na Alemanha, Áustria, Baviera, Ucrânia e Hungria mostrava como a “revolução de fevereiro” não se seguiu de uma “revolução de outubro” (GRAMSCI, 2004).¹⁰⁹ Ao contrário: ao primeiro ato seguia-se a reorganização sistemática da classe dirigente e uma situação de “aviltamento e prostração” do proletariado, em razão também da destruição da vanguarda comunista (RAGIONIERI, 1975, p. 114).

Depois de um período no qual Gramsci havia tratado o jacobinismo e a Revolução Francesa através de uma aproximação com a historiografia, no que a contribuição do historiador francês Albert Mathiez foi essencial, nos anos do semanário *L'Ordine Nuovo* ela foi pouco retomada ou escassamente desenvolvida. Tal ausência poderia ser explicada pela ênfase atribuída aos conselhos e ao papel destes como Estado proletário em potência. Isso porque ainda que se reconheça o esforço de se traçar uma unidade entre política e economia em suas elaborações

109

Duas revoluções, 3 de julho de 1920. EP1.

nestes anos, tendo como célula dessa unidade a fábrica, é preciso concordar com Gervasoni (1998, p. 77) e Paggi (1984) que há uma certa obliteração da esfera propriamente da política ou uma centralidade atribuída à fábrica. Ademais, não foi Marx também que indicou que a Revolução burguesa e o jacobinismo foram a absolutização da política. Ao mesmo tempo, era o equívoco de se recorrer ao passado e aos direitos dos homens quando os homens do século XVIII não eram mais aqueles da Antiguidade e suas relações sociais e econômicas haviam se modificado¹¹⁰ complemento que conduzia os revolucionários franceses à ilusão (MARX, 2011, p. 141).

Ainda em 1918, Gramsci recorreu a esse texto de Marx e Engels ao responder a crítica que lhe foi dirigida pelo socialista Claudio Treves publicada na *Critica sociale* em janeiro de 1918. Treves replicava ao *A Revolução contra o Capital*, de dezembro de 1917, artigo de Gramsci no qual este argumentava, em síntese, que os bolcheviques pautavam-se em uma visão do marxismo como um pensamento vivo e não como um esquema rígido do movimento histórico. Fazendo da vontade social e coletiva um motor “plasmador da realidade objetiva”, os bolcheviques demonstravam-se livres das “incrustações positivistas e naturalistas” que prediziam um desenvolvimento em etapas até o socialismo. Treves, em seu texto, irá lamentar a “incultura da jovem geração socialista”, eivada de voluntarismo e de violência heroica. A resposta de Gramsci (1982),¹¹¹ no qual cita o texto de Marx e Engels, aproxima Claudio Treves de Bruno Bauer e dos jovens hegelianos criticados n'A Sagrada família. O italiano haveria reduzido Marx a uma doutrina e a história a um “esquema abstrato” e “lei natural” e a colocaria na mesma posição que Bauer colocava a “auto-consciência”. Ou seja, como o hegeliano criticado por Marx e Engels, Treves havia excluído de seu marxismo “o homem individual realmente existente” e por isso, por negar a vontade dos homens, fazia do pensamento de

¹¹⁰

É preciso considerar, como Louvrier (2007), a dificuldade em se identificar uma positividade atribuída por Marx a Robespierre ou ao Ano II. Será o babovismo e Buonarroti e, mais tarde, a historiografia jacobina e republicana, que o fará.

¹¹¹

La critica critica. 12 de janeiro de 1918. CF.

Marx “a doutrina da inércia do proletariado”. Portanto, ainda que não se possa atribuir uma ascendência direta de Marx na leitura de Gramsci sobre a Revolução Francesa nesses anos, é preciso considerar que ele conhecia a proposição na qual os jacobinos eram protagonistas de uma “absolutização” da política. Outrossim, ele se apropriara da forma de apreender a história que por certo vai ao encontro do escrito da década de 1840: como considera Rapone, a referência ao Sagrada família atesta que sua “concepção da atividade humana produtora da história” tinha seus fundamentos para além do idealismo e crocianismo (RAPONE, 2014, p. 323).¹¹²

Deve-se notar, ainda, que o *itinerário de referências* à revolução do século XVIII em Gramsci, ao menos no período pré-carcerário, foi antes oscilante do que contínuo ou progressivo e comporta ausências. Não obstante, é o jacobinismo o elemento que sofre a alteração mais incisiva na reflexão gramsciana: ele não retomará jamais ao antijacobinismo que defendia na juventude (ibid., p. 428). Quer dizer, ainda que não pareça ser exato falar de um desenvolvimento sistemático da temática, ao menos nesses anos pré-carcerários, em 1921 ocorrerá um *ponto de não-retorno* em sua elaboração. Depois do período ordinovista e em determinada medida influenciado pelas derrotas infligidas ao movimento conselhistas e de sua atenção às atividades de construção do partido comunista – quando se tratava então de demarcar as diferenças em relação aos socialistas – Gramsci será enfático ao atribuir uma identidade entre os jacobinos e os comunistas. Sobre esse *jacobinismo comunista* trataremos no próximo tópico.

Por último, é preciso considerar que tal identidade havia sido exposta antes pelos bolcheviques e por Lenin. No início dos anos de 1920 e, portanto, depois dos primeiros anos da criação do Estado proletário, as aproximações entre as duas revoluções remetiam à ditadura de 1793-1794 como um antecedente histórico da

112

Frosini (1999, p. 7) irá argumentar que a obra de 1844, juntamente com as *Teses sobre Feuerbach* (1845), contribuiu para a elaboração de uma teoria da imanência, na qual a unidade entre teoria e prática, ou ideia e ação, apoiava-se na recusa ao determinismo econômico (tal como Gramsci identificava em Treves). Nos *Quaderni*, será recorrendo ao humanismo tal como exposto por Marx e Engels nestes escritos, isto é, um tipo de humanismo não-transcendental mas fundamentado no homem “realmente existente” e em suas necessidades por um lado e, de forma complementar, atento à singularidade do evento, que Gramsci irá aproximar humanismo da ideia de imanência.

ditadura proletária, quer dizer, um protótipo da tentativa de salvaguardar a revolução diante de ameaças internas e externas. Mais frequente e problemática era a aproximação entre o NEP (Nova Política Econômica) e o Termidor, conduzida essencialmente (mas não apenas, como veremos), pelos opositores da política então em implementação. Tais aproximações faziam-se por vezes através de um uso instrumental ou performático do passado, agora difundido e dirigido pelo partido mundial da revolução, organizado em torno de uma estrutura composta pelos partidos membros e seus comitês, comissões e órgãos de formação e também de propaganda. Assim, ao lado do esforço de homogeneidade da leitura sobre o passado (assim como sobre o presente) há uma estrutura para difusão dessa leitura. Tal uniformidade ficaria por certo “perturbada” pelas disputas políticas ocorridas no interior do partido comunista russo e do Comitê Central da IC depois da morte de Lenin. E, por vezes, foi justamente por meio das referências à história, seja para reafirmar ou refutar as semelhanças entre passado e presente, que frequentemente se demarcavam as posições divergentes nessa disputa (KONDRATIEVA, 1989; HOBBSAWM, 1996).

3.2 JAURÈS, MATHIEZ E GRAMSCI

Desde os primeiros escritos em que abordou a Revolução Francesa, Gramsci identificou-a como uma revolução econômica. Essa interpretação colocou-o ao lado da leitura de Jaurès. A impositação antipositivista, a centralidade atribuída à vontade coletiva (e também individual) e o propósito de não apenas *revelar*, mas também de analisar a particularidade do evento, caracteriza a historiografia de Jaurès. Seria possível identificar algumas aproximações entre ele e Gramsci, resultado seja de uma leitura direta dos escritos do socialista francês, que eram bastante difundidos; seja indireta sob a mediação de Labriola. Tal debate Gramsci-Jaurès contribui também para se explorar a circulação das ideias, e mais particularmente as tentativas de elaboração de uma historiografia marxista (por vezes concorrentes, como veremos adiante), no âmbito do socialismo internacional e das trocas entre os

países alpinos. Posto que Jaurès pertencia à II Internacional, a questão da herança da organização internacional dos trabalhadores no contexto pós-guerra também interessa para uma reconstrução eficaz da elaboração gramsciana naqueles anos.

3.2.1 Michelet e Marx

Uma vez que nos referimos à herança da II Internacional, é preciso apontar a original contribuição de Kautsky: ele empreitou a primeira tentativa de elaborar uma leitura marxista da Revolução Francesa.

Para celebrar o centenário de 1789, Kautsky publicou em fascículos *Les luttes de classe pendant la Révolution française* [As lutas de classe durante a Revolução Francesa] (1890) na revista socialista *Die Neue Zeit*. Sua obra foi largamente traduzida, em um período em que detinha grande prestígio no movimento comunista internacional (situação alterada após a 1917), tendo contribuído para a difusão de conceitos chave do materialismo histórico o que, de resto, estava de acordo com a finalidade propedêutica do trabalho em questão.

Uma década depois, também em fascículos e com o mesmo objetivo pedagógico, Jaurès publicou seu trabalho sobre o tema. Historiador de ofício, como outros que elaboraram reputados estudos sobre a França revolucionária (como além do próprio Kautsky, Thiers, Guizot e Luis Blanc, entre outros) também um homem político e, assim, tinha um propósito militante e de divulgação do materialismo histórico e sua relevância científica para a análise da história. Depois do trabalho de Jaurès, *Les luttes de classe...* de Kautsky foi submetido a uma crítica, segundo Vovelle, “excessivamente severa”: o trabalho do líder do SPD foi considerado dogmático, redutor do pensamento de Marx e simplificador do processo histórico analisado. Kautsky foi criticado pelo viés jauresiano, ou melhor, seus limites residiam justamente nas qualidades identificadas no socialista francês.

É preciso considerar, no entanto, que Kautsky elaborou uma leitura sintética, de cerca de cem páginas, sem consulta aos arquivos e acesso aos estudos

atualizados; Jaurès, por sua vez, publicou milhares de páginas e seu trabalho foi não raras vezes adjetivado como monumental.

Começando pelo fundamental: Jaurès propôs uma leitura da Revolução como resultado da luta de classes e vitória da burguesia. Kautsky havia também o feito, assim como historiadores burgueses aos quais Marx atribui a originalidade da compreensão da luta de classes como motor da história. A diferença fundamental de Jaurès foi identificar que o socialismo estava contido (em sua totalidade, *tout entier*) na Revolução Francesa e, por consequência, será o socialismo que irá realizar a justiça propagada, pois ela “[...] preparou indiretamente o advento do proletariado. Ela realizou as condições essenciais do socialismo: a democracia e o capitalismo” (JAURÈS, 2010, p. 145).

No contexto revolucionário, o proletariado estava subordinado à burguesia, sem um projeto societal autônomo. No período entre 1789 e 1848, concomitante à consolidação da burguesia, o pensamento socialista nasceu e se amadureceu com o governo provisório e com a Comuna, quando se afirmou “[...] como uma força e uma ideia e o proletariado como uma classe” (ibid., p. 148).

Jaurès pretendia combinar a leitura “mística e ao mesmo tempo realista” de Michelet com o pensamento de Marx: há, portanto, uma metafísica idealista de origem hegeliana, na qual o socialismo estava contido no desenvolvimento capitalista como uma premissa suficiente, isto é, um princípio não-demonstrável mas eficiente, e que irá se realizar na história. Ele procurou, assim, articular uma concepção de história universal e suas manifestações “[...] para além de toda e qualquer casualidade”, com o materialismo histórico, esse compreendido como “[...] realidade objetiva e método científico” (ANTONINI, 2004, p.09).¹¹³

Outro elemento de sua análise, que vai de encontro à leitura kaustkysta, é a recusa ao *miserabilismo* como elemento explicativo. A historiografia social e econômica que desenvolveu foi fundamentada em pesquisas atualizadas sobre a

113

Para Jaurès, a verdadeira filosofia da história é o socialismo. O socialismo realizará a unificação entre a ideia e o fato, o pensamento e a história, uma vez que ele insere a ideia no movimento da história e também, o movimento na ideia. Sobre a filosofia da história e hegelianismo em Jaurès, ver Dumas (1973).

produção agrícola e urbana, finanças e comércio no Antigo regime às vésperas da Revolução, que lhe permitiram considerar que o século XVIII foi “glorioso” para a burguesia. A “evolução revolucionária” foi decorrente de uma mudança econômica que alterou a relação de força entre as classes e sua origem não pode, assim, ser diretamente atribuída à economia, sustentou Jaurès novamente se contrapondo a Kautsky (JAURÈS, 2010, p. 08-13).¹¹⁴

O socialista francês problematizou então a relação de determinação entre pensamento e as formas de organização econômica: não poderia se pensar que as ideias não tem qualquer nexos com o terreno econômico e social, mas seria simplista explicar o seu movimento apenas pelas forças econômicas. Dessa forma, o papel das vontades e da consciência da burguesia no processo revolucionário foi alçado a uma posição central; enquanto Kautsky categoricamente afirmou que a força motriz da evolução histórica deveria ser buscada “[...] não na vontade humana, mas no conjunto de circunstâncias que são não somente independentes dela [da vontade], mas que a domina” (KAUTSKY, 2010, p. 39).

Estamos diante de duas formas distintas de interpretar o materialismo histórico, que resultaram em abordagens diversas da história. Para Kautsky, a Revolução na França era justamente o evento que demonstraria a validade científica do marxismo: a partir dela é possível afirmar, de maneira objetiva, que as revoluções decorrem do desenvolvimento das relações de produção, que em determinado ponto, entram em contradição com superestrutura – envólucro que precisa romper

114

Uma importante análise das relações entre a crise econômica do Antigo Regime e o ascenso revolucionário foi feita por Ernest Labrousse. Analisando a economia francesa do final do século XVIII, considerava a existência de curtas e longas ondas econômicas: os elementos mais localizados (como má colheitas) influenciavam as rendas rurais e a indústria, afetando de forma diversa os diferentes grupos sociais; enquanto poderia ser identificada uma crise constante a partir do final daquele século, expressa especialmente na alta do preço do arrendamento da terra em um ritmo muito superior ao dos salários e preços. Para Labrousse, uma conjuntura na qual convergiram um longo processo inflacionário com um aumento acentuado dos preços dos cereais na primavera e verão de 1789 propiciaram a crise pré-Revolucionária (ver o verbete conjuntura em BURKE, 1992; FURET, 1978).

para sua contínua evolução.¹¹⁵ Por outro lado, Jaurès admite que, ainda que “[...] a estrutura econômica da sociedade determine as formas políticas, os meios sociais e mesmo a direção geral do pensamento [...], não nos esqueçamos que Marx não esqueceu jamais que é sobre os homens que agem as forças econômicas” (JAURÈS, 2010, p. 151).

A classe burguesa era, assim, consciente de suas necessidades e sua vontade revolucionária foi essencial, o que a leitura de Barnave¹¹⁶ por Jaurès viria confirmar. Contrariando Taine¹¹⁷ e uma linha interpretativa bastante difusa que considerava que o radicalismo jacobino era um “desvio” do desenvolvimento “normal” da história da França e sua artificialidade se manifestava em idealismo abstrato, os escritos de Barnave (redigidos, diferentemente de Taine, no imediato contexto revolucionário, mas publicados apenas em 1843) mostram a clareza da classe acerca de suas necessidades e consciência do movimento econômico que possibilitaria sua vitória (ibid., p. 157). Jaurès chegou a identificar em Barnave um “materialismo precoce”, precursor de Marx na capacidade de identificar a relevância das questões econômicas naquele processo, como o fato de que as mudanças das formas de propriedade encetam uma nova força política; força política essa capaz então de sustentar as novas formas de propriedade (ibid., p. 166).

O realismo da burguesia, expresso nos escritos de Barnave, não significaria a exclusão total de qualquer idealismo ou das paixões políticas, mas ao contrário “[...] o entusiasmo humano que, às vésperas de 1789 apaixonava a burguesia, foi ainda

115

Pode-se identificar uma influência evolucionista nessa leitura de Kautsky. Ele havia já considerado a relevância do darwinismo para a análise social, o que tinha certa recorrência na reflexão produzida pelos social-democratas nos anos de 1880.

116

Antoine Pierre Joseph Marie Barnave (1761-1793) compôs a Assembleia dos Estados gerais em 1789, representando a burguesia moderada, em especial comerciantes e envolvidos nos negócios coloniais. Em 1793 foi guilhotinado, depois de ser acusado de uma aproximação com Luís XVI. Durante a prisão redigiu a *Introduction à la Révolution française*.

117

Hippolyte Adolphe Taine (1828-1893) escreveu *Les origines de la France contemporaine* (1876-1894). Seu positivismo recorria a categoria como raça e ambiente e à psicologia de massa para tratar dos revolucionários.

mais enérgico e ardente uma vez que ele exercia no mesmo sentido do movimento universal e que lhe aparecia como a consumação da história” (ibid., p. 166). Não deixa de ter semelhança com a formulação gramsciana anteriormente abordada e que apareceu em novembro de 1919 no artigo *La Russia e l'Europa*, em que o marxista italiano aproximou o entusiasmo revolucionário pré-1789 daquele ânimo que deveria penetrar no proletariado após a criação do estado dos soviets.

Gramsci conhecia a produção de Jaurès, que tinha grande circulação em razão também de seu destaque no âmbito do socialismo internacional. A *Avanti!* havia publicado seus textos filosóficos (os seus primeiros estudos foram sobre a filosofia alemã), mas na Itália sua obra maior *Histoire socialiste de la Révolution française* obteve uma recepção negativa. O cenário intelectual socialista italiano naquele início de século não era, de fato, particularmente propício para a recepção de uma leitura fortemente antipositivista e que pretendia realizar uma síntese entre o idealismo filosófico e o materialismo histórico. Além disso, a sua avaliação sobre os jacobinos como necessários para o fim do Antigo regime - ainda que tenha sido crítico e apontado os limites desse grupo político - era diverso do antijacobinismo bastante difundido na península. Por isso foi criticado por Salvemini, próximo da perspectiva de Taine na qual os jacobinos são explicados por meio da psicologia das massas populares e seus “instintos animalescos”, Rousseau e o Contrato social entendidos como uma teoria com tendências violentas (GOUSSOT, 1994, p. 257).

A recepção foi favorável por parte de Labriola. Como Jaurès, ele enfrentava na Itália as degenerações positivistas do materialismo histórico e também havia dedicado-se a explorar as origens do socialismo no decurso francês, mas identificando-as nos *Enragés* e em Babeuf, assim como a ideia de uma democracia integral. Contra o determinismo econômico, Labriola acentuava a existência de descontinuidades e acelerações na história, no que o papel do homem era também determinante. Para além dessa identidade Labriola-Jaurès, e em certa medida respondendo à questão colocada por Taine acerca da psicologia social dos revolucionários, ambos compartilhavam a concepção de que a história contribui para a compreensão da *morfologia* da sociedade: por isso a Revolução Francesa era um

laboratório da maior relevância. Essa morfologia, organismo complexo formado por “[...] estruturas mentais individuais e coletivas ligadas à estrutura econômica e sociais em desenvolvimento”, não poderia ser entendida como “uma anarquia espontânea” como pretendia Taine. Como Jaurès, Labriola vai destacar a necessidade de compreensão da mentalidade dos camponeses e dos grupos populares (ibid., p. 258). Temos aqui, portanto, uma outra proximidade com Gramsci e com uma temática que lhe foi fundamental nos *Quaderni*: a história dos grupos subalternos.

Voltando às divergências entre Kaustky e Jaurès, é preciso ainda situar o *locus* nacional de onde falam, com suas particulares formações sócio-históricas e diferentes trajetórias na organização proletária em cada país. A crise revisionista do marxismo na passagem do século XIX - XX encontrou ali dois cenários bastante distintos. Na França o movimento socialista era bastante fragmentado, com existência de diferentes partidos orientados por perspectivas teórico-políticas diversas. Eles foram unificados apenas em 1905 com Jaurès e a criação da Seção Francesa da Internacional Operária (SFIO), tendo ainda que confrontar a herança revolucionária antecedente, como o blanquismo, daí a “obsessão pelo jacobinismo” e o predomínio da questão da tomada do poder e gestão do Estado, tendo como referências 1848 e 1871 (MAGGI, 1977, p. 12). E, assim,

[...] é claro como o partido não se colocou como tarefa dar vida a uma nova tendência histórica, mas era visto [...] como instrumento para resolver o problema de gestão do poder. Daí a substancial diferença na forma com a qual reclamam o marxismo: ele assume a função na social democracia alemã de teoria das leis da sociedade capitalista e de demonstração da inevitabilidade da tendência de desenvolvimento do movimento operário; e para um partido como o francês ele tem a tarefa particular de definição de uma forma de organização e de programa que garantisse o êxito vitorioso de um processo historicamente já verificado (ibid., p. 13).

O papel dos *communards* foi decisivo na introdução do pensamento de Marx na França. Foi através da fundação do jornal *L'Egalité* (1877-1883) por Jules Guesde e seu encontro pouco mais tarde com Paul Lafargue que ocorreu a primeira fase de difusão do marxismo no país. Fortemente influenciada pelo guedismo,

acabou por ter uma aceitação relativamente limitada sendo recusado por vezes de ser um “pensamento pouco francês” (Rouanet) ou contrário à autonomia do proletariado, no que pesava uma oposição aos intelectuais (GERVASONI, 1998, p. 46).

Sand (1994, p. 205) também identificou o caráter marginal do marxismo no campo cultural francês, diferente do que ocorria na Alemanha (no que o papel do SPD haveria sido fundamental)¹¹⁸ e da Itália. Essa particularidade francesa, segundo o autor, poderia ser explicada – para além da fragmentação existente entre os socialistas – também pela distância dos sindicatos em relação ao Partido operário francês (POF), primeiro partido marxista na França, e a neutralidade desse no Caso Dreyfus. Ele manteve-se assim à parte de um momento fundamental da história política francesa, o que demonstra sua restrita ramificação. E, com o fim do Caso Dreyfus, deu-se a vitória de uma ideologia republicana laica e o “[...] republicanismo foi transformado, durante numerosos anos, no ópio dos intelectuais progressistas, da mesma forma que a monarquia era o ópio dos intelectuais de direita”.

3.2.2 Robespierre e Lênin

A obra de Albert Mathiez beneficiou-se do campo aberto por Jean Jaurès na historiografia econômica e social da Revolução Francesa.¹¹⁹ O republicano radical fez referência em diferentes momentos de sua produção a essa influência

118

Em relação à difusão do pensamento de Marx pelo SPD, é necessário apontar que o partido difundia uma leitura resultante do esforço de síntese do marxismo com suas soluções táticas gradualistas e reformistas. Sobre as relações entre SPD e PSI, mais especialmente sobre a presença do Bernstein Debate na Itália, ver Trichilo (1995).

119

A introdução dos dados financeiros e de índices econômicos, como inflação e produção de diferentes segmentos econômicos foi uma contribuição fundamental de Jaurès para o estudo da Revolução. Estimulada pelo trabalho deste, foi fundada uma comissão para levantamento e salvaguarda de documentos relativos à vida econômica. A comissão foi presidida pelo autor de *Histoire socialiste...*, começou a funcionar em 1903 e Mathiez foi um de seus membros (FRIGUGLIETTI, 1974, p. 119).

jaurèsiana, com quem compartilhou a tese de que a Revolução foi um conflito de classes em que triunfou a próspera burguesia sobre a nobreza e o proletariado emergente. Durante o Terror a burguesia havia sido compelida a realizar medidas socialistas por pressão da classe trabalhadora, depois repudiadas com a queda de Robespierre (MATHIEZ, [19-], ¹²⁰ p. 573). Para Mathiez, a Revolução foi encerrada com essa queda, junto com a qual “[...] haviam matado, por um século, a República democrática” (ibid., p. 248). A III República era, para ele, uma manifestação opaca do republicanismo dos jacobinos. Mathiez observou a França contemporânea com a contribuição da história de fundação do Estado moderno, buscando encontrar na origem da república as explicações para sua degeneração. Da história seria possível extrair lições, daí seu procedimento recorrente de comparação entre passado e presente.

Ele divergiu de Jaurès especialmente na análise dos jacobinos e de Robespierre, posto que a defesa enfática desses por Mathiez não se verifica nos textos do líder socialista, que apontava os limites dos jacobinos ao tentar, em apenas uma geração, “[...] abater o Antigo regime, criar um novo direito, extrair das profundezas e da miséria um povo esclarecido e orgulhoso, lutar contra o mundo e as alianças de tiranos e escravos” (JAURÈS, 2010, p. 174). Os limites para sua ação estavam na própria história, quer dizer, tentaram *antecipar* ou acelerar um projeto político e social que poderia ser realizado apenas mais tarde, com o socialismo. ¹²¹

Foi nos anos de guerra que Mathiez aproximou-se mais efetivamente da produção de Jaurès, culminando na superação da história política ou parlamentar que desenvolvia anteriormente. Ele realizou também uma mudança de objeto, deslocando-se para o estudo da estratégia militar francesa no final do século XVIII e tratando dos problemas que não reputava totalmente inéditos, mas que atualizariam aqueles originalmente colocados no processo de constituição da Europa contemporânea. Assim, enquanto seus primeiros trabalhos anteriores a 1914

120

Não possui o ano de publicação do volume consultado.

121

Sobre a relação Jaurès-Mathiez, cf. SOBOUL (1979).

tratavam da religiosidade laica na Revolução,¹²² com o início dos conflitos ele passou a se dedicar às guerras revolucionárias de 1793-1794, às manobras políticas parlamentares e tensões econômicas daquele contexto bélico.

Tratando em paralelo passado e presente, o que não significava uma obliteração das diferenças entre os dois momentos históricos, Mathiez pretendia que a história servisse como estímulo à ação e “reforço ao entusiasmo”, ou mesmo como lição. Nas guerras revolucionárias o patriotismo seria idêntico ao republicanismo, o exército subordinado à opinião pública e seus membros oriundos do povo, de modo que havia uma identidade entre os interesses do Estado e do próprio corpo militar,

assim como entre a Assembleia e o povo.¹²³ O êxito de Carnot na batalha de Marne demonstraria a eficácia da tática ofensiva e o papel da “vontade, decisão e caráter”

na ação militar.¹²⁴

A guerra havia colocado em situação problemática os consumidores urbanos, especialmente os artesãos e também os trabalhadores rurais. Esses grupos teriam então demandado ações para contenção de preços através de dispositivos como requisição e controle. Mas essa demanda era contraditória à política liberal que pretendia a ruptura nos controles de mercado exercidos pelo Antigo Regime. Os

122

Mathiez deu contribuições importantes para essa temática em *La Théophilanthropie et le culte décadaire, 1796-1801* e *Les Origines des cultes révolutionnaires (1789-1792)*, ambos redigidos para sua obtenção de tese em 1904. No segundo, *Les Origines...*, defendeu que os cultos laicos poderiam ser tratados através do conceito de religião e religiosidade de Durkheim. Mathiez concordava, então, que a religião deveria ser entendida como um fenômeno social, definida não em razão do objeto ou conteúdo (noção de divindade) e sim por sua forma, quer dizer, o fenômeno religioso caracterizaria-se pela existência de conjunto de crenças compartilhadas por um determinado grupo que exigem de seus membros a realização de culto ou ritual. Nesse sentido, as cerimônias patrióticas como a celebração de 14 de julho para Mathiez poderiam ser entendidas como um culto (FRIGUGLIETTI, 1974, p. 56). Ele foi criticado por ter expandido demasiadamente o conceito durkheimiano, ao qual não retomou em seus trabalhos posteriores. Esse percurso do historiador ilustra bem a aproximação da história com as ciências sociais naqueles anos e, mais particularmente, o interesse do autor em uma renovação teórica-analítica que irá depois encontrar outras referências.

123

Si nous étions sous la Convention... “Le Rappel”, 04 de fevereiro de 1916; *L'esprit de l'armée de l'an II*. “Le Rappel”, 22 de setembro de 1915. Os artigos de Mathiez no *Le Rappel* foram consultados no portal *Gallica, Bibliothèque numérique de la BnF (Bibliothèque nationale de France)*.

124

La tactique de Carnot. “Le Rappel”, 13 de setembro de 1915. Também consultado no portal *Gallica, Bibliothèque numérique de la BnF (Bibliothèque nationale de France)*.

jacobinos – contra a monarquia e contra os girondinos – exerceram uma política econômica capaz de assegurar o consenso popular. Assim, com o agravamento da crise econômica, derrotas militares e agitação das massas em setembro de 1793 foi instituída a lei do máximo (general maximum), ao que se segue o Terror. E,

[...] na opinião do Mathiez, o Terror do Ano II era uma ditadura centralizada que estabilizou a economia nacional pela regulação da produção agrícola e industrial, transporte, comércio e finanças, e resultou na detenção, prisão e execução de aqueles que violaram a teia de regulamentos. A política e a economia do Terror, eram, assim, uma só coisa (FRIGUGLIETTI, 1974, p. 577).

Esse breve triunfo dos jacobinos e de Robespierre, atribuídos à formação do Comitê Salvação Pública e à derrota dos *Enragé*, dos hebertistas extremistas de esquerda e os moderados dantonistas de direita, foi logo superado pela "combinação dos inimigos que temiam uma verdadeira revolução social". O 9 Thermidor, que marca a queda de Robespierre, foi a vitória da burguesia beneficiada com a nova ascensão inflacionária e com a liquidação de suas dívidas. E as classes populares suportaram as pesadas consequências da inflação monetária, fazendo delas economicamente frágeis e politicamente impotentes por um século adiante (MATHIEZ, 1927).

Reconhecendo na história um laboratório da política moderna, os intelectuais e militantes socialistas extrairão dessa fase do passado francês elementos para reflexão sobre a democracia e representatividade; o papel das minorias políticas e das alianças e a questão da espontaneidade da massa. Como nos debates entre Jaurès e Guesde nos anos de 1908-1910, no qual o primeiro argumentou que a forma insurrecional era um recurso que não poderia dispensar a atuação militante com objetivo de reforma do Estado burguês e participação em suas instituições. Isso dito em um momento não apenas de fissuras entre republicanos e socialistas, mas no interior de uma tradição republicana socialista fortemente presente desde dos anos de 1880, mais propícia à uma pacificação dos conflitos de classes e mistificação democrática e que se “desprendia” de um movimento revolucionário que começava a se tornar mais autônomo.

Uma questão relevante para o socialismo, em especial depois de 1917, era o “acerto de contas” com a tradição jacobina. Em Jaurès, da evolução da democracia decorreria o socialismo e, por isso, Robespierre era para ele aquele que melhor serviria ao socialismo. Diferente seria “[...] se o socialismo fosse seita, sua vitória deveria ser uma vitória de seita [...]”, mas como não é, Robespierre foi aquele que seguiu com “[...] a política que melhor fez a toda Revolução, a toda democracia” (VOVELLE, 2001, p. 128).

O filojacobinismo significaria então, para Jaurès, a recusa do sectarismo minoritário e da espontaneidade das massas. Em perspectiva oposta, o sindicalista revolucionário Georges Sorel argumentou que a doutrina de 1793 defendia um “republicanismo estatizador, centralizador e desinteressado das questões sociais”, além de ter atuado por meio de fórmulas abstratas (influência de Taine) conduzidas por uma minoria (GERVASONI, 1998, p. 42).

Momento de disputas pelo conteúdo e forma do jacobinismo e que em Mathiez é abordado pelo antagonismo Robespierre-Danton, valorizando o primeiro como uma encarnação dos jacobinos. Robespierrismo que demarcaria doravante essa nova geração de historiadores em oposição à velha escola republicana. Assim, “nessas batalhas pela verdade histórica”, afirma Friguglietti (1974, p. 89), na qual os personagens e suas políticas estavam entrelaçados, se afirmava também a própria ideia que cada partido detinha do que a República francesa deveria ser.

Mathiez estava também vinculado a um processo de “renovação” da historiografia italiana, que pretendia superar a hegemonia da historiografia croceana e o neoidealismo de matriz alemã na Itália, no que essa tendência francesa tinha um papel importante. Ocorria então uma difusão na Península dos estudos de Aulard e Mathiez, considerados ali como “figuras exemplares de uma nova historiografia que poderia superar a tradição alemã e forjar na Itália uma ideologia democrática, alternativa ao liberalismo” (DE FRANCESCO, 2006, p. 114). A difusão estava relacionada ainda com a retomada de interesse pela cultura francesa e pelas origens comuns dos países latinos, o que pode ser ilustrado com a fundação da *Rivista delle*

Nazioni latine (1916) por Guglielmo Ferrero e Julien Luchaire (ibid., p. 113).¹²⁵

Um papel fundamental nesse esforço de renovação da historiografia italiana foi exercido por Corrado Barbagallo. Fundador da *Nuova rivista storica*, ele pretendia superar um certo “provincialismo” da cultura italiana, irrigando-a com outras fontes para além daquelas alemãs e que permitiriam uma abordagem social e econômica como contraponto à concepção idealista. Inspirado em Henri Berr e sua *Reveu de synthèse historique*, a revista de Barbagallo comportava diferentes perspectivas (bergsonismo, irracionalismo e mesmo idealismo) com um certo impacto nacionalista no momento da sublevação deste,¹²⁶ enquanto Barbagallo se afirmava como materialista histórico¹²⁷ e “[...] promotor mais tenaz e combativo da renovação da historiografia italiana nas primeiras décadas do século XX depois de Croce” e teria mesmo obtido maior reconhecimento que Croce na França daqueles anos (RAO, 2008, p. 277). A aproximação de Barbagallo e Mathiez e a presença do último na *Nuova Rivista Storica* sinaliza a difusão de Mathiez no ambiente intelectual italiano e a circulação de ideias entre os dois países latinos.¹²⁸ Embora seus trabalhos tenham sido resenhados anteriormente,¹²⁹ através de Barbagallo a historiografia jacobina de Mathiez alçou maior repercussão na Itália, onde ele foi introduzido como um partidário de Robespierre (ibid., p. 276).

Não tendo jamais se definido como marxista, Mathiez mesmo lamentou a

¹²⁵

A *Rivista delle Nazioni latine* publicou os trabalhos de Mathiez: *La Rivoluzione e gli Stranieri*, em 1916, e *Danton et la paix*, em 1918. A *Rivista storica italiana*, publicou em 1912 seu *Rome et le Clergé français* (DE FRANCESCO, 2006, p. 113).

¹²⁶

Como, por exemplo, a leitura do *Risorgimento* feita por Volpe. Este renunciou à direção da revista em 1916.

¹²⁷

Nos *Quaderni* Gramsci foi crítico de Barbagallo: ele seria um “[...] típico representante do “materialismo-histórico” italiano”, influenciado pelo lorianismo (cf. por exemplo, Q. 4, § 60, p.505).

¹²⁸

A proximidade entre Barbagallo e Mathiez, que era não apenas intelectual mas também de amizade, é contatada pelo italiano em uma publicação de homenagem póstuma publicada nos AHRF (*Annales historiques de la Révolution française*) em 1932. A revista foi fundada por Mathiez em 1908, chamada de *Annales révolutionnaires* até 1923.

¹²⁹

Em 1916-1918, nas *Rivista storica italiana* e *Rivista delle nazioni latine*.

repercussão do que chamou de “socialismo de origem germânica” na França em detrimento do socialismo francês¹³⁰. Isso não impediu que apoiasse os bolcheviques e participasse da adesão da SFIO à Internacional Comunista em 1920. Nesses anos, suas publicações na *L'Humanité* (que se tornou órgão de imprensa dos comunistas) foram recorrentes. Em 1917, Mathiez havia já escrito *Bolcheviques e Jacobinos* (1917)¹³¹, traduzido por Gramsci e publicado de forma fracionada em *L'Ordine Nuovo* em 1921.

A identificação que estabeleceu entre bolcheviques e jacobinos /Lênin e Robespierre explicita sua forma de abordar a política contemporânea: com a perspectiva ou *lentes* do passado, sendo a história mobilizada pelo presente. Ele foi também um historiador militante, defensor árduo da república. Assim, celebrou o fim do czarismo argumentando que no Oriente se encenava uma outra vez a Revolução Francesa, agora mais rápida e decisiva já que os russos haviam aprendido com a história francesa. E ainda, sua defesa do fim do Absolutismo e criação do parlamentarismo na Rússia foi também valorizada pela esperança de que levaria à derrota da autocracia alemã. Mathiez e a *Société des Etudes Robespierristes* (fundada por ele em 1908) enviaram um telegrama com congratulações ao Duma, expressando o desejo que a Revolução encontrasse seus Robespierres e Saint-Justs para guiá-los, evitando o duplo erro de fraqueza ou excesso.

No verão de 1917 ele manifestava otimismo com a Revolução, mas as derrotas militares e divisões internas minaram sua confiança em Kerensky. A esperança foi reavivada com os bolcheviques, vistos como os novos jacobinos a

130

Nos debates públicos e em suas diversas publicações na imprensa nos anos de guerra, ele passou de uma posição pacifista anterior à defesa patriótica e anti-germânica, contrapondo a França republicana e civilizada contra a barbárie, militarismo e despotismo alemão. Assim, como grande parte dos socialistas, aderiu à *Union Sacrée*. É importante frisar que o anti-germanismo também era um elemento que estimulava o historiador francês a defender a Revolução Russa (FRIGUGLIETTI, 1972, p. 574).

131

Além do citado *Le Bolchevisme et le Jacobinisme*, Mathiez defendeu o bolchevismo em seus artigos *Le Bolchevisme est-il antidemocratique?* (*Le Progres civique*, 11 de setembro de 1920 e 18 de setembro de 1920) e *Lénine et Robespierre* (Flordal, 12 de junho de 1920). Também contribuiu escrevendo vários textos para os jornais *L'Humanité*, *L'Internationale* e *Le Populaire de Bourgogne de Dijon* entre os anos de 1921 e 1921.

derrubar o governo dos girondinos. Ele alertava então aos riscos internos da revolução e ao mesmo tempo aconselhava os aliados a não intervir em uma guerra civil. Era preciso, como os *montagnards*, continuar a guerra contra a Alemanha e preservar territórios. Quando Lênin assinou o tratado com a Alemanha (Tratado de Bret-Litovsky), Mathiez deixou de tratar da Revolução Russa até 1920, quando se tornou um admirador de Lênin (encarnação de Robespierre), defendendo-o em artigos escritos naquele ano, e se juntou ao recém fundado Partido Comunista Francês onde ficou até 1922 (FRIGUGLIETTI, 1972, p. 584-585)¹³².

Ao abandonar a organização Mathiez criticou a ausência de autonomia dos comunistas franceses em relação à Internacional. É preciso problematizar as relações entre a esfera nacional e o movimento internacional comunista no imediato pós-guerra. A criação da Internacional Comunista, reivindicando a herança das organizações anteriores e o legado do pensamento de Marx, visava a criação do partido internacional do proletariado voltado não apenas para a defesa da URSS mas também para a construção da revolução mundial que consideravam em gestação. Assim, ela se colocava como uma alternativa radical ao nacionalismo que parte dos socialistas haviam aderido. Assumir a exterioridade da IC em relação aos países que a compunham (reivindicada, como apontamos, por Mathiez) significaria portanto desconsiderar que ela foi um elemento constitutivo da política nacional dos partidos comunistas, isto é, essa dimensão internacional era composta por cruzamentos, empréstimos e circulações - assim como por diferenças e oposições - entre os diferentes partidos-irmãos e entre esses com a IC. Em outros termos, a cultura política comunista que se elaborava no começo do século XX deve ser entendida como produto de variáveis tanto nacionais como internacionais. Isso ao menos até 1926, quando a adoção da linha do “socialismo em um só país” e a

132

Suas críticas à URSS irão se ampliar mais tarde com a defesa que fez do historiador Eugène Tarlé preso em 1930. Mathiez mantinha relações acadêmicas com seus homólogos russos: na década de 1920 travou contato com historiadores soviéticos que pesquisaram no Arquivo Nacional Francês, entre eles Tarlé que se dedicava ao estudo de Napoleão e da Guerra da Crimeia (GAUTHIER, 2008, p. 03). Na revista criada pelo francês (*Annales historiques de la Révolution française*) foram publicados artigos dos russos e em 1927 Mathiez foi eleito membro correspondente da Academia de Ciências da URSS.

stalinização da IC alteraram a dinâmica inicial com a equiparação do internacionalismo proletário com a diplomacia da política externa da URSS (WOLIKOW, 2010b, p. 03)¹³³.

No pós I Guerra, no entanto, a questão mais premente era a formação dos partidos comunistas nacionais, o que foi colocado desde o I Congresso (Moscou, março de 1919). A adesão à IC foi condicionada à aceitação das 21 condições. Em síntese, essas condições definiam que os partidos deveriam ter como objetivo e finalidade a revolução e a conquista do poder, combinando para isso atividades legais e ilegais; romper com o parlamentarismo mas sem abandonar as disputas eleitorais; assim como enfrentar a política reformista sem deixar de tentar a adesão dos antigos membros dos partidos socialistas. A segunda chamada à constituição de partidos ocorreu no V Congresso (Moscou, junho-julho de 1924), que generalizou a palavra de ordem bolchevismo e bolchevização (ibid., p. 33).

Como lembrou Vigreux (2003, p. 16), a IC nasceu da guerra - e dela extraiu parte de seu vocabulário (tática, estratégia, *front*, etc) - o que a levava a um paradoxo: ao mesmo tempo que rejeitava a guerra imperialista, ampliando o pacifismo herdeiro da II Internacional, ela valorizou a guerra revolucionária de emancipação e de defesa da Revolução socialista.¹³⁴ A presença do pacifismo em parte dos socialistas franceses, como entre os sindicalistas que aderiram à SFIO, impediu uma aproximação imediata destes com o bolchevismo. Tal pacifismo era fortemente orientado por uma leitura da *Belle époque* que contrapunha civilização e

133

Com o processo de bolchevização do partido, que significou uma centralização acentuada e um monolitismo declarado (WOLIKOW, 2003), a formação dos quadros passou enfatizar de maneira acentuada a história do partido bolchevique e da Revolução Russa. Nesse período, as referências à Revolução Francesa são escassas. Na Escola Leninista Internacional de Moscou, por exemplo, que tinha em seu programa uma parte dedicada à história, porém reduzida à história do comunismo e dos bolcheviques. Boujou (2012), em um levantamento das publicações das editoras do PCF entre 1924-1935, identificou que 7 % do catálogo no período foram de livros de história, sendo que metade tinha como objeto a Revolução Russa. Do catálogo em geral (quer dizer, incluídos todos os temas), 52 % eram traduções do russo.

134

No Congresso de Stuttgart (1907) Lênin havia já defendido que a conjuntura de crise econômica e social derivada das guerras era oportuna para o assalto ao poder capitalista, como havia demonstrado a Guerra entre a Rússia e o Japão (2005). Cf. VIGREUX; WOLIKOW; CARREZ, 2003, em especial Capítulo IV: *Guerre civile et guerre sociale*.

barbárie, inserindo assim a guerra como contraponto à civilização. A posição destes socialistas foi se alterando gradualmente, segundo Vigreux não em 1914, mas depois de 1917, quando o pacifismo não oferecia nenhuma alternativa diante de um momento de brutalização e nascimento da cultura de guerra (ibid., p. 16).

Por sua vez, a posição de Mathiez emitida em 1920 sobre a guerra da Rússia contra os alemães e sua crítica ao Tratado de Bret-Litovsky tinha como substrato as analogias com os conflitos de 1793-1794. Ele recorreu assim à ideia de guerra defensiva, situação limite (*catastrófica*) que justificaria a ditadura do partido. Em certa medida, a posição de Mathiez acompanhou assim a reavaliação da guerra no ambiente político e cultural francês sobre a qual nos referimos acima.

Se podemos situar, como Medici (2000), a inflexão positiva de Gramsci diante do jacobinismo histórico (que irá contribuir nos escritos do período da prisão para a elaboração da fórmula teórica do jacobinismo) precisamente em 1921, como consequência da apropriação das formulações de Mathiez, há de se considerar que tal mudança teve episódios prévios, ainda que ocasionais, seja sob influência do próprio Mathiez em 1918, quando Gramsci discutiu a figura de Robespierre e a religião republicana, ou pouco mais tarde, quando parece repercutir a historiografia jaurèsiana. O líder reformista não figura, no entanto, como uma referência historiográfica na produção gramsciana madura, mas é citado como um homem da política em ato, com ênfase portanto em sua atuação no Partido Socialista, definida como de tipo carismática (Q.2, §75, p. 230; Q.3, §4, p. 288; Q.10, §41, p. 1323).

Importante também notar uma convergência temporal: quando estava na prisão fascista e solicitou os livros de Mathiez, o historiador passava por uma condenação por parte *Société des historiens marxistes* reunidos em Moscou em 1929. Com objetivo defender o marxismo como método único de pesquisa científica

e promover uma versão da Revolução Francesa adequada a esse princípio, os historiadores soviéticos recusaram integralmente a historiografia de Mathiez. Suas concessões aos jacobinos e a Robespierre, protagonistas de uma revolução indiscutivelmente burguesa, não eram coerente com a ciência proletária. Os jacobinos tornaram-se, então, para os historiadores soviéticos, adversários da revolução proletária (GAUTHIER, 2008, p. 353; cf. KONDRATIEVA, 1989).

3.3 O JACOBINISMO COMUNISTA (1921-1926)

Em um artigo publicado em 1921, no qual travava uma polêmica com os socialistas, Gramsci insistirá sobre a hegemonia do proletariado como centro da estratégia revolucionária. O socialista Nino Mazzone havia afirmado que em razão de sua estrutura econômica a vanguarda na Itália seria não o proletariado, mas os trabalhadores rurais. Gramsci lhe respondia afirmando o caráter semi-feudal do campo italiano e o reconhecimento por parte do próprio campesinato de que a revolução poderia vir apenas da cidade. Era a ausência de apoio eleitoral ao PSI no meio rural que o demonstraria, afirmou Gramsci nesse artigo. Seguia ele argumentando que a massa rural estaria inclusive passos adiante no que tange à forma encontrada pelos socialistas para enfrentar o fascismo, que recusavam recorrer à violência e por isso eram incapazes de enfrentar a força das armas dos reacionários e tampouco compreendiam que a revolução poderia já contar com um exército vermelho urbano.

Gramsci delineia então uma analogia integral entre os comunistas italianos e os revolucionários de outrora:

A massa proletária e camponesa, no entanto, aprendeu com a experiência histórica mais do que aprenderam os líderes socialistas: razão pela qual esses se reúnem sempre mais numerosos e confiantes entorno do Partido comunista que continua a tradição dos jacobinos da Revolução Francesa contra os girondinos. Sim, só comunistas são jacobinos, mas por interesse do proletariado e da massa rural traída hoje pelos socialistas como há mais de um século os interesses da classe revolucionária eram traídos pelos

135

girondinos (GRAMSCI, 1966, p.35).

Essa formulação é bastante elucidativa da reflexão gramsciana desses anos. Primeiro, a identificação entre comunistas e jacobinos/socialistas e girondinos manifesta com clareza que sua posição sobre o jacobinismo havia definitivamente se alterado em relação aos escritos anteriores: não há mais resquícios de antijacobinismo. A referência à França anuncia outro elemento central: considerar que os comunistas eram a tradução do modelo francês e burguês para a política italiana e proletária, enquanto os socialistas eram os girondinos de outrora, significa argumentar a existência de um contexto revolucionário em curso. Não fora justamente durante processo de aprofundamento da Revolução que os dois partidos (girondinos e jacobinos) tornaram-se antagonistas?

Outro elemento a indicar: ao aproximar os socialistas das forças contra-revolucionárias, o italiano argumentava também sobre a impossibilidade de uma estratégia unificada com esse campo político. No início daquele mesmo ano, no XVII Congresso do PSI, havia ocorrido a cisão de Livorno a partir da qual se originou a constituição do Partido comunista da Itália. Em dezembro também de 1921 o Executivo da IC irá defender a adoção da frente única com os socialistas, ao que Gramsci (entre outros dirigentes do recém-fundado partido comunista, com a oposição cada vez mais enfática de Amadeo Bordiga) irá se contrapor.¹³⁶ É preciso situar com precisão esse debate, posto que novas condições políticas irão mais tarde estimular uma reanálise de Gramsci acerca de sua crítica à frente única.

No âmbito do comunismo internacional ocorria um movimento de re-significação da palavra de ordem da “revolução mundial”, que irá culminar na defesa de “revolução em um só país” – *pari passu* à bolchevização a partir de 1924. Já no III Congresso da IC, em junho de 1921, pela primeira vez será argumentado sobre a

135

Un governo qualsiasi, 1 de dezembro de 1921. SF.

136

Sobre a frente única e a posição de Gramsci acerca dessa temática, remeto sobretudo a Del Roio (2005) e Spriano (1967), em particular Cap. 10, *Il dissenso con il Komintern*.

superação da fase revolucionária iniciada com o Outubro russo. Esboçava-se “uma nova concepção de revolução mundial” baseada na percepção de que o fim do capitalismo dependeria de um longo processo composto por crises agudas e de contínuo combate revolucionário. As novas palavras de ordem da IC derivam desse prognóstico: “ir às massas, frente única proletária, governo operário camponês” (WOLIKOW, 2000, p. 205).

A contenda do recém-criado partido com a IC (em razão da crítica à frente única) manifestava-se assim nesse artigo de Gramsci de 1921. Mas ao lado da recusa da aliança com os socialistas e com os sindicatos reformistas, estava a assunção da estratégia jacobina e isso significava justamente defender a unidade entre diferentes estratos das classes trabalhadoras. Ao considerar o “acúmulo histórico” dos grupos camponeses, ele acenava também para a ideia de que a direção e hegemonia proletária deveria ser conjugada com uma atenção às características sociais, política e mesmo culturais da população pobre rural, para se estimular uma adesão de tipo orgânica desses com o partido. É preciso então conhecer tais características e ele insistirá em diferentes circunstâncias sobre o fato que nada (ou muito pouco) se conhecia acerca do campo e do campesinato italiano.

Ao conduzirmos a análise da Revolução Francesa nos escritos dessa última fase pré-carcerária deve-se considerar a centralidade que ele delegou à questão da hegemonia. Ela era um elemento ligado à estratégia revolucionária e vinculada diretamente com os debates do comunismo internacional. No entanto, como considerou Paggi (1984), o tema não ficará circunscrito à prática política revolucionária, mas será amadurecido teoricamente de forma que se pode antever, por vezes nitidamente, as formulações que aparecerão nos *Quaderni*. Em razão disso, não parece equivocado falar que os textos carcerários contém um aprofundamento e avaliação de sua experiência e reflexão sobre a política militante, cujo repertório é significativamente ampliado nos anos que se seguem à criação do partido comunista.

Indicativo desse desenvolvimento “precoces” do conceito de hegemonia é justamente a centralidade que ele irá atribuir à problemática agrária. Ela será

deslocada, já nos escritos do primeiros anos de 1920, de uma dimensão restrita à dualidade de classes e inserida em uma interpretação na qual a dialética campo-cidade é parte de uma interação (sempre problemática) entre porções geográficas diversas e que na Itália podia ser explicitada pela dicotomia Norte-Sul. Essas porções possuem características sociais e culturais diferentes, na qual se mesclam determinações nacionais e a internacional e que em última instância pode ser entendida como uma relação de domínio-subordinação.

Era essa mesma questão enfrentada entre os comunistas russos no país também de predominância rural e com marcantes fragmentações culturais e linguísticas (cf. BRANDIST, 2012). Depois de um período de grande escassez combinada com uma crise política culminante na Batalha de Kronstadt (1921), seguiu-se a implementação da NEP em 1921, entendida como uma “concessão” ao meio agrário e estratégia para obtenção da adesão desses estratos. A criação da Krestintern (Internacional camponesa) pouco depois (1923) e, ainda na década de 1920, do Instituto agrário internacional, um “laboratório de estudos sobre a questão camponesa, onde se encontram diferentes especialistas internacionais e diferentes publicações sobre a questão agrária” (VIGREUX, 2000, p. 394) mostra a relevância delegada ao tema.

A forma como trataram o campo e o campesinato não era, no entanto, ausente de problemas. Uma força social frequentemente caracterizada como reacionária, a ser superada pelo processo de industrialização e modernização da sociedade russa pós-1917 ainda que camponês aparecesse como aliado potencial do proletário. A Revolução Russa buscava, assim, responder questões que a construção de um novo Estado impunha e que estavam à sombra da teoria marxista.

Parecia a Gramsci que a experiência do passado de constituição do Estado moderno francês poderia contribuir para a reflexão não apenas sobre hegemonia e a questão agrária, mas também acerca dos mecanismos de consolidação de uma nova ordem. Em 1921, Gramsci traduzirá o texto *Il bolchevisme et le jacobinisme* redigido pelo historiador francês Albert Mathiez em 1920. A analogia traçada entre os jacobinos e os bolcheviques nesse texto encontrou forte ressonância nos escritos

posteriores de Gramsci (cf. MEDICI, 2000; GERVASONI, 1998) Não por acaso, será também em 1921, no artigo que citamos anteriormente, que Gramsci irá afirmar categoricamente a positividade que atribuíra aos franceses que criaram a I República ao chamar os comunistas de jacobinos.

O historiador francês havia sido citado anteriormente em dois artigos de 1918. Cabe recapitular as primeiras referências a Mathiez nos escritos gramscianos. No primeiro, de março,¹³⁷ publicado no *Il grido del popolo*, Gramsci começava argumentando sobre como a historiografia abordava os grandes homens revolucionários. No lugar de uma análise fundamentada sobre quem ele realmente foi e o que mobilizou politicamente, isto é, sobre “a eficácia real de sua operosidade” manifesta em sua capacidade de desenvolver os fatos em uma certa direção; tem-se uma ênfase em suas expressões individuais de vontade e em suas intenções (não nos fatos). A maneira como os historiadores da Revolução Francesa trataram de Robespierre, considera Gramsci, é ilustrativa dessa forma de abordagem – e ele reconstrói então uma sucessão histórica de leituras sobre os heróis da Revolução Francesa, mostrando como esses foram valorizados ou criticados de acordo com contingências colocados pelo contexto em que eram abordados.

Ele citará então Mathiez e seus estudos sobre a corrupção durante o Terror, considerando que o francês traçava um perfil positivo de Robespierre animado pelo estudo de uma “expressão religiosa” ou de um “*phatos* melancólico e grandioso dos homens da Revolução”. Essa historiografia produzida nas primeiras décadas do século XX era representativa de um novo período nos estudos da temática, quando se superava a predominância de Taine e sua interpretação daquele movimento político como um despropósito ou irracionalidade. Mathiez escrevia assim, segundo Gramsci, em um contexto no qual se atribuíra àqueles acontecimentos políticos uma coerência lógica e histórica, manifesto também nos trabalhos de A. Aulard e J.

137

La fortuna di Robespierre. 2 de março de 1918. CF.

Jaurès (GRAMSCI, 1982).¹³⁸ Quais são as contingências do presente que ensejariam essa nova historiografia e renovada abordagem dos homens do passado? Essa é a questão subjacente ao argumento de Gramsci.

Em junho daquele ano, Gramsci dialogará com um texto de Mathiez publicado na *Verité*¹³⁹ no qual o francês abordou os conflitos entre os camponeses e os funcionários do Estado durante o período do Comitê de saúde pública. Esses conflitos foram decorrentes das requisições exigidas de produtores rurais para a manutenção do Exército de Carnot e para suprir as necessidades de alimentação dos centros urbanos. Os embates, que assumiram formas violentas em diferentes localidades da França, apresentaram para Gramsci uma oportunidade para refletir sobre a organização dos interesses dos diferentes grupos sociais, aparentemente divergentes ou antagônicos, acerca dos objetivos de criação de um novo Estado (GRAMSCI, 1984).¹⁴⁰

Gramsci (1984) analisará o episódio considerando que os produtores rurais pautavam-se em um direito individual da propriedade e recusavam a estabelecer um tipo de solidariedade (solidariedade econômica) com outros estratos e com a cidade. Eram capazes de expressar uma solidariedade política, através do voto por exemplo, mas sem realizar sacrifícios de ordem econômica. Gramsci argumenta, neste artigo, que é justamente a solidariedade econômica que fundamenta o Estado moderno burguês. Não obstante, os estratos rurais eram incapazes de superar o imediatismo de seus interesses em nome de uma organização permanente que tutelasse seus interesses, isto é, o Estado. Daí a função educativa estatal e o papel

138

A história da historiografia sobre a Revolução Francesa descrita por Gramsci neste artigo reproduz quase que literalmente um texto do historiador Eugenio Giovannetti publicado "Il Resto del Carlino", de 23 de fevereiro de 1918. Em linhas gerais, a trajetória descrita coincide com a reconstrução feita por historiadores contemporâneos como Vovelle (2004, 2000) e Hobsbawm (1996), entre outros. Sobre a contribuição de Mathiez à história da Revolução Francesa, assim como uma ponderação crítica acerca de sua história política, cf. também Soboul (1979).

139

Esse escrito aparecerá depois, pouco reformulado, na coletânea *La vie chère et le mouvement social sous la Terreur* (1927).

140

Contadini e lo stato. 6 de junho de 1918. NM.

da lei como “função soberana”: uma vez que os produtores agrícolas “não tinham ainda alcançado o integral sentido de solidariedade econômica de classe”, a lei “interpretada e executada por funcionários” foi o instrumento através do qual o Estado desenvolve sua missão pedagógica, logrando a fazer nascer, na França, a modernidade.¹⁴¹

Esse processo de construção da unidade (ou solidariedade econômica) culminou, depois de décadas, na desagregação dos particularismos de castas e da economia feudal – isso na França. Na Itália, por sua vez, permanecia uma organização de tipo feudal e a era lei privada de seu caráter abstrato e nivelador: o direito e a lei são entendidos como emanados da figura real, de onde se pode apreender um traço geral da psicologia camponesa, a sua servidão. A manutenção de resquícios pré-capitalistas na forma de se conceber a propriedade rural pauta-se em uma lógica que, longe de ser irracional, tem fundamentos bastante concretos: o proprietário rural estabelecia com sua posse um tipo de relação quase natural, não histórica, posto que a terra é o “núcleo originário da organização social”. Portanto, se o direito à propriedade tinha “um sentido religioso”, despojar-se dele (mesmo que de pequena parte) tem um significado diverso do que teria para outros grupos proprietários. Depois, argumentará ainda Gramsci, sem a propriedade de terra ele terá menos condições de defender-se de arbítrios do que um comerciante ou industrial. Isso em razão de sua ausência da vida pública e desconhecimento dos “institutos estatais modernos” (GRAMSCI, 1984).¹⁴²

Ainda que interesse a Gramsci conhecer como se organiza “a solidariedade de classe burguesa, dos proprietários diante do Estado, a organização dos interesses privilegiados”, ele indica que a temática lhe serve para pensar “indiretamente” (a expressão é de Gramsci) sobre o proletariado agrícola: “em uma experiência de coletivismo”, o proletário agrícola sentiria-se solidário ao proletariado urbano? É preciso conhecer a psicologia das massas rurais também para evitar a

141

1 contadini e lo stato. 6 de junho de 1918. NM.

142

1 contadini e lo stato. 6 de junho de 1918. NM.

reprodução de tais conflitos: ao contrário do recurso à força utilizado na consolidação da sociedade burguesa, os socialistas pretendem uma solidariedade e respeito à lei pautada no “íntimo convencimento” e não no medo (GRAMSCI, 1984).¹⁴³

Esses dois conjuntos de problemas tratados nos artigos – a saber, uma introdução à reabilitação da figura de Robespierre e, por via indireta, à questão da direção e o papel do *phatos* revolucionário; e a problematização sobre os mecanismos e formas nas quais se conjugam ou se orquestram os interesses dos diferentes estratos da classe revolucionária, em especial campo e cidade – demonstram como o passado francês servia então para a reflexão acerca da revolução bolchevique. Ele não aparecia, no entanto, como um paradigma: Gramsci destacará as diferenças entre o passado e o presente ao opor “violência” ao “convencimento”.

No texto de Mathiez traduzido por Gramsci e publicado em 1921, essa oposição entre “violência” e “convencimento” não aparecerá; e ao lado da ausência dessa oposição está o estabelecimento de uma identidade entre jacobinos e bolcheviques.¹⁴⁴

O historiador francês não deixava dúvida acerca dos objetivos de seu *pamphlet*:

Eu gostaria de mostrar, através de uma breve análise, que entre os métodos dos Bolcheviques e aqueles dos Montanhese franceses, as analogias não são apenas aparentes mas que existem entre um e outro relações estreitas assim como um parentesco lógico (MATHIEZ, 1920, p. 3).

Conhecido como um historiador robespierrista – lembre-se que é nessa chave que Gramsci o citou em 1918 – Mathiez manifestava com o seu *Il bolchevisme et le jacobinisme* o apoio a Lenin e à Revolução de outubro. Para ele, Lenin continuava a

143

Il contadini e lo stato. 6 de junho de 1918. NM.

144

O ensaio de Mathiez foi publicado em Paris pela editora do Partido socialista e re-impresso no mesmo ano na Itália, na revista *Scientia* e, em seguida, traduzido por Gramsci e publicado no *L'Ordine nuovo* em 24 de março, 4, 8 e 9 de agosto de 1921 (MEDICI, 2000, p. 185).

revolução do século XVIII aprofundando em especial seu conteúdo popular. Era a ideia de que se construía na antiga Rússia dos czares uma verdadeira democracia popular que fundamentava a defesa de Mathiez aos bolcheviques e será em nome da ausência de representatividade e demais mecanismos da democracia liberal, como a circulação de partidos, que poucos anos depois passará à crítica direta e ruptura com o comunismo (cf. FRIGUGLIETTI, 1972; GAUTHIER, 2008).¹⁴⁵ Gramsci recorreu a Mathiez, portanto, em um período anterior a tal ruptura.

No artigo de 1921, entre a França e a Rússia revolucionárias, Mathiez identificava uma série de semelhanças, enfatizando que ambas enfrentaram problemáticas bastante semelhantes no que tange à consolidação do novo poder e responderam a estas questões recorrendo aos mesmos recursos. Em seus termos:

Jacobinismo e bolchevismo são igualmente duas ditaduras, nascidas da guerra civil e da guerra estrangeira, duas ditaduras de classe, operam pelos mesmos meios, o terror, a requisição ou as taxas, e se propõem, em uma última análise um propósito semelhante, a transformação da sociedade, e não somente da sociedade russa ou da sociedade francesa, mas da sociedade universal (MATHIEZ, 1920, p. 3-4).

Ele segue então apontando as similitudes. Tanto em uma como em outra se manifestava aquela problemática sobre a qual Gramsci havia se referido citando Mathiez: como construir a base estatal da nova ordem? E, mais particularmente, como conseguir a adesão do campesinato? Lenin, assim como Robespierre, não podia ser confundido com Hebert. Ambos evitaram a “moderação, mas também a exasperação”. Foram hábeis em conjugar e ceder, quando necessário, aos interesses da classe antagônica, com a adequação da tática e método à fase de desenvolvimento dada em cada situação. Ao fazer isso, lograram dirigir os grupos aliados, mas em um processo de consolidação mais longo e, concomitantemente, mais sólido. Essa teria sido exatamente a tática do jacobino diante dos pequenos proprietários e comerciantes. E, nas duas situações, a população rural aderiu em

145

Sobre a difusão dos estudos de Mathiez na Itália, remeto a Rao (2008).

razão dos ganhos materiais que os grupos revolucionários lhes concederam¹⁴⁶ (ibid., p. 11).

Mathiez localiza então a política jacobina como contraditória ao interesse do Antigo regime, mas também da grande burguesia financeira e industrial. Ambas se apoiam nos estratos inferiores e Mathiez irá esboçar a ideia de que a revolução do século XX aprofundaria a anterior e “os bolcheviques simplesmente aperfeiçoaram os métodos jacobinos” (ibid., p. 11). Ao se ampararem nos estratos sociais subordinados, teriam também uma identidade de objetivo. Apesar dos primeiros serem apontados como defensores dos direitos individuais, em diferentes ocasiões esses direitos foram subordinados ao interesse coletivo. E lá, assim como entre os russos, o grupo minoritário portador desses interesses eram como que conduzidos pelos eventos e pelas forças sociais que representavam. Assim, foram os clubes jacobinos que ditaram por exemplo a lei do máximo e depois contribuíram no enfrentamento da resistência a ela no primeiro ano (aqueles acontecimentos tratados por Gramsci em 1918). Da mesma forma, lembra que não foram os revolucionários russos que criaram os soviets. O argumento utilizado aqui por Mathiez é recorrente em seus textos como resposta àqueles que criticavam o Terror identificando nesse período da história uma ausência de sentido histórico, um despropósito abstrato criado por indivíduo que se julgavam iluminados. O argumento é então expandido para se tratar da Revolução Russa: ela era historicamente coerente com o desenvolvimento da sociedade russa e os líderes orientados e animados por objetivos que eram os mesmo da massa que guiavam.

Ambas se apoiaram na cidade e o meio urbano “sua origem e seu força” (ibid. p. 5) e tiveram que lidar com os riscos internos ao partido - parlamentarismo no presente e o domínio dos funcionários na França. Apesar dos riscos intrínsecos, ele argumentará que os grandes adversários teriam origem no exterior do grupo revolucionário e aponta a possibilidade de um outro 9 Termidor ou novo 18 brumário (ibid., p. 21-22). A preocupação de Mathiez acerca de um Termidor não era estranha

146

O historiador refere-se aqui à criação de uma sociedade, em 1918, entre as cooperativas de produção burguesas e proletárias.

no ambiente russo e a expressão passará a ter um uso mais frequente depois do NEP. Sobre isso trataremos mais adiante.

Outro elemento que Mathiez indica nos bolcheviques e nos jacobinos é o realismo, que ele define como a capacidade de adequação à realidade dos fatos, à circunstância dada, e seria esse realismo que permitiu que eles pudessem dirigir a classe que pretendiam assimilar. Isto é, o realismo levou-os a aplicar uma política moderada e de concessões e a utilizar o mecanismo da ditadura: nas duas situações, eram os objetivos que justificam os instrumentos utilizados, esses adequados à lógica das circunstâncias.

Seja pelo cuidadoso acompanhamento dos eventos em curso no Estado bolchevique, seja pelo recurso analítico de colocar em paralelo os dois momentos históricos, Mathiez logrou identificar um conjunto de problemas então em estado germinal. A partir III Congresso da IC (22 de junho e 12 de julho de 1921), com o fim do chamado comunismo de guerra depois da Batalha de Kronstadt (em março de 1921), Lenin iria acentuar a necessidade de uma política de concessão aos pequenos proprietários rurais como forma de conquistar estratos sociais mais amplos, isto é, para além do proletariado. Tais concessões seriam de ordem econômica e se expressariam com a criação da NEP, acompanhadas do reforço do papel de direção política do proletariado. Essa era a ideia de Lenin expressa em *Duas táticas da social-democracia na revolução democrática* (1905), na qual ele defendeu uma revolução como de tipo plebeia ou jacobina como forma de enfrentar o czarismo. Tal estratégia foi adotada então nos primeiros anos da década de 1920 (DI BIAGIO, 2010, p. 95).

O texto de Mathiez foi publicado por Gramsci, portanto, em um momento em que se reorganizavam as alianças entre os diferentes estratos sociais na Rússia. Segue-se então um novo período revolucionário, não apenas na república dos soviets mas também na estratégia dos partidos comunistas dos demais países. A questão era assim conjugar, na reflexão política e teórica, uma leitura atenta aos eventos em curso na Rússia, extraindo toda a potencialidade pedagógica dessa experiência histórica. Não por acaso, Gramsci irá se referir a Lenin como aquele que

mais contribuiu para o desenvolvimento do pensamento de Marx (cf. PAGGI, 1984).

É preciso considerar que as duas revoluções tinham em comum a dificuldade de construção de um novo Estado em uma situação na qual a majoritária população rural não era considerada apta a formular suas demandas políticas e, assim, a participar dos mecanismos que estavam sendo construídos - como argumentou também Mathiez. Em Lenin, entendia-se que tal dificuldade poderia ser superada com a direção política do proletariado, capaz de elevar o campesinato à consciência revolucionária. Para isso, era preciso extinguir a influência burguesa sobre a população rural e atender àquelas demandas de ordem econômica, mantendo a direção política (DI BIAGIO, 2010, p. 96). A questão central era, assim, o exercício de direção ou influência do proletariado, termos que conduzem ao debate sobre hegemonia.

Será Lenin a observar que a composição majoritariamente agrária que caracterizava os dois contextos pré-revolucionários - a Rússia e a França do século XVIII – estava longe de se restringir ao passado dos países capitalistas. Ao contrário, era a Inglaterra talvez a única exceção mesmo no cenário mundial do século XX. Isso posto, ele argumentará agora tratando do Estado proletário, a política econômica ali executada antevia ou antecipava situações que poderiam ser enfrentadas pelos comunistas dos países capitalistas em uma situação de gestão do poder. Aquela experiência iluminava elementos não antevistos pelo marxismo, de modo que a política contribuía para o desenvolvimento da teoria. Uma vez que para Lenin o desenvolvimento da revolução proletária era um processo único, a esse processo se acumulava como patrimônio político e teórico a experiência de consolidação do poder proletário na Rússia (PAGGI, 1984, p. 12).

A construção de uma linha política geral para os partidos comunistas, assim como o desenvolvimento teórico do marxismo, deveria então buscar as intersecções entre a Revolução Russa e a revolução mundial considerando as particulares nacionais. Pode-se dizer assim que depois da estadia de Gramsci em Moscou e a partir, portanto, de 1923, ele procurou desenvolver sua reflexão nesse sentido, no qual a teoria sofria uma “atualização” em razão de uma tática/estratégia renovadas.

Ele cotejava a distinção Ocidente-Oriente e a particularidade da formação sócio-histórica italiana no que tange à tal dicotomia.¹⁴⁷ O movimento político e teórico nesses anos consistia em traduzir a tática de governo operário e camponês para a realidade italiana. Em suas palavras:

[D]epois da decisão do Executivo ampliado sobre o governo operário e camponês [,] devemos dar uma importância particular à questão meridional, ou seja, à questão segundo a qual o problema das relações entre operários e camponeses se põe não apenas como um problema de relação de classe, mas também e em particular como um problema territorial, isto é, como um
¹⁴⁸
 dos aspectos da questão nacional (GRAMSCI, 2004, p.140).

No âmbito das disputas entre posições internas ao comunismo italiano, a defesa dessa tática significava afastar-se da posição de Bordiga, que entendia que tal política não era válida para países industrializados. Gramsci pretendia garantir a adesão integral dos comunistas italianos à linha da IC, o que estava vinculado ao esforço de organização de um novo grupo dirigente do partido. No âmbito teórico, a aliança entre campesinato e proletariado exigia uma nova leitura acerca do sujeito revolucionário e também das condições subjetivas e superestruturais para a revolução. Paggi (1984, p. 6-7) irá notar como na esfera da IC, os nexos entre revolução e crise oferecerão um novo caminho para se retomar as experiências políticas de Marx e seus textos sobre o 1848 francês. Daí emergem as tentativas de precisar as crises orgânicas daquelas que manifestam a dinâmica cíclica do capital, levadas à afeito sobretudo por Leon Trotsky. Ao se refinar a forma de apreender o

147

A distinção Oriente e Ocidente em Gramsci refere-se a diferentes formas histórico-políticas. No Ocidente, o Estado dispõe de um conjunto de “fortalezas e casamatas”, isto é, tem sólidas e vastas ramificações na sociedade civil, de maneira que o Estado é menos permeável às crises. O Oriente, por sua vez, não dispõe de tais reservas. O estabelecimento de dois “modelos” é acompanhado de uma reflexão acerca das estratégias de luta adequada a cada uma das formas histórico-políticas (Q. 7, § 16, p. 866). Não se trata, assim, de uma distinção geográfica, mas de uma análise das relações entre sociedade política e sociedade civil, das dinâmicas de dominação e possibilidades de superação. Dessa forma, os “modelos” servem como um pressuposto analítico desde que não absolutizados, o que a própria Itália demonstra. Historicamente, Oriente e Ocidente se misturam e é bastante problemático fazer coincidir um dos dois “modelos” com um território nacional.

148

Ao Comitê executivo do PCI. 12 de setembro de 1923. EP II.

movimento de acumulação capitalista, em uma conjuntura que a teoria imperialista não parecia mais suficiente, delega-se também abertura para uma avaliação das diferentes situações nacionais. Quer dizer, no lugar de uma estratégia definida de forma *a priori*, era uma leitura atenta das circunstâncias e das possibilidades revolucionárias que se delineava – ou os bloqueios infringidos à organização comunista.

Desde a marcha sobre Roma, Gramsci colocava a questão sobre como se organizaram os fundamentos do poder político da burguesia. A própria violência fascista era vista então como “instrumento subordinado à solução política de um problema de reconstrução da unidade do poder”, sendo que a capacidade do fascismo de agregar diferentes espectros sociais levava-o a buscar conhecer as forças política e sociais que podiam se contrapor à realização daquele programa (PAGGI, 1984, p. 151). Essa “expansão” dos grupos capazes de se antagonizarem ao fascismo leva-o a aprofundar a reflexão sobre os camponeses e meridionais por ora (em 1923) influenciada pela leitura que fez da estratégia fascista e, depois de sua permanência em Moscou, ele desenvolverá o tema de modo significativo¹⁴⁹ fazendo com que a temática do *Mezzogiorno* tivesse como ponto de referência internacional a política agrária desenvolvida pelo partido comunista italiano entre 1924 e 1926, parte integrante de toda perspectiva política colocada em foco pelo novo grupo dirigente. Nos termos de Paggi:

A questão é portanto mais do que a extensão automática da fórmula de frente única iniciada com o partido social-democrata: ela se referia a todo um problema de construção de um sistema de aliança da classe operária já afrontada em termo puramente culturais em 1919-1920 e depois rechaçado no período de constituição do partido diante da polêmica anti-socialista. [...] [A questão da aliança com o campesinato passava a] se tornar um nó estratégico da revolução italiana, como também um novo ponto de referência na interpretação da história da Itália (ibid., p. 154).

149

Embora a temática Meridional (sob essa mesma chave interpretativa da unidade factível e necessária entre o operário do Norte com o campesinato do Sul) tenha aparecido anteriormente e ligada à investigação sobre a particularidade do desenvolvimento capitalista italiano (DEL ROIO, 2005, p. 50).

A posição particular da Itália no que diz respeito ao desenvolvimento capitalista derivava em grande medida das características do *Mezzogiorno*. Nesse período ele passará a tratar a questão meridional acentuando as diferenças econômicas e sociais entre as duas porções da Península itálica, dando assim um enfoque territorial e colocando-a ao lado da aliança entre estratos sociais e da questão da classe e da problemática nacional. Depois, a questão meridional sofrerá uma nova ampliação, “descolando-se” da referência à Itália e sua particularidade para se tornar o primeiro exemplo do desenvolvimento desigual do capitalismo e, depois, para referir-se ao fato de que o capitalismo mundial podia continuar expandindo apenas por meio da subordinação econômica, cultural e social de um povo ao outro (ibid., p. 158).

Uma vez que o processo de construção de um novo Estado contava agora com o modelo teórico e também pedagógico russo, a experiência francesa parecia privada de atrativos para Gramsci. Ela não voltará a receber sua atenção nesse período e a temática sobre a qual refletia Mathiez será desenvolvida em um terreno diferente, no qual o aspecto nacional era inserido em uma dinâmica internacional por um lado e, por outro, aprofundava os impactos que a própria Revolução Russa havia impresso na história europeia recente.

Gramsci identificava assim um tempo renovado na história mundial, quando as revoluções do passado tinham se convertido em “clássicas” em oposição ao “romantismo” proletário do século XX. Em um artigo de 1922 Gramsci utilizará essa distinção – “classicismo” e “romantismo” – para diferenciar a política revolucionária das duas classes. O classicismo poderia ser entendido apenas ao se remeter ao passado – e o passado compreendido como uma fase encerrada em si, de desenvolvimento de todas suas potencialidades e, por isso, triunfante. A esse momento se segue necessariamente um esfacelamento moral e intelectual, posto a historicidade de todas as formas sociais, e a sociedade burguesa vivia então sua fase dissolutiva (GRAMSCI, 1966).¹⁵⁰ Mas a questão é que “todo movimento

150

Classicismo, romanticismo, Barotono... 17 de janeiro de 1922. SF.

revolucionário é romântico” e, portanto,

o movimento operário não pode ser senão romântico; uma civilidade proletária não existe ainda, existe uma incessante luta pela criação de uma civilidade proletária; a história proletária atravessa uma fase militante, isto é, romântica (ibid., p.445).

Apesar da revolução burguesa ter sido também romântica, a proletária jamais alcançaria o classicismo. Não pode existir um “classicismo proletário” uma vez que

a civilidade proletária, se pode de algum modo ser prevista, pode sê-lo em apenas um modo, como unificação dialética da sociedade, como “revolução permanente”, isto é, como romantismo permanente. [...] A realização do socialismo [...] [e] o fim da luta de classes, é concebida dialeticamente por Marx, como uma interiorização da luta, como forma original na história do homem, que em Marx é definida energicamente e plasticamente na concepção de “revolução permanente (ibid.,p.446).

Assim, a concepção de revolução permanente superaria tanto a forma tradicional de se pensar sobre o romantismo como também o classicismo. A aproximação dessa discussão com a fórmula de revolução permanente sugere então que o romantismo proletário é entendido como o fazer político que visa a construção do novo através da política e, posto que a revolução convergia com uma situação de dissolução da ordem burguesa, o primado da política não deve ser confundido com espontaneísmo. Essa reflexão pode ser conectada com um movimento do pensamento de Gramsci no qual a política ascendia ao primeiro plano de suas análises, instado pela observação da experiência de tipo pedagógica-Estatal russa que ao lado do elemento *força* implementava uma política econômica que visava obtenção de *consenso* dos setores rurais. Em outros termos, o período de transição e de ditadura proletária exigia da classe revolucionária a superação de sua fase econômico-corporativo e a expressão dessa sua capacidade expansiva em uma linha política (PAGGI, 1984, p. 32).

Nos textos carcerários Gramsci irá ser menos enfático na defesa de uma

permanência romântica do movimento proletário¹⁵¹. Serão precisamente as questões referentes à organização de um novo Estado que o levará a falar de um certo “classicismo proletário”:

A afirmação de que a filosofia da práxis é uma concepção nova, independente, original, apesar de ser um momento do desenvolvimento histórico mundial, é a afirmação da independência e originalidade de uma nova cultura em encubação que se desenvolverá com o desenvolvimento das relações sociais. O que ao longo do tempo existe é uma combinação variável de velho e novo, um equilíbrio momentâneo das relações sociais correspondente ao equilíbrio das relações sociais. Somente depois da criação do Estado, o problema cultural se impõe em toda a sua complexidade e tende a uma solução coerente. Em todo caso, o comportamento precedente à formação estatal não pode não ser crítico-polêmico, e nunca dogmático, deve ser um comportamento romântico, mas de um romantismo que conscientemente aspira ao seu comedido classicismo (Q.16, §9, p.1862-1863 reformulado parcialmente do Q.4, §3, p.425).

Um classicismo ciente, no entanto, de sua historicidade, enfrentado por Gramsci através das relações que os intelectuais e a massa estabelecem em uma determinada estabilização das relações de forças. Essa estabilização, precária ou temporária, permitiria uma unidade entre teoria e história e também uma “unidade cultural e social” que coincidiria com a superação da sociedade de classes, quando uma nova forma de filosofia poderia então ser elaborada (PAGGI, 1984, p. 470).

Voltando ao contexto pré-carcerário, é preciso discutir uma anotação de 1926 na qual Gramsci novamente aproximará a França e a Rússia, agora atento à reação contra-revolucionária:

[c]omo no início do século XIX todas as esperanças dos povos se voltaram a Revolução Francesa, e em vão enfureceram a reação e a Santa Aliança, assim hoje se olha, da Ásia até a Europa, para a Revolução Russa

151

Como mostrará Löwy (1993, p. 12), embora em Marx existisse o que se pode chamar de um romantismo revolucionário, o marxismo da II e da III Internacional irá associar o romantismo com a reação conservadora. Emblemática é a leitura de Lukács acerca da identificação das raízes do conservadorismo romântico em um tipo de nostalgia do passado pré-capitalista. Löwy parte dessa constatação de Lukács, mas procurará “reabilitar” o romantismo demonstrando suas manifestações progressistas e revolucionárias. Gramsci parece assim aproximar-se de Löwy ao sinalizar sobre o caráter romântico de todo movimento revolucionário, inclusive a filosofia da práxis.

152

(GRAMSCI, 1971, p. 212-213).

153

Seu apontamento insere-se em um debate com a publicação *Mondo*¹⁵³ e no seu argumento aproximará a social-democracia do fascismo e os interpretará como parte da reação anticomunista e, no âmbito das relações internacionais, apontará o papel de direção na reação da Inglaterra e da França¹⁵⁴. A ideia de um “esfacelamento moral e intelectual” da sociedade erigida pela Revolução burguesa, tal como argumentou Gramsci, parecia ter sua comprovação na observação da França contemporânea. No *L'Unità*, jornal comunista fundado por Gramsci, a crise do *Cartel des gauches* de 1926 era acompanhada com atenção e entendida como prova da incapacidade da democracia parlamentar fazer frente às demandas corporativas da pequena burguesia, que reagia com “as forças reacionárias contra o Estado democrático e laico” (GERVASONI, 1998, p. 91).

Gramsci, no entanto, ao indicar a particularidade francesa no tange ao desenvolvimento capitalista colocando-a em uma posição intermediária entre os países avançados (Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra) e periféricos (Portugal, Itália e Espanha), acentuará que a corrosão daquele bloco na França não conduziria necessariamente a um fortalecimento reacionário (anti-republicano, monárquico ou fascistas). Isso porque naquele país, os segmentos médios teriam um “caráter radical de esquerda”¹⁵⁵ (GRAMSCI *apud* GERVASONI, 1998, p. 93) A inexorável desagregação da democracia liberal não, portanto, parecia tão previsível para

152

In che direzione si sviluppa l'Unione sovietista? 10 de setembro de 1926. CPC.

153

Il mondo (1922-1926) foi um jornal de tendência democrática e que exerceu forte oposição ao fascismo, tendo sido inspirado por F.S. Nitti e G. Amendola. Gramsci irá apontar que o anti-fascismo liberal do período *La Rivoluzione sociale*, de Piero Gobetti, representava uma posição mais avançada em relação às demais.

154

Sobre a leitura do PCd'I e também da IC sobre o fascismo, ver Agosti (2009). Ele irá confrontar a ideia (bastante difundida) de subvalorização por estas organizações dos riscos do fascismo; erro de avaliação que acabara por atribuir aos comunistas a responsabilidade pela derrota do movimento proletário. O autor apresenta as diferentes interpretações do mussolinismo.

155

Un esame della situazione italiana.

Gramsci como para seus companheiros do *L'Unità*. Ele terá assim um juízo oscilante sobre o tema, apesar de ter destacado a função de vanguarda conservadora no âmbito das relações internacionais exercida pela França.

Ainda na década de 1920 a produção de Mathiez teve uma importante inserção entre os estudiosos russos, com os quais estabelecia ampla interlocução. Em 1927 ele passou a ser correspondente da Academia de Ciências da URSS e a sua *Société des études robespierristes* contava com membros de honra soviéticos. Atento estudioso da legislação, ele apontará em seu *La vie chère et le mouvement social sous la Terreur* (1927) que a partir da primavera de 1794 (portanto, ainda durante o Terror) os jacobinos passaram a executar de forma menos severa as leis contra a especulação (de julho de 1793) e do máximo (de setembro de 1793). Ele argumentará que após controlada a revolta popular com a derrota dos hebertistas, os jacobinos puderam ensejar uma política mais adequada à sua visão de liberista. Dessa feita, para Mathiez, o Termidor continuava (e não criava uma cisura) na política econômica dos últimos meses da República jacobina (cf. KONDRATIEVA, 1989; PANNÉ, 2001; GAUTHIER, 2008). Essa leitura acerca do “recuo econômico” e da “degenerescência” do partido revolucionário francês não podia deixar de interessar a historiografia soviética e, mais ainda, era bastante previsível o jogo de analogias que se podia estabelecer com a NEP e com a disputa interna do grupo dirigente soviético acerca de uma possível “contra-revolução” executada não pelos

adversários e sim pelos camaradas depois da morte de Lenin¹⁵⁶.

Entre os russos e no debate mais imediatamente político, foram os mencheviques que recorreram de forma mais frequente à analogia entre o Termidor e o NEP, comparação mobilizada à título de acusação ainda que de forma interessante tenha sido utilizada por Lenin em 1921: “os trabalhadores jacobinos são mais perspicazes e mais firmes que os jacobinos burgueses e tiveram a coragem e sabedoria de se *autotermidorizar*”¹⁵⁷ (KONDRATIEVA, 1989, p. 112). Mais tarde, em

especial depois do XIº Congresso do Partido em março de 1922,¹⁵⁸ na análise dos impactos do NEP na emergência de novas forças sociais (como a possível criação de uma burguesia rural) e a possibilidade de sua degradação, o Termidor francês foi

156

Os historiadores soviéticos começaram a trabalhar nos arquivos revolucionários na França em especial a partir de 1927, quando minorizados os problemas relativos à concessão de vistos em razão da ruptura diplomática França-URSS. Entre esses, o jacobinismo era um tema de acentuada relevância, encontrando seu lugar junto à recorrente atenção da historiografia russa (desde século XIX) à temática agrária. Sobre a interpretação do Termidor: em um caminho próximo ao de Mathiez seguiram-se os trabalhos dos soviéticos K. Dobrolioubski e P. Chtchegolev, produzidos naquele período. Por sua vez, G. Fridliand localizará no Termidor um “golpe progressista” e não uma “contra-revolução”. Sobre as análises do Termidor francês pela historiografia soviética, remeto novamente a Kondratieva (1998). Sobre a história da historiografia soviética sobre a Revolução Francesa, em uma perspectiva temporal mais ampla, ver Daline (1989) e Tchoudinov (2002).

157

Hobsbawm (1996, p. 75) afirma que através de um depoimento oral teve conhecimento dessa afirmação de Lenin, sobre a qual se manteve cético devido a ausência de registros escritos e do próprio conteúdo burguês e, portanto, contra-revolucionário, que era atribuído ao Termidor nos debates dos anos de 1920. Kondratieva (1998, p. 112-113) irá assumir a existência dessa proposição de Lenin e identificará, em outros bolcheviques e em seus jornais, o anúncio de um *termidor proletário* e de um processo de *auto-termidorização*. Essa referência seria coerente com a perspectiva na qual a NEP é entendida como um recuo necessário (não como uma contra-revolução) e, de forma correlata, reafirmaria a direção do grupo de Lenin no processo em curso.

158

Na ocasião, Lenin tratou das formulações de Oustrialov (nacional-bolchevique ou *smenovekhovtsy*) que havia escrito sobre a existência de um Termidor russo em andamento, entendido por ele como destino inevitável da revolução. Não era uma contra-revolução, portanto, mas um evento que fazia parte da evolução desse processo histórico e que significava tanto a renovação dos líderes como a assimilação do movimento e das ideias do grupo revolucionário pela massa. De forma correlata, o NEP era uma forma de “Termidor” auto-imposto, positivamente avaliado por possibilitar o desenvolvimento nacional russo. Lenin irá recusar a ideia de evolução, defendendo que se tratavam de medidas táticas, assim como refutará o nacional-bolchevismo como uma manifestação pequeno-burguesa. Ele não utilizará a palavra termidor. Na análise de Kondratieva, a posição de Lenin sobre o “Termidor russo” não foi clara (ele irá afirmar que há “verdade” nas proposições de Oustrialov), restando ambiguidades sobre sua definição que se manifestaram em debates e documentos subsequentes (KONDRATIEVA, 1989, p. 99-100).

aproximado da discussão sobre os perigos de “degenerescência” do partido (ibid., p. 120).

A ideia de Termidor sofria claramente um deslocamento: enquanto em 1921 referia-se à defesa dos inimigos externos, no segundo momento trata-se de uma problemática a ser enfrentada no interior do partido. Esse uso não terá uso frequente nos documentos do partido, por certo por comportar em si a dupla problemática: o Termidor era considerado a própria contra-revolução¹⁵⁹ e o termo também foi utilizado para a crítica dos bolcheviques. Mais tarde a ideia de “degenerescência” do partido passava a ter como sinônimo o Termidor. Como forma de enfrentar tal acepção, desenha-se uma recusa integral de qualquer semelhança entre as duas revoluções, que será mobilizada frequentemente (pouco mais tarde) em especial por Trotsky (ibid., p. 133).

Entre 28 dezembro de 1928 e 4 janeiro de 1929, a *Sociedade de historiadores marxistas* reuniu-se em Moscou com o objetivo de “fazer do marxismo o único método de pesquisa científica”. Nesse contexto, Mathiez passava a ser identificado como “inimigo do marxismo”. Nos debates travados na sociedade, a leitura de Mathiez acerca dos jacobinos era apontada como uma “apologia da pequena-burguesia”, pois em realidade seriam os grupos da extrema-esquerda (hebertistas e *Enragés*) que *levaram a revolução adiante* e não Robespierre. Ele também haveria obscurecido o papel de Babeuf. Mas, fundamentalmente, os historiadores argumentaram que nenhuma analogia poderia ser estabelecida entre a Revolução

159

Ainda que tal identificação do Termidor não tenha correspondência histórica exata: foi em uma instituição e pelos mecanismos judiciais de excepcionais criados pelos jacobinos que os também revolucionários girondinos condenaram e executaram Robespierre e Saint Just, entre outros. Não há uma exterioridade, portanto, de modo que entre alguns intérpretes da história o Termidor podia ser entendido como momento da consolidação ou continuação da revolução, como o já citado Oustrialov. Entre os historiadores, Albert Mathiez apontava um direcionamento de tipo termidoriano (isto é, da grande burguesia) nos últimos meses do período do Terror em seu *Le vie chère et le mouvement social sous la Terreur*, de 1927. Trotsky, por sua vez, em *L'Etat ouvrier, Thermidor et Bonapartisme* (publicado em fevereiro de 1935), questionará se a queda de Robespierre pode ser considerado uma contra-revolução uma vez que não se fez acompanhar do re-estabelecimento da propriedade feudal. Ele identificará um processo de burocratização responsável pelo estrangulamento dos clubes jacobinos e da democracia plebeia. Esse seu escrito da década de 1930, no entanto, ele problematiza a identidade recorrente que se construía entre o Termidor e a traição da Revolução proletária (cf. KONDRATIEVA, 1989; HOBBSAWM, 1996).

Francesa e a russa. Os jacobinos foram um grupo sem vínculos com outros estratos sociais e condenados, “pelas leis inevitáveis da história”, a desaparecer. A NEP e a aproximação o Termidor é tratada como superficial e a ideia defendida pelo historiador francês de que o fim do Terror poderia ser considerado positivo (uma vez que, para Mathiez, ele não interrompia a política liberista então levada a cabo nos últimos meses do Ano II) é fortemente atacada. Indubitavelmente, o Termidor era contra-revolucionário e era preciso encerrar a Revolução Francesa em seu passado. (ibid., p. 203)

De sua parte, Mathiez havia rompido os vínculos políticos com os comunistas já em 1922, quando saiu do partido francês por sua oposição à ausência de democracia na república proletária, refutando também o que chamou de “ingerências” da IC na política francesa. Ele continuava, no entanto, o intercâmbio acadêmico e científico com a URSS até 1930, quando saiu em defesa pública pela libertação do também historiador soviético Eugène Tarlé e protestou contra a morte de quarenta e oito intelectuais russos pelo regime. Depois de sua produção ser refutada *in totum* pela sociedade de estudiosos soviéticos, Mathiez passava agora a ser considerado “inimigo da revolução” e condenado ao ostracismo político e acadêmico entre os soviéticos no momento em que se construía uma versão stalinista da história da Revolução do século XVIII (GAUTHEIR, 2008, p. 102).

Quando na prisão em 1930 Gramsci solicitou o manual sobre a Revolução Francesa de Mathiez a sua cunhada Tatiana em uma carta de 1930 (GRAMSCI, 1965)¹⁶⁰ e, depois, ao mobilizar a leitura favorável à estratégia jacobina reafirmando a ideia de que eles teceram os liames entre os diferentes estratos sociais (Q.19, §24, p. 2028-2029) e mais, encontrando em Mathiez os elementos para problematizar as relações entre estrutura e superestrutura ponderando sobre o papel de uma crise econômica em um desfecho revolucionário (Q.4, §38, p. 459), Gramsci estaria cometendo o que, na academia soviética naqueles anos, era chamado de *mathiezanismo* – alcunha depreciativa ao trabalho do historiador robespierrista. Que

¹⁶⁰

LC. 190. 16 de junho de 1930.

Gramsci tivesse clareza desse debate não é possível comprovar, mas é digno de nota que, nesses mesmos anos, ele irá opor Mathiez e também Aulard ao que chama de historiografia conservadora, que ele localiza entre os escritores do período da Restauração, como Hippolyte Taine (1828-1893) e Augustin Cochin (1876-1916) (Q.2, §91, p. 249). Suas fontes para o estudo da Revolução Francesa são, assim, sobretudo historiadores do país transalpino.

4. A REVOLUÇÃO FRANCESA E O JACOBINISMO NOS *QUADERNI* (1926-1935)

Mais do que uma historiografia gramsciana sobre a Revolução, pode-se encontrar nos *Quaderni* um esforço consistente de interpretação do passado francês que, embora não tenha desenvolvido todas suas premissas, fornece indicações originais no que tange à interpretação da revolução do século XVIII. Isso sem realizar uma pesquisa empírica propriamente (do que, talvez, seu estudo sobre a literatura e utilização dos romances de folhetim tenha mais se aproximado) e sem a possibilidade de acessar a bibliografia adequadamente.

Também não se pode atribuir um desenvolvimento equânime entre os assuntos abordados nos cadernos e, ainda menos, tratá-los como concluídos. E, uma vez que ele não foi finalizado, tampouco é possível supor com rigor qual seria a forma final de apresentação da investigação executada ao curso de quase uma década. Nesse caso, resta assumir sua natureza inconclusa e a fragmentária como uma forma de expressão literária. No lugar de uma ausência (da obra concluída), tratá-la como uma produção dotada de característica e forma própria: é um conjunto de notas, articuladas por um projeto subjacente bastante homogêneo, que formam um “labirinto” com múltiplas entradas e constantes reformulações (THOMAS, 2009, p. 42).

O seu trabalho intelectual deve ser visto como um *work in progress*: além da permanente atividade de reanálise e re-escritura dos textos, há a assimilação de assuntos que o autor não havia previsto. No que diz respeito à Revolução Francesa, é possível assumir que a história daquele país acaba por conduzi-lo a um conjunto de problemas que não dirão mais respeito, exclusivamente, à interpretação do passado francês. Ela contribuirá para a análise da história e também da política contemporânea, não apenas italiana ou europeia, mas mesmo mundial; assim como será um elemento central em sua construção de uma teoria política marxista.

Esse movimento do pensamento gramsciano comporta uma temporalidade própria. O desenvolvimento do tema está vinculado, em um primeiro momento, à

continuação das problemáticas que havia acenado em seu último texto pré-carcerário, *Alcuni temi sulla quistione meridionale*¹⁶¹. Nesse ensaio, que trata da Itália giolittiana, dos intelectuais e das relações entre Norte e Sul na Península, Gramsci argumenta que a aliança entre o proletariado e o campesinato era prejudicada pelo preconceito dos próprios socialistas do norte urbanizado em relação ao sul agrário. Submetendo-se à política de conciliação de Giolitti e concordando com uma pretensa superioridade do Norte em relação ao mundo e à cultura do *Mezzogiorno*, os socialistas contribuíam com um programa que favorecia a burguesia industrial e o novo proletariado que se ampliava, às expensas dos camponeses pobres do Sul. Ao lado da questão meridional, estava a problemática do catolicismo: Giolitti se dirigia aos católicos como forma de evitar o avanço eleitoral do PSI, em especial depois da expansão do sufrágio em 1912, obtendo êxito nas eleições seguintes (1913).

A política a ser conduzida pelos socialistas deveria, segundo Gramsci, ir em sentido contrário. Era preciso ao PSI se emancipar do Partido liberal como condição para exercer a direção dos grupos subalternos (em especial os estratos rurais). Essa unidade entre o proletariado e a massa camponesa passava pela resolução da “questão meridional” e enfrentamento da influência católica.

A presença católica e da instituição clerical na cultura camponesa e as implicações desta no comportamento político será parte do conjunto de problemas ligados à Revolução Francesa sobre os quais ele se debruçou. Essa visada acerca do catolicismo francês e da Revolução foi estimulada, nas primeiras páginas carcerárias, pela política parlamentar contemporânea e pela análise do partido de Charles Maurras, a *Action française* (AF).

A origem do partido remonta ao *Affaire Dreyfus* (1894), polêmica acerca do anti-semitismo no âmbito das forças armadas francesa e que mobilizou um grande e duradouro debate público no qual os intelectuais tomaram a palavra estimulados por

161

A redação foi iniciada em 1926 e jamais finalizada. Sua primeira publicação foi feita em 1930, em Paris, em *Lo Stato operaio*. Esse texto tem a forma de ensaio, diferindo-se da produção jornalística precedente.

Emile Zola e seu panfleto *J'acusse* [Eu acuso] (1898). Anti-semita, opositor do laicismo e da república, Maurras organizou em torno de si um grupo de “intelectuais de ação”, conduzidos por uma estratégia de agitação eficiente e pela doutrina do nacionalismo integral, pautada sobretudo pela oposição à modernidade política. O conservador francês defendia a existência de um fundamento em comum entre o catolicismo e o positivismo comteano, o que o conduzia a estabelecer uma relação entre religião e política, Igreja e Estado, contra o individualismo moderno (SUTTON, 1994, p.7-10).

Gramsci tratou da AF nos textos jornalísticos e, nos *Quaderni*, abordará a crise parlamentar francesa identificando em 1925 o momento de sua maior profundidade: a queda do *Cartel des gauches* naquele ano foi acompanhada de uma ruidosa ação propagandista da extrema-direita maurrassiana, dando força ao movimento antirrepublicano. A crise de 1925 e a AF aparecem nas primeiras menções à França que podemos encontrar nos escritos carcerários¹⁶².

A partir de 1930, a presença da política contemporânea e de Maurras no pensamento de Gramsci foi superada pela maior atenção ao passado. Concomitante ao que Francioni (1984, p. 70) chamou de “irrupção da política” nos Cadernos, Gramsci passou a recorrer de maneira mais frequente à história (inicialmente, a italiana) com objetivo de utilizá-la como um “campo de provas” de suas hipóteses de teoria política. A história é, portanto, um recurso à construção de conceitos e categorias para a análise da política do presente, de maneira que se pode-se afirmar que não havia interesse do marxista em elaborar uma historiografia em sentido estrito (FRANCIONI, 1984, p. 70)¹⁶³. A ideia de que a teoria política gramsciana recorre à história sustenta-se no fato de que sua perspectiva é essencialmente imanente. Quer dizer, não se trata de um pensamento que concebe a história em uma perspectiva normativa ou com qualquer tipo de concessão à transcendência.

¹⁶²

A AF havia sido citada, entre outros, em dois artigos do *Grido del popolo* em 1918 (momento de maior repercussão do grupo político): *Repubblica e proletariato in Francia* [República e proletariado na França] e *Misteri della cultura e della poesia* [Mistérios da cultura e da poesia].

¹⁶³

Em caminho oposto segue Burgio (2003, p. 04). Ele identifica como objeto da reflexão dos Cadernos a “história da modernidade e o discurso histórico sobre a modernidade”.

Enquanto Francioni argumenta que o recurso à história consiste em um procedimento metodológico de comparação e analogia entre diferentes processos (em especial, Revolução Francesa e Unificação italiana); o que queremos argumentar é que, no caso particular da França, o passado é abordado fundamentalmente considerando o seu impacto nos processos que se seguem de construção dos Estados modernos. É o “medo” do jacobinismo que faz com que na Inglaterra e na Alemanha mantenham-se os velhos estratos dirigentes (que não são mais “dominantes”); é sob o impacto da política externa conduzida sob Napoleão que esses Estados se conformam. Será considerando o lastro da Revolução Francesa na história – italiana, mas também europeia e mundial – que o tema foi abordado no cárcere. O jacobinismo é elemento da maior importância e de impacto da Revolução fora da França (é o que sugere Gramsci) e é aos radicais que ele delegará maior atenção no desenvolvimento de sua teoria política. O jacobinismo (de conteúdo) integra, com destaque, a teia conceitual construída nos *Quaderni*: ele permite que se explore o processo de construção da hegemonia, com o recurso à força (das armas e da ditadura) e ao consenso como mecanismo de dominação. A inserção do jacobinismo na teoria política gramsciana será objeto desse capítulo.

Deve-se considerar que, para Gramsci, o movimento que acabou por criar uma civilidade integralmente nova dependeu de uma longa revolução. As instituições, as práticas e as formas de pensar foram subvertidas em um processo que alcança o século XIX. Ao final, ocorreu uma profunda mudança na ordem da superestrutura e mesmo das subjetividades, passando pela filosofia, senso comum e literatura. Por isso, a produção de H. Balzac, na metade do século XVIII, será abordada nesse capítulo considerando ainda que ele explicita o intelectual que a Revolução logrou criar naquele país e que se caracterizava pelo caráter nacional-popular de sua literatura.

4.1 JACOBINISMO ÀS AVESSAS: MAURRAS E A *ACTION FRANÇAISE*

Nos primeiros parágrafos dos *Quaderni* Gramsci demonstrou interesse particular pela *Action française*. Maurras e seu grupo político foram tratados como elementos capazes de explicitar a particularidade da vida nacional francesa, o que fez remontando à história de formação do Estado nacional naquele país. O ponto de partida da análise gramsciana acerca da Revolução pode assim ser localizado na leitura de *L'Action française et le Vatican* (1927) de Charles Maurras¹⁶⁴.

Em 1926, com a condenação da AF pelo Vaticano, iniciava-se um novo momento na organização política dos católicos. A Igreja assimilava, ainda que com certos limites, o republicanismo francês, fragilizando internamente os católicos clericais. Parecia encerrado o período no qual os católicos atuavam como “reserva” política da monarquia, inserindo uma instabilidade suplementar na relação entre as forças políticas no país. Tratava-se de um movimento da Igreja em relação ao Estado que Gramsci entendeu estar também em curso na Itália.

Em 1929, o Tratado de Latrão da Itália com o Vaticano encerrava as disputas com a Santa Sé sobre o território de Roma e disciplinava a posição do catolicismo no Estado fascista (GERVASONI, 1998, p. 99). O Tratado tornou mais ampla a base de apoio de Mussolini, enquanto o Vaticano garantia a esfera própria da Igreja na “modernidade”, em uma direção claramente conservadora. Era essa orientação geral do papado, que apoiou no período regimes conservadores e clericais-fascistas nas regiões que eram ou podiam ainda ser insidiadas pelo espírito democrático, pelo comunismo e pelas lutas das classes populares (SPRIANO, 1967, p. 204).

O Vaticano, ao conseguir resolver a polêmica com a modernidade de forma positiva para a Igreja, tornava o monarquismo-clerical uma forma anacrônica. O partido de Maurras, para Gramsci, deveria ser tratado como parte da história da religião e da Igreja e não mais da política contemporânea, esfera na qual estava já superado. Sua persistência no regime parlamentar devia-se à profusão de partidos na França, produto da sedimentação de disputas ocorridas no passado (como no *Affaire Dreyfus*) e não vinculados a grupos ou força social específica. Essa

164

Ele assinala em carta dirigida à Tania ter recebido, em novembro de 1927, o livro que solicitara de Charles Maurras. L. 63.

diversidade de partidos escamoteia o fato de que, em realidade, a política francesa era dividida no século XX em apenas duas forças principais: “liberais-democratas (variada gama de radicalismo) e conservadores” (Q.1, §48, p. 60).

A ruptura do Vaticano com o partido francês assinalava para Gramsci a vitória do liberalismo contra a Igreja, quando as formulações vinculadas ao Iluminismo e à Revolução Francesa tornaram-se o fundamento da organização social, substituindo a religião (Q.20, §1, p. 2081). Essa ruptura na ordem das instituições - isto é, do Vaticano com o partido clerical - indicava a “conciliação profunda” entre o cristianismo e o liberalismo, ponto culminante de uma proximidade também filosófica e teórica.

A ideia de direito natural, por seu caráter inviolável e perene, conteria resquícios religiosos de modo que pode ser entendida como um desenvolvimento no âmbito de uma “mesma mentalidade e concepção geral”¹⁶⁵. Gramsci observa que, não por acaso, a Igreja considerou os valores da Revolução Francesa uma heresia, e também de forma correlata Robespierre procurou inaugurar uma religião laica¹⁶⁶. A Revolução Francesa não poderia superar a religião, “mas sim a doutrina que supera esses princípios, isto é, a doutrina da força contraposta ao direito natural” (Q.1, §4, p. 07). Tratam-se (o direito natural e o cristianismo) de duas transcendências e a doutrina da força a qual Gramsci se refere é a filosofia da praxis, que se fundamenta na história dos homens (e não no contratualismo) e no surgimento de “exigências novas e superiores [...]” “fundadas sobre a realidade

165

Croce argumentou também sobre a continuidade entre o Iluminismo, o estado de natureza e o cristianismo. Em *Teoria e storia della storiografia* [Teoria e história da historiografia] (1917) ele afirma que a filosofia racionalista formulou em termos laicos a ideia de deus através das ideias de verdade e justiça e, ao identificar na modernidade a realização da Razão, opunha-se a toda história precedente – tal como fez o pensamento cristão (CROCE, 1920, p. 227). A historiografia iluminista continha elementos espiritualistas, da mesma forma que o racionalismo penetrou no cristianismo, como no acolhimento do humanismo por parte do protestantismo (ibid., p. 232). No Q. 27, § 2, Gramsci argumentará que essa continuidade entre as duas doutrinas – do direito natural e o cristianismo – poderia explicar a adesão da massa católica agrária aos jacobinos.

166

No processo revolucionário, as relações entre a instituição religiosa católica e a política francesa não passaram a um antagonismo imediato e as medidas através das quais o clero passava a ser submetido à esfera civil iniciaram-se em 1790, em especial com a *Constitution civile du Clergé* (cf. VOVILLE, 2001).

efetiva da força e da luta” (Q. 27, §2, p. 2315).

A *Action française* poderia ser interpretada também como mais um capítulo da história das influências do país vizinho na cultura e política italiana. O nacionalismo integral de Maurras, eivado de racismo e positivismo, recorria ao mito apologético do Antigo regime e à negação de todo o movimento histórico depois de 1789 – sintetizado sob a fórmula de “estúpido século XIX” de Léon Daudet, também da *Action française*. A mistificação do passado monárquico francês era coerente com a história do país e coincidia com a proposta centralizadora do grupo político, argumentou Gramsci. Porém, na Itália, o que poderiam pretender restaurar os monarquistas? O nacionalismo ali não podia se justificar em um passado unitário, dada sua longa fragmentação cultural e territorial (Q.3, §62, p. 341).¹⁶⁷

Apesar da influência do grupo clerical francês sobre o nacionalismo italiano ser senão negativa, não se tratava para Gramsci de recusar a totalidade da história e da cultura do país transalpino. A França tinha criado um certo tipo de republicanismo popular moderno, que se mantinha como um “modelo positivo” para o marxista. Contra a crítica dos fascistas à decadência democrática da França, Gramsci valorizou a formação de uma cultura “popular-nacional” naquele país, difusa democraticamente e mais ampla do que as representações partidárias nacionalistas propriamente ditas (GERVASONI, 1998, p. 110).

Esse “modelo positivo” não foi reproduzido pelos jacobinos italianos nas experiências republicanas do século XIX e mais tarde, no processo *risorgimental*, foi

167

Gramsci argumenta que a difusão do nacionalismo integral na Itália manifesta mais uma vez a “submissão às correntes intelectuais francesas” (Q.3, §62, p. 341). Se a ideia de restauração monárquica pode ser considerada estranha à história da Península, é preciso apontar que a referência à pseudo-conceitos como raça e nação ligam a extrema-direita dos dois países latinos. Os monarquistas italianos eram inspirados pela *Action française*, enquanto entre os membros do partido francês Mussolini era visto como “capaz de restaurar a virtude do antigo Império romano” (WILSON, 1973, p. 468).

justamente a ausência de jacobinismo que caracterizou o Pd'A.¹⁶⁸ O grupo ativo francês havia compreendido o nexos entre religiosidade popular e estratégia revolucionária, especialmente no que diz respeito ao campo, e o Pd'A havia falhado ao se manter

paralisado pela veleidade mazziniana de [uma] reforma religiosa que não apenas não tocava a grande massa, mas tornava-as sujeitas a um incitamento contra os novos hereges. O exemplo da França demonstrara que os jacobinos, que conseguiram derrotar os girondinos sobre a questão agrária e não apenas impedir a coalizão rural contra Paris mas também multiplicar na província os seus aderentes, foram por sua vez prejudicados pelas tentativas de Robespierre de instaurar uma reforma religiosa (Q.1, §43, p. 40).

A questão religiosa, conectada assim com a problemática da relação campo-cidade e que retoma parte das preocupações expressas em *Alcuni temi...*, de 1926, contribuía para a expansão de seu objeto de investigação, com a inserção do Estado entre seus temas centrais.

Como Gramsci notará, sua abordagem ampliava a concepção corrente de intelectuais como “grande intelectuais”, e passava a considerar também o Estado. O Estado, notará ele, emergia na investigação em curso com atenção ao equilíbrio entre Sociedade civil e Sociedade política, considerando-o como uma *relação* entre as classes e os grupos sociais na qual um grupo social exerce hegemonia “sobre a sociedade nacional como um todo” (LEPRE, 2001, p. 184).

É em meio ao processo de “ampliação” da temática dos intelectuais e da análise da sociedade civil considerando agora “as organizações chamadas de privadas, como a Igreja, os sindicatos e as escolas” (ibid., p. 184), que a política da III República é retomada nas notas carcerárias, no Q. 1, § 48, com a rubrica //

168

Fundado em 1853 por Mazzini (e retomado em 1859 por Garibaldi). De inspiração republicana e democrática, seus membros mais tarde se dividiram entre a Sinistra e o Partido republicano. Gramsci contrapôs, como iremos demonstrar, a atuação do Pd'A no processo de Unificação aos jacobinos do século XVIII. Faltava-lhe radicalidade e iniciativa por um lado e, por outro, capacidade de agregar os diferentes estratos populares. Mas sua fragilidade estava vinculada também às características da burguesia da península, sua fragmentação e a pouca atração que exercia sobre os estratos intelectuais. Cf. especialmente o Q. 19.

giacobismo a rovescio di Carlo Maurras [O jacobinismo às avessas de Charles Maurras], parcialmente re-escrito no Q.13.

O confronto entre as duas versões do texto fornece indicações sobre o desenvolvimento do tema por Gramsci. Passaremos a discutir o parágrafo supracitado para então confrontá-lo com a nova redação feita por Gramsci no Q.13. O que nos interessa fundamentalmente é apontar como a problemática acerca do líder da AF serve a Gramsci como estímulo em um movimento do pensamento no qual o jacobinismo passava a ser formulado como uma categoria teórica-política. Nesse sentido, portanto, não mais limitado à referência aos jacobinos históricos e sua herança ou “persistência” na França e na Europa, mas passava a compor a teia conceitual da teoria política gramsciana. A distinção entre o jacobinismo “ao contrário” de Maurras e do jacobinismo “de conteúdo” explicita tal movimento do pensamento.

O primeiro ponto é considerar que o século XVIII francês foi o terreno a partir do qual se formulou o historicismo moderno: a ruptura com a antiga ordem havia manifestado a historicidade do mundo social, isto é, colocado em evidência os limites das visões de mundo que priorizavam a imutabilidade das formas sociais.¹⁶⁹ Foi a Revolução Francesa que forneceu a Hegel a possibilidade de pensar o Estado como a realização da Razão e do Espírito universal, resultado do desenvolvimento ou progresso prévio. Para o filósofo, esse progresso teria como momento preliminar as mudanças ocorridas na sociedade civil com os conflitos que surgem nas relações econômicas. Hegel recorre ao “sistema de carências” para delinear uma situação em que as disputas decorrem das necessidades e da satisfação das mesmas pelo trabalho, com a inserção do indivíduo em um regime de mercado. Potencialmente desagregador, esse sistema será dotado então da mediação da lei e da justiça, a qual o indivíduo (dotado de livre arbítrio) deverá aderir por vontade própria. As corporações são também formas de regulamentação dos conflitos. Em sua fase mais avançada, a história faria coincidir o direito moderno e o Estado liberal com a

169

Nesse aspecto reside o fundamento da oposição hegeliana ao jurisnaturalismo: um contrato pode existir apenas na “*história* dos povos” (KRITSCH, 2014, p. 230).

propriedade privada e a livre concorrência, portanto, sociedade civil e Estado. O Estado aparece, assim, como ativo no que tange ao progresso da sociedade civil, de forma que Marx em *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel* (1843) defendeu que, em Hegel, o Estado é sujeito e a sociedade civil predicado (LIGUORI, 2012, p. 07).

Voltando a Gramsci: diante da concepção hegeliana de sociedade civil, ele argumentará sobre a função “ativa” do Estado. O Estado se apoia no consenso, ou na livre adesão dos indivíduos, mas também educa ou constrói essa adesão através de seus instrumentos jurídicos, assim como por meio da mediação exercida pelas corporações. O limite de Hegel residiria na atribuição do caráter central delegado ao associativismo de tipo profissional, (ou seja, as corporações) na mediação entre a sociedade civil e o Estado. Para Gramsci, tal limite derivava não de um equívoco lógico, mas especialmente de seu distanciamento da atividade política de massa e, dessa feita, Hegel não poderia compreender as tramas da sociedade civil senão como associações corporativas ou de segmentos profissionais. Por sua vez, Marx, partindo também da história francesa, superou o limite “econômico” da formulação hegeliana de sociedade civil ao destacar o papel dos partidos, clubes, organizações secretas e revistas como organizações privadas (Q.1, §47, p. 57).

Como observou Paggi (1984), Gramsci indicava aqui que o desenvolvimento capitalista traz consigo a tendência à ampliação de associações de tipo política, como os partidos e os sindicatos, que atuam também como “educadores” e tem central importância na organização do consenso. Pela distância histórica, seria mais fácil para Marx do que para Hegel verificar essa tendência. Concomitantemente, por meio da organização das atividades estatais através da burocracia, composta por setores médios, o “Estado se faz sociedade civil”. Para Paggi (1984, p. 391), é através das “ideias de força e consenso, e da burocracia [...] por um lado e dos partidos por outro” que Gramsci demonstra como Estado e sociedade civil são intrincados, superando a dicotomia entre esses componentes do tecido social. Não se poderia, assim, separar os dois momentos e nem cerrar a política em um polo exclusivo.

Liguori (2012, p. 07), por sua vez, indicará que já em Marx encontra-se não apenas uma inversão da relação Estado e sociedade civil (ou seja, delegou à sociedade civil o papel de sujeito), mas também a “crítica à dicotomia entre as esferas pública e privada, [ele] refuta o confinamento do político na sociedade, mostra como o poder (e a política) é a própria mediação de ambos os momentos”. Seria esse o fundamento da interpretação de sociedade civil presente em Gramsci, argumenta Liguori (2012) em polêmica contra a difundida leitura de Norberto Bobbio. Para Bobbio (1982, p. 34), a sociedade civil, cindida do Estado, assumiria a função ativa em Gramsci e coincidiria com a superestrutura, distanciando-se assim de Marx e derivando diretamente de Hegel.

Bianchi (2007) destacará a mediação de B. Croce na leitura que Gramsci realizou de Hegel. Seriam as categorias de unidade e distinção formuladas pelo filósofo napolitano que contribuíram para a forma particular através da qual Gramsci estabelece a unidade entre sociedade civil e sociedade política, isto é, tratando-as como sobrepostas: a sociedade econômica possui no seu vir-a-ser o tornar-se superestrutura, ela se faz Estado, “se superestruturaliza como sociedade civil no Estado integral”. Portanto, sociedade civil e Estado não são cindidos e se fazer Estado é o fim da sociedade econômica.

Essa sobreposição teve nos jacobinos históricos uma manifestação emblemática. Diante da diversidade de interesses, por vezes antagônicos, que compunham o III Estado, coube ao grupo de Robespierre e Marat colocar-se como expressão da vontade coletiva, e não de interesses corporativos particulares. Notará Medici (2000, p. 157) que nessa primeira fase de redação dos *Quaderni* o jacobinismo aparecerá com uma dupla acepção: “caso exemplar de exercício da direção política e expressão de uma formidável capacidade de acelerar o tempo histórico no sentido da inovação política e social”. Quer dizer, o jacobinismo foi a organização política de uma força social e econômica específica (partido de classe), em determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas. Foi capaz de fazer germinar uma vontade coletiva, na qual os diferentes estratos do III Estado viram seus interesses ao menos parcialmente acolhidos e, mais do que isso, foi

capaz de se antecipar às necessidades da classe revolucionária: ao fundar o Estado como seu organismo próprio, “destinado a criar as condições favoráveis à máxima expansão do próprio grupo” (BIANCHI, 2007), ele direcionou o futuro em um determinado caminho, de acordo com um programa.¹⁷⁰

A capacidade de *prever* dos jacobinos repousou, portanto, não em uma sobrevalorização da consciência histórica (expressão de Furet) e sim em sua capacidade política, ou nos termos de Badaloni (1987, p. 82), em seu “realismo metodológico”, que se encontra com um programa político cuja objetividade “se revela no sucesso da previsão”.

Será mais tarde, no Q. 13, que a ideia de nacional-popular irá ser aproximada da vontade coletiva. No decorrer do processo revolucionário, os jacobinos se identificaram como povo (o nacional-popular) e como a revolução em ato. O jacobinismo não era mais visto como um partido de classe e sim como o “partido da revolução” e, mais tarde, o partido se fez Estado: é uma das expressões do Príncipe maquiaveliano, capaz de fundar o novo (criara o nacional-popular) e ao mesmo tempo incorporá-lo, considerando que apenas através deles seria possível a manutenção do unitário *povo*, da República e da própria revolução.

O “limite” da capacidade de assimilação e expansão da classe dirigente em relação a tais interesses foram as leis de Le Chapelier e do Máximo,¹⁷¹ sendo mais tarde superado pelo Parlamentarismo e pela República. No parlamentarismo se

170

“É certo que prever significa somente ver bem o presente e o passado enquanto movimento [...] Mas é absurdo pensar numa previsão puramente “objetiva”, assim como em uma previsão “arbitrária ou gratuita”. Pode-se dizer que somente na medida em que o aspecto positivo da previsão se liga a um programa é que esse aspecto adquire objetividade” (Q 15, § 50, p. 1810).

171

A Lei Le Chapelier foi colocada em votação pelo deputado homônimo e promulgada em 14 de junho de 1791. Ela proibiu as corporações de ofícios, derogando assim as regulamentações concernentes à organização coletiva das manufaturas e do mercado rural. Tornou ilegal qualquer forma de associação coletiva de trabalhadores ou camponeses e foi seguida de um decreto que interditava reivindicações coletivas de salários e greves. De orientação fisiocrata, essa lei coincidia temporalmente com o surgimento dos primeiros sindicatos, que Le Chapelier procurava combater. Como resultado da lei, os sindicatos foram proibidos por um século e as corporações, guildas e demais formas coletivas extintas. Sobre essa lei, ver adiante em 4.2. (Cf. Jaume, 2015). A lei do máximo havia sido anteriormente citada por Gramsci em *I contadini e lo Stato* [Os camponeses e o Estado], na *Avanti!* em 1918. Cf. item 2.2, Antonio Gramsci e Albert Mathiez.

aperfeiçoou a experiência histórica original caracterizada pela obtenção de consenso através de uma política econômica na qual os interesses das camadas ou classes populares eram assimilados. De forma concomitante, se amplia a base econômica e industrial e se aprimoram os instrumentos da democracia burguesa com sucessivos “ensaios” nos quais ocorrem “ampliações e restrições do sufrágio político, liberdade de associação e restrição ou anulação dessa liberdade, liberdade no campo sindical mas não político, formas diversas de sufrágio”, etc, com importante contribuição dos intelectuais franceses (Q.1, §48, p. 58).

O consenso pode, assim, aparecer como “voluntário” ou “ético-moral”, de maneira que o parlamentarismo torna-se o exercício “normal” da hegemonia e no qual se equilibram força e consenso. Esse processo complexo de aprimoramento do jacobinismo seria interrompido com a I Guerra mundial. Poderia se falar então de uma crise causada pela “reorganização” das relações sociais de produção em um cenário modificado mundialmente depois de 1918, mas notará Gramsci que essa é uma “crise parlamentar” e não orgânica. Recordando que o marxista tomou suas notas sobre a política francesa a partir de 1926, ele ressoará nesses parágrafos a “crise de representação” francesa de 1925 e que teve no centro o debate sobre os católicos e a participação política desses na república. A questão retorna, assim, à difusão do republicanismo entre as massas populares e camponeses franceses.

Gramsci observará que os católicos votavam já a favor de partidos anticlericais. Por um lado, a ruptura do Papado com o grupo de Maurras mostrava a superação da intransigência da Igreja e, por outro, assinalava também a assimilação dos católicos ao Estado. Não se trata, no entanto, da ascensão de valores superiores: em realidade, Gramsci irá acentuar que da mesma forma que Maurras recorre ao mito da “boa” monarquia francesa, o liberalismo republicano irá assentar seu valor sobre o mito do bom selvagem. Porém, enquanto a formulação rousseauiana é uma abstração filosófica, a história pode demonstrar a falácia do argumento clerical monarquista. A proposição lógica dos monarquistas, notará Gramsci com ironia, não deixa de ser Iluminista – mas uma derivação deteriorada da filosofia do século XVIII (Q.1, §48, p.73).

Enquanto os primeiros jacobinos foram utrrealistas em sua linguagem e ideologia, Maurras, ao contrário, é um abstrato herdeiro das sociedades secretas e das utopias que pretendem alcançar uma ordem social por ele mesmo pré-definidas em seus pormenores. Era um Stenterello, personagem teatral cômico e popular criado no fim do século XVIII em Florença, de entonação antifrancesa e antijacobina criado no contexto das guerras napoleônicas (Q.1, §48, p. 61).

Como exposto acima, trata-se portanto de não definir os jacobinos somente por seu conteúdo ou programa e nem, no que diz respeito a Maurras ou Crispi, por seu comportamento. A definição do jacobinismo de uma força política passa também pela análise de sua estratégia, de suas bases e forças sociais e suas conquistas históricas, ou seja, do encontro do “programa” com a história (não pode ser puro arbítrio) e com a vontade, não individual mas derivada de uma relação orgânica entre o grupo dirigente e as massas. Em busca de uma definição, ele precisará então sua leitura acerca dos jacobinos:

A palavra “jacobino” assumiu dois significados: um é o significado próprio, historicamente caracterizado: um determinado partido da revolução francesa, que concebia a revolução em um determinado modo, com um determinado programa, sobre a base de determinadas forças sociais e que realizou a sua ação de partido e de governo com uma determinada ação metódica caracterizada por uma extrema energia e determinação dependente da crença fanática na virtude daquele programa e daquele método. Na linguagem política os dois aspectos do jacobinismo se cindiram e se chamou jacobino o homem político enérgico e resolutivo porque fanaticamente convencido da virtude taumaturgica de sua ideia (Q.1, §43, p. 44).

Foi a estratégia exitosa de unificação entre campo e cidade que demonstrou o realismo jacobino. Crispi podia ser um jacobino somente na segunda acepção, como fanático defensor da unidade territorial italiana, mas incapaz de executar um programa agrário necessário para tal ou de medidas de cunho econômico que pudessem favorecer o campesinato (Q.1, §43, p. 44). Para Gramsci, sem enfrentar o arcaísmo da estrutura fundiária camponesa seria impossível superar os empecilhos colocados pelo Papado no processo de *Unificação*, da mesma forma que a unidade entre Estado e sociedade civil não poderia deixar de enfrentar a questão religiosa.

Porém, a maneira como Robespierre buscou fazê-lo, com a instauração de um culto laico, foi negativamente lido por Gramsci: o instrumento “ditatorial” para “unificar os elementos constitutivos do Estado”, teria como resultado uma unidade artificial. Não obstante, a criação do culto do Ser supremo poderia ser visto como um primeiro esforço de autonomia do Estado em relação à Igreja católica (MEDICI, 2000, p, 155).

Por fim, deve-se notar que a crítica ao Ser supremo segue a leitura de Aulard, citado por Gramsci no Q. 1. Interessado pela história religiosa da Revolução no início de sua produção acadêmica (depois ele se deslocará para a história política), Aulard indicou nos cultos revolucionários um instrumento para a defesa da pátria, isto é, um elemento a contribuir com o patriotismo em uma situação de conflito

¹⁷² externo. Mas, como resultado de uma tentativa precoce e arbitrária de substituir o cristianismo pelo culto da Razão, o que ocorreu foi a interrupção do processo de descristianização e Aulard nos faz saber que na condenação de Robespierre durante o Thermidor “[...] lê-se que os motivos do decreto de prisão contra Robespierre não foram apenas político e que a Convenção queria destruir também o seu despotismo religioso, esse culto do Estado tirânico do qual ele era o sumo sacerdote” (AULARD, 1892, p. 298).

A “função” política da reforma religiosa também foi delineada por Mathiez, com uma leitura mais favorável a Robespierre. A proposta de “criação” de uma crença laica, que celebrasse a República, poderia ser capaz de se “elevar para além dos antigos cultos”, não fosse a impossibilidade de suplantando as inúmeras funções públicas que a Igreja executava e, em especial, as dificuldades em superar a identidade entre a massa e a instituição clerical e a fidelidade popular aos seus dogmas (MATHIEZ, 19[...], p. 174).

É possível agora estabelecer uma comparação entre dois parágrafos que definiram o jacobinismo de conteúdo, a saber, aquele acima discutido (Q.1, §48, p.48-64). *Il giacobismo a rovescio di Carlo Maurras*) e sua reformulação no caderno

¹⁷²

Aulard redigiu *Le culte de la Raison et le culte de l'Être supreme* (1892), *La Révolution française et les Congrégations* (1903) e, ao fim de sua vida, retomou o tema em *Le christianisme et la Révolution française* (1925). Sobre Mathiez e sua interpretação da “função social” do culto ao Ser Supremo remeto ao Capítulo 3.

especial *Noterelle sulla politica del Machiavelli* [Notas sobre a política de Maquiavel] (Q.13, §37, p.1635-1650), o que será apresentado adiante. Como ponto de partida, no entanto, pode-se apontar que da análise de Maurras e do conservadorismo político francês do começo do século XX presente no primeiro caderno, Gramsci avança na segunda versão em uma abordagem que trata desses temas como parte do movimento histórico que culmina na afirmação do liberalismo e do republicanismo, produtos de uma revolução permanente iniciada em 1789.

A “crise parlamentar” da França nos anos de 1925 e a questão dos católicos estava vinculada à reorganização das forças políticas, relacionada com as mudanças territoriais e também demográficas que alteraram a dinâmica construída no século XVIII. Enquanto naquele contexto a cidade de Paris dirigia o processo revolucionário, com a urbanização e organização capitalista ocorrida na França entre os séculos XIX-XX nos mais diferentes rincões, o movimento socialista se difundiu, concomitante à fragmentação dos partidos e criação de grupos antagonistas (entre eles o sindicalismo revolucionário). O Partido Radical republicano será fortalecido (Q.13, §37, p. 1648), seja pela multiplicidade e fragmentação das forças antagônicas, seja pela aproximação dos socialistas com o republicanismo.

O sufrágio, com a inserção das massas na política, reiterava a “unidade” ou homogeneidade por fim obtida entre campo e cidade, Paris e a província, e a hegemonia do partido radical indicava o “enraizamento” do republicanismo e do laicismo, pontos estruturantes do Partido representante de setores médios da burguesia e da aristocracia dos trabalhadores urbanos e rurais. Tal estabilidade no período é construída com mecanismos jurídicos-constitucionais e vinculado com as mudanças na economia. Portanto, é uma revolução permanente, que havia criado uma nova civilidade e que se esfacelava com o movimento desagregador do período pós-guerra do qual a ascensão da AF e a crise parlamentar são sintomas – e não a causa. O período posterior à I Guerra assinalava o fim da capacidade expansiva e de assimilação dos grupos subalternos pela burguesia: a Revolução Francesa havia terminado.

No item seguinte, através do confronto das notas do Q. 1 e Q. 13,

exploraremos a assimilação da revolução permanente à análise da França e do jacobinismo, assim como interpretação da revolução como um processo de criação de um Estado integral. Do que dependeu essa mudança na análise gramsciana? Essa será também a questão a qual procuraremos responder.

4.2 JACOBINISMO DE CONTEÚDO: POLÍTICA E ECONOMIA.

São dois os principais elementos sobre os quais Gramsci avança na definição do jacobinismo de conteúdo quando confrontados o Q. 1 (de 1930) e o Q. 13 (entre 1932 e 1934):

- 1) a “fase ativa” da Revolução Francesa é tratada na reformulação do texto como uma revolução permanente (expressão que não havia empregado anteriormente associada à França) e
- 2) essa revolução permanente é um *processo completo* que combina “aprimoramento” dos elementos jurídico-constitucionais e também a ampliação da base econômica.

Nas colunas abaixo estão indicadas diferenças entre as duas redações do
¹⁷³
 parágrafo :

173

Textos A são os parágrafos de primeira redação, depois re-escritos nos cadernos (os re-escritos, por sua vez, são os parágrafos C). Os parágrafos B são textos de redação única.

Texto A
(fevereiro e março de 1930)

O desenvolvimento do jacobinismo (de conteúdo) encontrou sua perfeição formal no regime parlamentar, que realiza no período mais rico de energias “privadas” na sociedade a hegemonia da classe urbana sobre toda a população, na forma hegeliana de governo como consenso permanentemente organizado (com a organização deixada à iniciativa privada, por isso de caráter moral ou ético e assim consenso “voluntário”, de um modo ou de outro). O “limite” encontrado pelos jacobinos com a Lei Chapelier [ou o máximo] é superado e alargado através de um processo complexo, teórico-prático (jurídico-político = econômico) pelo qual se mantém o consenso político (mantendo-se a hegemonia) ampliando e aprofundando a base econômica com o desenvolvimento industrial e comercial até a época do imperialismo e da guerra mundial.

Q.1, §48. p.58. *Il giacobismo a rovescio di Carlo Maurras* [O jacobinismo ao avesso de Charles Maurras]

Texto C
(entre maio de 1932 e início de 1934)

O desenvolvimento do jacobinismo (de conteúdo) e da fórmula da revolução permanente implementada na fase ativa da Revolução Francesa encontrou o seu “aperfeiçoamento” jurídico-constitucional no regime parlamentar que realiza, no período mais rico de energia “privada” na sociedade, a hegemonia permanente da classe urbana sobre toda população, na forma hegeliana de governo como consenso permanentemente organizado (mas a organização do consenso é deixada à iniciativa privada, por isso de caráter moral ou ético, porque consenso “voluntariamente” dado de uma forma ou de outra). O “limite” encontrado pelos jacobinos na lei Chapelier e na lei do máximo, é superado e recusado [respinto] progressivamente através de um processo completo, em que se alternam a atividade propagandista e prática (econômica, político-jurídica): a base econômica, por meio do desenvolvimento industrial e comercial, é continuamente ampliada e aprofundada, das classes inferiores se elevam os elementos sociais mais ricos de energia e de espírito de iniciativa, toda a sociedade é em contínuo processo de formação e de dissolução seguida de formações mais complexas e ricas de possibilidades; isto dura, em linha geral, até a época do imperialismo e culmina na guerra mundial.

Q.13, §37, p.1636-1637. Note sulla vita nazionale francese [*Notas sobre a vida nacional francesa*].

Thomas (2009, p. 141) indicou que a produção gramsciana a partir do final dos anos de 1920 pretendia enfrentar duas questões centrais: primeiro, o liberalismo croceano e sua concepção da modernidade como realização da liberdade e, segundo, o economicismo da terceira fase da IC e especialmente a NEP. A teoria política do marxista recorreu assim à história concreta, e particularmente à França, para formular uma interpretação da política não-economicista e nem limitada ao momento ético-político, como Croce.¹⁷⁴

Essa atividade de crítica e elaboração teórica tem entre suas fontes a historiografia “jacobina” de Albert Mathiez e *Storia d'Europa* de Croce, na qual o partido radical do século XVIII é apresentado como um empecilho na realização da liberdade.

4.2.1 Classe universal

Ao recorrer à historiografia, Gramsci não por acaso retomou Mathiez,¹⁷⁵ primeiro historiador a estabelecer uma identidade entre os jacobinos e bolcheviques. Ao fazê-lo, Mathiez expôs um conjunto de questões que dizem respeito aos dois processos históricos, como a ditadura (da pequena burguesia plebeia e do proletariado), as possibilidades e problemas na integração das massas camponesas na revolução e a busca por mecanismos de representação e participação política adequados aos novos tempos (ensaio sufragista da I República e os clubes, os soviets na Rússia). Mathiez figuraria como uma referência histórica importante para

174

Gervasoni (1998) notou que a *Storia d'Europa* havia contribuído para uma renovada atenção de Gramsci à história francesa. É possível uma história unitária da Europa que exclua a Revolução Francesa e o período napoleônico? Essa era a pergunta de partida feita pelo marxista acerca da historiografia croceana. Ao iniciar a narrativa histórica em 1815, Gramsci argumenta que Croce excluiu todo o movimento conflituoso e a instabilidade política que estão na própria origem da “normalidade” obtida durante a Restauração. Limita-se ao momento ético-político, quando a hegemonia era para Gramsci uma historiografia de especulativa.

175

Em 16 de junho de 1930, Gramsci solicitou a Tania o Tomo III, *Le Terreur*, de Albert Mathiez, publicado no mesmo ano pela Collection Armand Colin. L. 155.

Gramsci primeiramente pela aproximação que delineou entre os revolucionários franceses e russos, embora não sejam menos importantes suas contribuições e inovações para esse campo de estudos, produzidas a partir de uma exaustiva pesquisa de fontes primárias, como nos arquivos de história econômica criados por J. Jaurès. Por último, é preciso considerar que a escolha pela interpretação mathieziaiana coincide com a condenação do historiador jacobino pelos soviéticos em 1929, como também já apontado nessa tese.¹⁷⁶

Para Mathiez, os jacobinos foram o partido que organizou a classe burguesa, com a criação de uma primeira associação e que depois passou a contar com clubes que se espalhavam nos burgos. Entre Paris e o campo havia uma imensa propagação de ideias, com a difusão de “fórmulas de adesão, de prospectos e envio de instruções” (MATHIEZ, 19[...], p. 114). Sua forma de organização fez deles o primeiro partido moderno, organizado em torno de um programa pré-definido e difundido por eficientes canais de comunicação. Esse programa era elaborado por uma classe ciente de “sua força e de seus direitos [e não se permite] embair por uma ideologia oca pois conhece a realidade a fundo e possui meio de adaptá-los aos seus interesses (ibid., p. 57).

Durante o período da Convenção, quando o partido de Robespierre exerceu um domínio quase sem exceção, foi levado a cabo um dos fundamentos do jacobinismo: a unidade entre política e economia. Eles perceberam a necessidade de uma expansão social como forma de “salvar” a Revolução. Essa expansão ou assimilação de diferentes estratos sociais como a maneira de resolução das divergências entre os interesses particulares e a unidade da república, dependia de um compromisso político e sacrifícios econômicos das classes. Diante das expectativas dos *sans culottes*, os jacobinos recorreram à Lei do máximo, com o tabelamento de preços e o confisco da produção para lançar ao mercado. A questão agrária, resolvida com a defesa de uma ampla distribuição de terras, atendia por sua vez as reivindicações dos camponeses contra o domínio das terras pela Igreja e

176

Ver: Cap. 3. *A nova ordem e a Revolução Francesa como ausência (1919-1920).*

aristocracia. Essas políticas econômicas criaram um compromisso dos setores rurais e urbanos empobrecidos com a classe revolucionária, afastando-os dos riscos de serem atraídos pelo “anarquismo” dos *Enragés* e, concomitantemente, levou-os mais adiante do estreito limite das alianças de classes defendido pelos girondinos (ibid., p. 221).

Gramsci apreendeu a importância da legislação revolucionária. Nas notas sobre a qual tratamos (A: Q.1, §48 e C: Q.13, §37), o limite da assimilação dos demais grupos ao projeto dos jacobinos foi identificado na Lei Le Chapelier e na Lei do máximo.¹⁷⁷ Mathiez havia lido também essa segunda lei como um *contracto* jurídico que embasava a estratégia de aliança e que “forçava” os limites da classe dirigente em um sentido popular.

Ao contrário da direção popular que a lei do máximo impingia à política da Convenção, a proibição de associações da lei Le Chapelier era uma clara oposição às reivindicações dos trabalhadores que começavam a se organizar sob a forma próxima dos sindicatos modernos.¹⁷⁸ Não obstante, ela foi eficiente ao colocar fim às limitações ao mercado capitalista representadas pela organização coletiva do trabalho feudal (corporações, guildas e associação de produtores rurais). Entender o caráter dessa lei exige considerar que ela manifestou com clareza a capacidade expansiva do projeto revolucionário em uma perspectiva liberal clássica, encerrando no passado os privilégios de castas e abrindo o mercado às iniciativas dos indivíduos de “talento”. Ao fazê-lo, a lei impôs um atomismo nas relações sociais de produção, identificando no indivíduo atomizado o único corpo adequado ao sistema

177

É interessante notar que no parágrafo A (Q.1, §48, de 1930), Gramsci citou a Lei Le Chapelier e, mais tarde (não se pode precisar exatamente quando), acrescentou ao texto, nas entrelinhas, a Lei do Máximo. Pode-se sugerir que essa atenção ao máximo dependeu de uma leitura de Mathiez, mais especificamente do último volume de *Revolution française* que Gramsci solicitou por carta à Tania em 1930. LC. 190. 16 de junho de 1930.

178

Em 14 de junho de 1793, foi promulgado um decreto que complementava a referida lei e onde se li que “se os cidadãos que compartilham as mesmas profissões, arte ou ofício, deliberem ou realizem convenções para fixar salários, as deliberações e convenções, serão consideradas anticonstitucionais, atentados à liberdade e à declaração de direitos dos homens” (JAUME, 2015, p. 33).

político representativo: “a 'vontade geral' não existe senão no corpo da Assembleia [...]; não pode existir vontade coletiva ou corpo unificado fora da Assembleia”. É uma ruptura radical com o passado, expressa no texto da lei: “*não existem mais* nem ¹⁷⁹ *jurandes* e nem corporações de profissionais, artes e ofícios. A lei não reconhece *mais* nem os votos religiosos nem um outro engajamento que seja contrário os direitos naturais ou à Constituição” (JAUME, 2015, p. 31, grifo nosso).

Condenado ao lado dos privilégios das corporações, e fundamentado na mesma concepção que refutava qualquer tipo de corpo intermediário entre o indivíduo atomizado e o Estado, o direito à associação (ausente também na Constituição de 1791) foi suplantando e precisou de mais de um século para vir a luz. O instrumento legal atuou como um tipo de conformação da sociedade civil nos marcos do projeto burguês. A lei atuou assim não apenas como um instrumento de estabilização das conquistas da classe, mas pretendia moldar o futuro em um sentido pré-determinado, isto é, a integração total da sociedade civil ao Estado. Sintetiza o traço central da burguesia como classe revolucionária que perdurará ao menos até metade do século XIX: ela criara uma *forma-Estado de qualidade nova* (THOMAS, 2009, p. 143), na qual, ao recurso quase exclusivo da coerção, caracterizado pela sociedade de castas, irá se sobrepor a busca pelo consenso. Isso é, o consenso passa a ser também instrumento central de domínio. Por isso, a superação da lei Le Chapelier para além de seus limites, tal como aparece no texto gramsciano, significava que essa integração não irá mais prescindir dos corpos médios (as organizações e “energias” privadas), ao contrário: o consenso é deixado à iniciativa privada. Será o desenvolvimento político-jurídico, em um sistema parlamentar animado pelas disputas partidárias e pela organização de interesses coletivos, que o consenso pode se imiscuir nas tramas da sociedade civil.

E tal lei é ultrapassada por Robespierre, contrário à interdição das associações e crítico *avant la lettre* do liberalismo, que havia encontrado “na fraternidade do tipo *sans-culottes* uma outra visão do social e das instituições”

179

Membros de corporações de ofícios encarregados de representá-los e verificar a aplicação dos regulamentos.

(JAUME, 2015, p. 34). O máximo, instituído durante o Ano I, era uma oposição à teoria fisiocrata dos girondinos. O novo limite superado pela classe em 1793, com essa lei, era a demonstração clara de sua capacidade de adaptação e de iniciativa. É a noção de aliança ou compromisso entre as classes como mecanismo da hegemonia que o tabelamento de grãos explicita.

Tendo como pressuposto a República una e indivisível e a convergência dos interesses particulares em um bem comum (a pátria), a lei impôs aos camponeses os ônus mais pesados, que não estavam dispostos a aceitar. Ainda no período pré-carcerário Gramsci acentuou que o máximo teve uma função importante na formação de um espírito unitário na França: por meio dele, o Estado atuou “pedagogicamente”, colocando pilares necessários para o posterior surgimento do patriotismo entre os camponeses. No Q. 13 (§18, p. 1591), ele observará que o compromisso deve ser equilibrado entre os grupos e, se “a hegemonia é ético-política, ela não pode não ser também econômica, não poder não ter o seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exercita no núcleo da atividade econômica”.

As duas leis explicitam o fundamento do programa jacobino: economia + política. Enquanto a primeira (Le Chapelier) demonstra que o liberalismo é também uma direção imposta ao mercado, por meios coercitivos, de modo que a separação entre sociedade civil e sociedade política não pode ser senão uma abstração de utilidade analítica; a segunda (máximo) mostra que a hegemonia pôde ser obtida quando a classe revolucionária colocou-se como a classe universal. Universalidade que significa ainda a unificação campo e cidade. Nesse aspecto, pode-se ler uma análise implícita ao NEP, como fez Thomas (2009, p. 235): o NEP poderia ser entendido não como um recuo, mas sim como uma política voltada ao desenvolvimento das relações de produção (com o estímulo à industrialização) e a criação de uma nova cultura. Manifesta, ao mesmo tempo, o “primado da política” e a crença no papel taumatúrgico do progresso das forças produtivas.

A questão da unidade campo e cidade na análise gramsciana dos jacobinos seria, portanto, uma transposição da problemática da frente única entre proletariado

e camponeses? Pode-se afirmar que, em realidade, os dois processos históricos – Revolução Francesa e Revolução Russa - permitem-nos aprofundar sua concepção de hegemonia através de uma investigação das formas de construção do consenso em duas situações históricas diversas que, não obstante separadas no tempo e no espaço, tiveram que enfrentar questões similares. Como Paggi (1984) e Thomas (2009, p. 140) afirmam, a experiência de construção do Estado proletário na URSS (que acompanhou de perto entre 1922 e 1923) serviu-lhe de material para sua reflexão durante o período do cárcere. Ela havia lhe explicitado a necessidade de uma teoria política do Estado proletário que não podia ser uma simples transposição de uma teoria vinculada à experiência histórica de construção do Estado burguês.

Ainda sobre a questão agrária, é preciso iluminar historicamente a aliança entre os camponeses e os jacobinos, ou seja, em que consistiu a aliança do campesinato com a pequena burguesia urbana e intelectualizada. Pode-se iniciar a reflexão justamente por esse ponto: para Gramsci, quem compunha o partido jacobino? Para o marxista, eles foram a parte ativa da Revolução. Mathiez salientou que “não havia ímpeto revolucionário no povo” (não obstante as desordenadas *jacqueries*) – de forma que a descentralização ou municipalização, assim como o sufrágio universal, podiam favorecer a restauração. Foi Marat a conceber a necessidade de uma centralização e de uma ditadura em uma situação na qual se antagonizariam a *ditadura da liberdade* e o *despotismo real* (MATHIEZ, 19[...], p. 137).

O jacobinismo personifica, em Gramsci, uma elite pequeno-burguesa, urbana

e centralizadora, que dirigiu a Revolução a partir de Paris.¹⁸⁰ A criação do Estado moderno na França haveria significado então o predomínio da cidade sobre o disperso, fragmentário e amplamente majoritário mundo rural. No lugar de uma simples distinção geográfica entre campo e cidade, para o marxista trata-se de considerar o processo de criação do Estado moderno como a uma aliança de classes e a modernidade pensada como a afirmação da cidade, *locus* por excelência das atividades industriais. Essa aliança dependeu da impositação da questão agrária, uma vez que largos estratos rurais eram dependentes economicamente da nobreza rural assim como culturalmente fortemente ligados ao clero.

Essa aliança não poderia ser entendida como um “compromisso momentâneo”. No período entre 1789 e 1793 e em especial na República jacobina, demonstrará Jessenne (2010, p. 260), o movimento revolucionário e as lutas camponesas tiveram importantes convergências, ilustrada por exemplo com o decreto do fim dos privilégios senhoriais (de julho de 1793). Não obstante, a disposição dos bens nacionais, ao adotar o primado da propriedade privada, favoreceu os grande e médios produtores rurais que conseguiram adquiri-los (JESSENNE, 2010, p. 260).¹⁸¹ A reforma agrária fortaleceu, por meio da venda de terras, um forte e relativamente amplo estrato médio no campo, capaz de abrir

180

Tocqueville contestou ainda no século XIX a associação entre Revolução Francesa e centralização, afirmando que essa fora obra do Absolutismo. O centralismo jacobino foi também rechaçado por parte importante da historiografia contemporânea, com o argumento de que foi justamente a descentralização, com a delegação de funções às administrações locais e regionais, que permitiu a aplicação das deliberações e a difusão da Revolução (cf. RENARD, 2015, p. 28). A “centralização” jacobina em Gramsci indica dois caminhos analíticos: um deles diz respeito à forma estatal e outro à organização do partido jacobino. No primeiro caso, trata-se da burocratização do Estado que se seguiu à Napoleão, como uma expressão da unidade nacional daquele território (Q.14, §38, p. 1695). Sobre a forma partido, refere-se às ideias de centralismo democrático ou orgânico. Os jacobinos foram centralizadores orientados por um “programa de predomínio real de uma parte sobre o todo” (Q.13, §36, p. 1633).

181

Em 1789, a Assembleia Nacional decretou que todos os bens eclesiásticos deveriam ser colocados à disposição da Nação. Decretos subsequentes regulamentaram a modalidade de venda desses bens (chamados então de bens nacionais), ainda que parte do campesinato esperasse a distribuição gratuita dos mesmos. Sobre esse tema, remeto à síntese de Ado (2012), em especial “*Les biens nationaux, les modes de concentration des terres et l'ombre de la loi agraire*”.

espaço ao desenvolvimento do capitalismo rural – apesar da parte mais frágil do campesinato ter se mantido dependente da exploração de seu trabalho. Em certa medida, a coexistência de um campesinato pobre com grandes e médios proprietários rurais dava continuidade às clivagens econômicas prévias que faziam do campo um “amalgamo heterogêneo de trabalhadores agrícolas em situação bastante diversas e portanto suscetível de comportamentos [políticos] díspares” (ibid., p. 254).

As relações entre os jacobinos e os camponeses foram portanto demarcadas também pelas diferenças sociais e econômicas que existiam na província antes de 1789 – Jossenne (2015) chama atenção para o fato de que o campesinato não poderia ser concebido como um grupo social homogêneo, e portanto, o campo reagiu tanto com a mais forte adoção aos valores republicanos em certas regiões como com a defesa mais escarnecida da reação.

Ado (2012), por sua vez, identifica no campesinato pobre uma pressão constante exercida contra o liberalismo e por políticas de cunho comunitário, como a divisão comunitária dos bens nacionais. Para Ado, como apontaram também G. Lefebvre e A. Soboul, as lutas dos pequenos camponeses resistiam à configuração capitalista do campo, mas adicionará Ado (2012) que eles elaboraram também a proposição de uma política antagônica – isto é, não era apenas uma reação ao capitalismo agrário, mas animado pela resolução de questões bastante concretas no que diziam respeito à superação dos encargos feudais que subsistiam. Isso permite a Ado (2012, p. 382) identificar a existência de uma *revolução na revolução*, ou seja, a autonomia da revolução camponesa que se contrapõe à cidade e aos jacobinos. E, por consequência, “a revolução do fim do século XVIII não pode ser considerada uma revolução burguesa que teria aberto a via ao desenvolvimento ulterior do capitalismo e à consolidação de uma sociedade burguesa” (ADO, 2012, p. 384-385).

Tal leitura não se afasta do ponto de partida da análise de Gramsci, isto é, a aliança dependeu da construção de um consenso em torno da cidade e da república, o que não era um elemento amadurecido em 1789. Será com a atividade “conformadora” do Estado, em sua dupla dimensão de força e consenso, que logrará

criar o espírito nacional-popular, contra os movimentos potencialmente anárquicos ou comunitários, como os *enragés* urbanos ou *La Grande peur* no campo.

4.2.2 Revolução mundial

A fórmula “revolução permanente”, presente em Marx na *Mensagem da Direção Central à Liga dos Comunistas* (1850) como “revolução em permanência” - por sua vez retomada dos historiadores da revolução – referia-se originalmente ao processo revolucionário de 1848 (na França e na Alemanha) e à chamada ao avanço para além das conquistas democráticas e liberais. Ela apareceu também n’*A Sagrada família*, ao referir-se a Napoleão como um continuador do terrorismo jacobino que

seguia considerando o *Estado* como um *fim em si* e via na vida burguesa apenas um tesoureiro e um *subalterno* seu, que não tinha o direito de possuir uma *vontade própria*. E levou a cabo o *terrorismo* ao por no lugar da *revolução permanente a guerra permanente*” (MARX, 2009, p. 142, grifos do autor).¹⁸²

São dois os usos da revolução permanente: no primeiro, uma utilização política e de programa e; no segundo, um uso historiográfico (TEXIER, 2005, p. 184).

A assimilação por parte de Gramsci da fórmula de revolução permanente, ao lado do jacobinismo, no parágrafo C sobre o qual nos detemos, trata de acentuar a criação de uma sociedade integralmente nova (a burguesa); e que a manutenção dessa sociedade depende de um “aperfeiçoamento” contínuo de sua estrutura

182

Sobre revolução permanente em Marx e Engels remeto a Texier (2005). Cf. também Löwy (1978, p. 133), que indicou o caráter impreciso desse uso de Marx e Engels na obra de 1845. Para Löwy, a fórmula seria amadurecida a partir de 1848-1850 quando a revolução permanente remeterá, grosso modo, ao período entre 1789-1793 e às constantes e subsequentes “convulsões sociais” cada vez mais radicalizadas. Ela foi utilizada pelos historiadores Boucheze e Roux, de onde – ainda seguindo Löwy - Marx parece ter extraído-a.

jurídico-constitucional e econômica. É a inserção do movimento no qual se realiza não mais uma expansão do Estado, mas “uma sofisticação interna e condensação das relações sociais com uma determinada forma de Estado” (THOMAS, 2009, p. 140).

E, dialeticamente, será o próprio movimento de “ampliação e aprofundamento” da base econômica da sociedade burguesa que potencializaria a emergência de formações capazes de romper com essa hegemonia. 1848 e 1871 seriam os momentos nos quais essas formações sociais, particularmente o proletariado urbano, voltam-se contra o Estado burguês procurando realizar historicamente o seu projeto de classe. Na fórmula breve e de grande força discursiva de Thomas (2009, p. 145), esses dois eventos demarcam uma crise orgânica na qual os subalternos, inseridos em um contraditório projeto que procurava “elevá-los e educá-los” nos termos exclusivos da classe que havia se tornado hegemônica. Com isso,

O burguês Dr. Frankenstein tinha involuntariamente convocado seu próprio inimigo. Esta é a versão de Gramsci da tese do Manifesto Comunista de que a burguesia prepara o seu próprio coveiro [...] [1848] foi uma crise de toda a formação social, tanto em seu “conteúdo” econômico como em sua “forma” política. Em certo sentido, a lógica do desenvolvimento histórico do período anterior seguiu em marcha à ré, em um retorno traumático à situação inicial. A magnanimidade otimista azedou em um parasitismo rabugento, o saldo entre coerção e consentimento foi inclinado à preponderância do primeiro, ou melhor, a redefinição do último como um “consentimento coercitivo” (ibid., p.145).

Enquanto o 1848 encerraria o movimento revolução-restauração na França, com a instituição do sufrágio universal e o conservadorismo da II República (1848-1852) em um movimento de estabilização conservadora que ficará mais evidente depois da Comuna de Paris; não obstante na Península itálica se vivenciasse uma fase democrática e popular, “momentos de vida intensamente coletiva e unitária no desenvolvimento nacional do povo italiano” (Q.19, §19, p. 2004-2005), ainda que caracterizado pela espontaneidade e pelo caos (CATONE, 2009 , p. 679).

A derrota popular nesse período deveria também ser explicitada pela situação internacional, como o conservadorismo da II República francesa podia demonstrar. A

fórmula de revolução permanente refere-se assim a um movimento centrípeto, cujo epicentro é a França com impacto na Europa e, portanto, a experiência original não poderia se repetir: a história subsequente é a reação ao jacobinismo¹⁸³.

4.2.3 A Revolução Francesa como uma mentalidade

Seguindo o argumento de Thomas (2009, p. 143), o trabalho teórico dessa fase da produção gramsciana consiste no amadurecimento da concepção de Estado integral, definido por ele como “um conjunto de relações para a produção do consenso, para a integração das classes subalternas no projeto expansivo de desenvolvimento histórico dos grupos sociais dirigentes”. Como conjunto de relações, o Estado integral é uma elaboração capaz de se contrapor ao Estado ético croceano, no qual a luta e a sociedade civil (como espaço de disputa), são subsumidos.

Será especialmente depois de 1930 que Gramsci valorizará o Iluminismo e o seu racionalismo. Com a reformulação do parágrafo A (Q. 1, 48) no qual a ideia do liberalismo e do direito natural era tratada simplesmente como mito do “bom selvagem”, na nova versão ele irá suplantará essa afirmação e afirmar que

O Iluminismo criou uma série de mitos populares, que eram apenas a projeção para o futuro das aspirações mais profundas e antigas das grandes massas, aspirações relacionadas com o cristianismo cristianismo e a filosofia do senso comum, mitos simplistas [...], mas que tinham uma origem realmente enraizada nos sentimentos e que, de toda forma, não podia ser controlado experimentalmente (Q.13, §37, p. 1642-1642).

183

Em Q. 1, § 151, *Rapporto storico tra lo Stato moderno francese nato dalla Rivoluzione e gli altri Stati moderni europei* [Relação histórica entre o Estado moderno francês nascido da Revolução e os outros Estados], escrito em maio de 1930, ele descreverá as fases que compõem esse movimento: “1º) Explosão revolucionária na França; 2º) Oposição europeia à revolução francesa e à sua expansão [...]; 3º) Guerra revolucionária da França com a República e com Napoleão e constituição de uma hegemonia francesa com tendência a um Estado universal; 4º) Levantes nacionais contra a hegemonia francesa e nascimento de Estados modernos europeus por ondas sucessivas, mas não por explosões revolucionárias como a original francesa” (Q.1, §151, p. 134).

O Iluminismo tem fundamentos concretos, afirma Gramsci, em um momento em que o fascismo recusava a cultura e a política francesa como abstração, mas também como terreno dos desvios e excessos democráticos. No país vizinho, por sua vez, o anti-fascista *Front populaire* era organizado a partir de 1932.

Croce, em *Storia d'Europa* (1932), não estava distante dessa forma de conceber a história francesa, isto é, como uma sucessão de “convulsões” que colocava em risco o desenvolvimento progressivo da liberdade. Ele atribuía ao “democratismo” jacobino - que exerceu “a tirania em nome do povo” e no lugar da liberdade e igualdade erigiu a servidão e a ditadura (CROCE, 1961, p. 33) – a origem da tendência permanente ao autoritarismo e despotismo naquele país.

Ao tratar dessa obra de Croce, que Gramsci leu no cárcere,¹⁸⁴ o marxista assinalará que para o filósofo napolitano o século XIX seria marcado pela luta pela liberdade, proposição que só poderia levar à conclusão de que a história precedente seria indistintamente autoritária e, portanto, a liberdade no século XIX era produto não da história e sim de uma abstração racionalista.

Essa obra estimulou Gramsci a retomar a Revolução Francesa e os jacobinos. Excluindo todo o movimento de luta e orientado por uma perspectiva liberal conservadora, para Gramsci o que podia se ler subjacente à leitura da história por Croce era uma tentativa de difundir uma ideologia capaz de “evitar o jacobinismo” na Itália, com a conservação dos antigos estratos feudais e de suas propriedades terreas, assim como as experiências políticas das massas populares tal como na França (Q.10, §9, p. 1227).

A Revolução Francesa havia criado uma “mentalidade” e sua forma aprimorada de Estado como economia + política não diz respeito apenas àquele país. O Estado como “tendência universal”, afirma Gramsci, depende também de sua formulação como um absoluto, o que foi feito pela filosofia alemã e essa é a filosofia que animou o liberalismo no século XIX. Gramsci retoma a formulação d'A

184

Em 9 de maio de 1932, Gramsci assinalou ter recebido a obra de B. Croce, inserindo-na como o mais recente produto da história especulativa croceana, apresentado pelo filósofo napolitano em um “linguagem crítica moderna”. L. 264.

Sagrada família e aproximou a máxima jurídica da “liberdade, igualdade e fraternidade” do idealismo alemão, considerando que aquilo que é política para as classes produtivas manifesta-se como racionalidade para os intelectuais (Q.1, §151, p. 134). Esta é a função exercida pelos intelectuais alemães idealistas: conceber o Estado como um “absoluto” e portador de uma tarefa histórica. A filosofia idealista permite, dessa forma, que se envie para os países que não passaram pela mesma experiência francesa e tiveram um outro desenvolvimento econômico local a mentalidade a qual se referiu Gramsci.

Nesse aspecto, a proposta de superação do economicismo encontra um ponto de apoio importante: historicamente, não é possível estabelecer uma relação de causalidade entre o desenvolvimento das forças produtivas e a consolidação do Estado liberal burguês. A própria história de criação do Estado moderno na Itália demonstraria que no lugar de coroar o desenvolvimento prévio das forças produtivas, o Estado atuou como catalizador desse desenvolvimento. Isso significaria atribuir certa autonomia às ideias e, ao mesmo tempo, concebê-las como uma força que pode interferir no fluxo da histórica (cf. BIANCHI, 2007).

4.3 HISTÓRIA E ANTI-HISTÓRIA

No III volume, ao tratar de Robespierre e do Thermidor, Mathiez classificará a República jacobina como um “acidente”: suas bases tornaram-se cada vez mais estreitas e passava a depender do vigor de poucos revolucionários. “As leis são impotentes para mudar de golpe a natureza humana e a ordem social”, isso depende de um longo tempo. Se a sociedade do século XVIII não estava ainda madura para a República e as leis se amparavam no “vácuo”, também era preciso considerar que Robespierre havia falhado por sua intransigência. A Revolução Francesa foi, para Mathiez (MATHIEZ, p. 248), “[e]xemplo memorável dos limites da vontade humana em luta contra a resistência das coisas”.

Ainda que tenha precisado com atenção as disputas políticas e a organização

das classes e dos fragmentos de classe durante a Revolução, em uma produção que procurava combinar a história política com a história econômica e social, Mathiez acenava para uma interpretação da República como um “acidente”. Isso significaria para ele que era preciso concluir a democracia em condições históricas mais favoráveis. Seria sob o âmbito do parlamentarismo da III República que a luta pela realização dos ideais do século XVIII deveriam ser buscado.

Tratar a Revolução, ou mais precisamente 1793, como um desvio histórico, em certa medida fundamenta-se em uma perspectiva na qual é a continuidade aquilo que caracteriza o movimento da história. Se a continuidade é o processo “normal”, aquilo que sugere uma reversão ou subversão da continuidade histórica não pode ser concebido senão como arbitrário ou anti-histórico.

Sob essa perspectiva, Mathiez continuava em certa medida a leitura de Michelet sobre os jacobinos, mas com um sinal de inversão: para o historiador do século XX, o grupo de Robespierre foi um “acidente”, mas positivo e impedido de seguir adiante pela “resistência das coisas”; para Michelet, foi uma arbitrariedade violenta que tentava se afirmar através de uma máquina de “massacrar”. Em comum, ambos reiteram a fase radical da Revolução Francesa como um fenômeno não previsto e de absoluta novidade, isto é, não germinado nas lutas e no movimento político que lhe antecedeu.¹⁸⁵

Para Gramsci, cada “forma de vida estatal” corresponde à historicidade da classe dominante e, por consequência, a tentativa de insurgência da classe dominada irá aparecer como anti-histórica ou mesmo como reacionária (Q.6, §125, p. 794). O “modelo” de interpretação da história que a identifica como “continuidade” ou “sucessão” de eventos conhecidos, apontará o italiano, pauta-se nas ciências naturais e no positivismo. Por consequência, o que não é previsto é tratado como “acidente”, desvio da normalidade.

185

Deve-se acentuar que Mathiez refere-se ao período do Terror como um acidente, forçado pelas circunstâncias tanto internas como externas, enquanto a derrota do Antigo regime seria o encerramento de um processo longo, “[j]á realizado nos espíritos muitos antes de se traduzir em atos” (MATHIEZ, 19[...], p. 20).

Por outro lado, o idealismo hegeliano era capaz de apreender a existência de “saltos” na história que são, no entanto, inseridos em um movimento histórico dialético. Mas, no historicismo croceano, o jacobinismo é tratado como anti-história. Isso poderia ser entendido apenas se se considerasse a posição política moderada do filósofo napolitano, quer dizer, sua historiografia é *moderada* no justo sentido político que a expressão comporta e sua filosofia é, assim, um hegelianismo “degenerado e mutilado” (Q.10, §6, p. 1220).

No Q.8, §27, tratando especificamente dos franceses radicais e da leitura croceana acerca dos mesmos, Gramsci argumenta que se a história é entendida sempre como um movimento de conservação e renovação, a questão é: o que se preserva do passado? Como em Marx, que se referiu à revolução como a ruptura de um invólucro formado pelas relações sociais de produção e, assim, tal ruptura é antecedida de um desenvolvimento (espiritual e material) da classe revolucionária, em Gramsci a revolução depende de uma dialética da história. Assim, para o italiano, o partido radical estava inserido em um desenvolvimento espiritual e material e, portanto, é também parte do passado – “que é uma coisa bem complexa”, formada por sedimentações e potencialidades históricas, “por elementos vivos e em desenvolvimento”.

Os jacobinos foram, assim, história e também anti-história. A questão que Gramsci pretende avançar é: como a anti-história se transforma em história? Ou, nos termos formulados mais tarde nos *Quaderni*, quando o arbitrário torna-se necessidade? (Q.10, §41, p. 1323).

Há um movimento no pensamento gramsciano no qual o realismo e a história se encontram: o realismo poderia ser demonstrado pela propagação da doutrina, sua difusão entre as massas, processo através do qual a filosofia torna-se história. Assim, o jacobinismo e seu programa econômico e social, em um longo processo e com a continuação por Napoleão, tornou-se real-razional, isto é, histórico. Portanto, o caráter realista desloca-se da análise da doutrina para sua efetividade, o que depende da prática política, isto é, de sua “*attività reale (politica e organizzativa)*” (Q.8, §27, p. 958). Sendo que tornar uma filosofia ou doutrina *história* depende da

política e atividade prática da classe, não se pode prever *a priori* sua vitória e tampouco sua derrota.

4.4 A LONGA REVOLUÇÃO: H. DE BALZAC NOS *QUADERNI*

Balzac pode ser conectado à Revolução Francesa por duas vias. Primeiro, será a transformação da sociedade francesa nas primeiras décadas do século XIX, em um período no qual se verificava ainda a instabilidade iniciada com o fim do Antigo regime, a matéria-prima de seus escritos. Em razão de sua crítica moral à nova ordem burguesa, ele trouxe à luz as mudanças então em curso de forma *realista* e, também afirmar¹⁸⁶á Marx, antecipou elementos que seriam plenamente desenvolvidos apenas mais tarde. O segundo ponto de ligação, relacionado ao primeiro, deriva do fato de que Balzac e sua literatura são produtos desse terreno nacional bastante particular, onde se desenvolveu um tipo de intelectual e de texto literário que expressava de forma candente a formação nacional-popular. Essa literatura efetivamente nacional e popular poderia ser produzida apenas nesse *locus* onde o intelectual exerceu uma função de organização da cultura e que acabara por fazê-la unitária, como comprova a acepção bastante particular que a expressão “povo” tem naquele país.

Nos *Cadernos*, o realismo balzaquiano será aproximado de certo “naturalismo” que Gramsci indicava como parte do ambiente intelectual e artístico francês da metade do século XIX e de influência comteana. A aproximação realismo – naturalismo enunciada por Gramsci ao tratar do literato permite ao marxista falar de uma “ciência” de Balzac. Esse termo “ciência” será usado de forma crítica, quando na verdade é possível dizer que se trata antes de uma proto-ciência balzaquiana (Q.14, §41, p.1698). Mas ele é também um “filósofo” realista: Gramsci seguia assim a tônica da crítica literária marxista que identificava o mérito de sua

¹⁸⁶

Harvey (2015) irá indicar, por exemplo, como em Balzac as dinâmicas de interação da sociedade parisiense com o espaço urbano anunciam toda a “tragédia” ligada à industrialização, então apenas em seu estado germinal.

obra no realismo, como defendeu Engels em uma importante carta, admirador do escritor assim como fora Marx (LÖWY, 1993, p. 13). Poderia se dizer assim que para Gramsci a relevância e a fragilidade dos escritos de Balzac resultam, ambos, de sua relação com o realismo.¹⁸⁷

Outrossim, é preciso dizer que a presença de Balzac nos *Cadernos* pode ser entendida também como um dos resultados de um “retorno a Marx” (FROSINI, 1999) verificável nos escritos carcerários a partir de 1930, que culminará em uma *svolta* filosófica plenamente desenvolvida em 1932 em sua elaboração acerca da filosofia da praxis. A partir de 1932, ele passará a formular a ideia de que a filosofia da praxis poderia ser entendida como unidade entre política, economia e filosofia ou, remontando à formulação engelsiana acerca das “três fontes do marxismo”: política francesa + economia inglesa + filosofia alemã, ou ainda, Robespierre + Ricardo + Hegel. Dessa feita, esse retorno aos fundamentos e fontes do marxismo significaria também uma nova visada acerca da política e pensamento francês.¹⁸⁸ Não seria a literatura elaborada no Hexágono, isto é, a França, justamente aquele tipo de produção na qual se manifestava, em toda sua potencialidade, o nacional-popular e Balzac aquele que foi capaz de captá-la de maneira realista?

De forma reveladora, não é nos argumentos acerca da crítica literária desenvolvidos no assim denominado Q. 23 que o escritor francês foi mais citado. Ele foi citado em importantes parágrafos do Q. 16, chamado *Argomenti di cultura*. 1º,

187

Balzac identificou no recurso narrativo de descrever a forma de representação por excelência da obra moderna (LUKÁCS, 1975, p. 136).

188

Thierry e sua leitura acerca da intermitente instabilidade francesa desde 1789, a qual atribui a origem às disputas entre a aristocracia franca e o povo gaulês, será também lembrado por Gramsci como uma das fontes da filosofia da praxis (Q.14, §39; Q.17, §43). A forma como Gramsci apresenta Thierry corrobora a ideia que pretendemos aprofundar na tese e que se refere à valorização, nos *Cadernos*, das “três fontes da filosofia da praxis”, dentro das quais a historiografia do período da Restauração (como, além de Thierry, Guizot e Mignet) assim como a linguagem política francesa (sobretudo Robespierre). No que tange a Thierry, não se tratava para Marx assim como para Gramsci de subscrever a existência de duas raças mas, como se sabe, entender a história a partir das lutas de classes. Particularmente para o italiano é revelante também avaliar o influxo da teoria de raças na cultura popular italiana e ele irá questionar se ela não estaria na origem de um nacionalismo popular. Sobre a ideia de galicismo democrático e sua circulação na cultura italiana do século XIX, ver Schirru (2011).

nos § 1 (*La religione, il lotto e l'oppio della miseria*) e § 13 (*Origine popolare del "superuomo"*). No primeiro, ele trata da origem da expressão "ópio do povo" e recorre a Balzac (de onde pode-se ler, novamente, uma inclinação a valorizar o francês como uma das fontes do pensamento de Marx). O segundo trata da ideia de super-homem presente em Friedrich Nietzsche e sua suposta origem popular e Gramsci irá apontar a contribuição do criador do personagem *Vautrin* para essa coleção de tipos, colocando-o ao lado de *Le Comte de Monte Cristo* de Dumas.

Gramsci questiona então se a formulação do filósofo acerca do super-homem teria sua origem na literatura popular e não na figura de Zaratustra. De fundo está a problemática acerca da circulação e trocas entre a "alta" cultura e a "cultura popular", entre filosofia e senso comum, expressa nesse mito moderno. Pode-se apreender que os textos balzaquianos são considerados em Gramsci através de suas tentativas de elaboração de uma história do pensamento, sobretudo refletindo sobre a capacidade que fragmentos do vasto repertório de personagens, comportamentos e cenários desenhados por Balzac teve se difundir e amalgamar na produção intelectual que lhe era contemporânea e também posterior. Se a literatura também é uma forma de registro, não é de menor relevância refletir se tais ideias presentes nos textos de Balzac não são manifestações, em forma de arte literária, do senso comum de uma época e assim conduzido a um terreno mais amplo – agora, a história da cultura.

Será a cultura francesa da primeira metade do século XIX, com Luís Filipe I e o liberalismo da Monarquia de Julho, a Revolução de 1848 seguida da II República, mais fortemente presente nos textos do período da prisão. Além de Balzac, ela será representada entre outros por Eugène Sue e seu famoso *Les Mystères de Paris* (publicado entre 1842-1843) e Alexandre Dumas e *Les Trois Mousquetaires* (1844), além de Victor Hugo e Emile Zola, esse último citado de maneira quase incidental, entre outros. Há referência também a um certo tipo de texto literário não-ficcional, com repertório extraído dos tribunais criminais e chamado *Nouvelles Causes Célèbres*, cujo primeiro volume foi publicado em 1842. Existem diferenças qualitativas entre essa literatura popular de folhetim e a produção de Balzac, o que a

crítica literária do século XX também reconhecia (cf. LUKÁCS, 1983, 1975) apesar de Gramsci ponderar que “também em Balzac há muito de romance de folhetim” (Q.16, §13, p. 1879). Entre intelectuais não-artistas, pode-se citar Pierre-Joseph Proudhon que no Q. 4, § 31 é discutido através da interpretação do também francês Georges Sorel¹⁸⁹ e Saint-Simon e sua difusão italiana no século XIX por meio da literatura de Eugene Sue, considerada plena de “saint-simonismo” em suas proposições econômico-políticas, além de positivismo (Q.3, §53, p. 334).

Assim, os intelectuais franceses do período e sua produção serão observados sobretudo através de sua capacidade de “participar” da história intelectual de seu tempo. E também, da própria história da cultura e, por meio dessa, da história em geral. A própria capacidade de influenciar a cultura e política italiana revelevam a Gramsci uma “qualidade” dos intelectuais do país vizinho: sua capacidade de organizar a cultura e delegá-la uma unidade, enquanto na Itália seu traço essencial era a desagregação (cf. BOELHOWER, 2002; SAPEGNO, 1975). Não por acaso a atenção particular a E. Sue, atribuindo aos seus livros “a primeira fonte de cultura política italiana” do século XIX com a introdução da ideia de reforma social moderna na perspectiva saint-simoniana. Ele não reconhecerá em Sue uma qualidade artística de primeira ordem, como também consideraram Marx e Engels, mas será atento ao escritor justamente por sua inserção na cultura política da Itália (GERVASONI, 1998, p. 107).¹⁹⁰

189

Interessante consideração neste parágrafo acerca do jacobinismo, no qual Gramsci busca as raízes históricas e sociais do antijacobinismo, tratando especificamente de Sorel: “Parece-me que não se pode compreender Sorel como 'intelectual revolucionário' se não se pensa a França depois de [18]70: os [18]70-[18]71 viram na França duas terríveis derrotas: aquela nacional, que pesou sobre os intelectuais burgueses e homens políticos, criando tipos como Clemenceau, quinta-essência do jacobinismo francês, e a derrota do povo parisiense da Comuna, que pesou sobre os intelectuais revolucionários e criou o antijacobinismo de Sorel: o curioso antijacobinismo de Sorel, sectário, mesquinho, anti-histórico é trazido pela carnificina popular de 71, é anti-thiersismo. O 71 destruiu o cordão umbilical entre o novo povo e a tradição de 93: Sorel pretendia ser o representante dessa tendência, mas não conseguiu”.

190

Gramsci citará novamente *A Sagrada família*, de onde extraiu a parte mais substancial de sua análise de Sue e da obra *Mysteres de Paris*. Na obra, Marx e Engels (2009) criticam os neo-hegelianos que saudaram o realismo do escritor francês apontando a reprodução da moral cristã e a lógica especulativa subjacente à construção dos personagens e da trama de *Mysteres* (Q.3, §53, p. 335).

Será sua formação francófila lembrada no período carcerário, cultura essa compartilhada em especial com seus companheiros do *L'Ordine nuovo* semanal e sobretudo com A. Tasca. Ela se referenda sobretudo no instável século XIX francês, terreno no qual de forma quase cíclica à ruptura da ordem se segue o reforço inaudito de sua recomposição política em um movimento que iniciado em 1789 pode ser considerado encerrado apenas na I Guerra mundial (Q.13, §17, p.1582).

Como afirmado anteriormente, a literatura insere-se em uma reflexão acerca história da cultura. Quer dizer, ela permitia avançar na compreensão da “vida cultural nacional”; dessa forma interessava a ele a saber porque uma obra é lida ou é popular; ou o contrário, porque não é popular. A questão central seria assim a ausência de uma literatura de massa na Itália, dotada de conteúdo realista (ao menos desde o Renascimento) e com abertura às formas da cultura moderna. Tal ausência remeteria aos traços culturais e sociais mais fundamentais da Península. O seu caráter cosmopolita, ligado ao papel da Igreja e depois ao Renascimento, fez dos intelectuais um grupo destacado do povo e dos problemas da “vida nacional”. Os grupos intelectuais foram ainda isolados mais tarde em uma tradição acadêmica, tornando-se uma “casta” e, assim, por consequência, pode-se falar da ausência de uma literatura italiana nacional-popular (SAPEGNO, 1967, p. 267).

Mas é preciso apontar que se, para Gramsci, o texto literário é um “documento” ou “material” de uma pesquisa não literária, ele não é redutível a esse aspecto instrumental. A literatura foi tratada também se considerando o valor artístico e sua particularidade como produção humana que reside no fator estético. A atenção delegada a esse campo de análise da arte, influenciada pela estética croceana ainda que não tenha a retomado integralmente, era vinculada com a proposta de se investigar os nexos dialéticos da arte com os aspectos da vida que a circundam. De Sanctis foi, assim, apresentado como o crítico exemplar por fazer dessa atividade uma luta cultural, mas fazendo-o de tal forma que a luta é um elemento da atividade de crítica e a proposição de uma nova cultura não era exterior à análise da obra em si, isto é, da investigação da estrutura e organização lógica-formal dada àquela “massa de sentimentos representada artisticamente”. Portanto,

não era em Croce ou Carducci, mas em De Sanctis que se encontra o “tipo de crítica literária própria da filosofia da práxis”, que deve fundir a “luta por uma nova cultura, isto é, por um novo humanismo, a crítica dos costumes, dos sentimentos e das concepções de mundo, com a crítica estética ou puramente artística” (ibid., p. 277).

Há então uma identificação com De Sanctis e com a forma como ele tratou as relações entre literatura e os elementos sociais e históricos. Porém, nas considerações de Gramsci sobre literatura não se trata mais, como De Sanctis, de apenas estabelecer nexos entre obra e a realidade moral e política e sim entender a dialética entre literatura e a estrutura econômica e social. A questão dos intelectuais emerge como uma forma de tratar dessa dialética, inserida na reflexão sobre as relações entre estrutura e superestrutura que anima grande parte do esforço intelectual de Gramsci. No caso da literatura, pode-se assim pensar nas relações entre a organização da classe e grupos dirigentes e a função dos intelectuais dessa classe em exprimir e elaborar uma realidade cultural, manifesta na moral, nos gostos, na linguagem, etc; materializadas em obras singulares que são concomitantemente elementos determinados por uma dada realidade social e criadores de uma realidade nova ou, também, mantenedores do estado das coisas (ibid., p. 276).

A literatura apresenta-se assim sob uma dimensão dupla: como documento-registro, capaz de contribuir para a análise social e histórica; como criação estética, cujo o trabalho de crítica literária próprio da filosofia da práxis deveria integrar uma análise de sua estrutura/composição com a luta por um outra cultura ou “novo humanismo”. A crítica literária encontra-se então com a política (ainda que a arte não deva ser avaliada em função de seu conteúdo político), de modo que a recusa à existência de uma posição contemplativa ou imparcial sobre a arte.

Se a crítica encontra-se com a política, como Gramsci entendia a relação arte e política? A forma como tratou Balzac oferece interessante indicações para nos aproximarmos desse tema. No Q.14, §41 Gramsci confronta um artigo de Paul

Bourget,¹⁹¹ crítico literário opositor do naturalismo e próximo da *Action française*, de quem divergira sobre a leitura de Balzac. O artigo sobre o qual Gramsci se referia nesse parágrafo partia de um suposto historicamente fundamentado, o monarquismo legitimista de Balzac, e o crítico tentava então apontar as implicações do pensamento político no trabalho literário. Ao final, Bourget inseria os romances do autor ao lado dos trabalhos de “Bonald, Le Play, de Taine”, depois de apontar em sua obra uma gênese do romance positivista.

Tratava-se, assim, localizar a obra balzaquiana na galeria dos textos conservadores, ao que Gramsci irá se opor recorrendo, em um primeiro plano, à valorização engelsiana da obra de Balzac. Para isso, ele argumentará sobre uma “cisura” entre Balzac e sua obra. Enquanto Bourget pretendia fazer convergir integralmente a posição política reacionária do francês com seu texto, Gramsci irá considerar que a orientação política do autor deveria ser entendida como extra-artística, apreensível em formulações exteriores e não como núcleo do romance. Existe então uma distinção, ao menos de nível metodológico ou analítico, entre o autor e a obra ou, ainda, entre os elementos da própria ordem da criação artística daqueles que lhe são exteriores. Vejamos como Gramsci argumenta.

Ele citará um fragmento pré-textual, o Prefácio à *Comédia humana*:

o animal é um princípio que ganha sua forma exterior, ou melhor, as diferenças de sua forma, nos meios onde ele é levado a se desenvolver. As espécies zoológicas resultam dessas diferenças... Penetrado esse sistema, vi que a sociedade parece com a natureza. Não faz ela o homem, segundo os meios onde a sua ação se desenvolve, tanto homens diferentes quanto são as variedades zoológicas?...[...] existirá sempre espécies sociais como há espécies zoológicas. As diferenças entre um soldado, um operário, um administrador, um ocioso (!), um sábio, um homem de Estado, um comerciante, um marinheiro, um poeta, um pobre (!), um padre, são tão consideráveis como aquelas que distinguem o lobo, o leão, o burro, o corvo, o tubarão, o leão marinho, o bezerro (Q.14, §41, p.1698, grifos do autor).

A pretensão de Balzac de reproduzir em forma artística a “fauna” humana, a

191

Artigo é *Les idées politiques et sociales de Balzac*, publicado na “Nouvelles Littéraires” em 8 agosto 1931.

partir de uma definição determinista das diferenças entre os homens, é claramente tratado como ingenuidade científica ou um naturalismo, ou como “proto-ciência”. O ponto central é o comportamento do autor em relação aos tipos que irá criar (e não descrever), de forma que se pode pensar que esse projeto é deixado ao lado de sua produção. Isso porque na *Comédia humana*, o terreno sócio-histórico é tudo menos unívoco, o que Gramsci reconhece afirmando que a existência desse “quadro geral” como um pressuposto não diminui em nada sua qualidade artística.

Esse é um juízo que o aproximará, em certa medida, daquele emitido por Lukács. Ao tratar de *Les Paysans* (1844) de Balzac, esse irá demonstrar como, não obstante o romancista tenha como ponto de partida uma defesa da organização latifundiária rural, a despeito disso o que emerge é uma crítica também da moral dessa aristocracia do campo, isso porque ele,

Como inexorável observador da história da sociedade francesa, compreende muitos aspectos dos movimentos sociais e das tendências evolutivas, produtos da dialética econômica da pequena propriedade. A grandeza de Balzac consiste em [...] contemplar com os olhos incorruptíveis a antinomia manifesta, a controla e a descreve. Balzac vê naturalmente nesta antinomia a *ruína do mundo*. No entanto, ele a vê a descreve igualmente, e com ajuda dela sua análise se estende no porvir. Ele pode retratar, pode-se dizer contra sua vontade, a tragédia da pequena propriedade e ao mesmo tempo mostrou, expressando com personagens vivos também aquelas condições sociais que terminaram por criar a caricatura jacobina de 1848, a caricatura dos tempos napoleônicos (LUKÁCS, 1965, p. 55).

Para o húngaro, o escritor pertence à geração de intelectuais que descobriram a luta de classes (junto com Guizot e Thierry, por exemplo) e que deu o último suspiro antes da degenerescência burguesa. Seu mérito foi o de permitir que as formas sociais aparecessem em conflitos entre personagens, envolvidos em divergências de interesses que eram correspondentes à sua classe social (ibid., p.

192

O antijacobinismo que ganha forma nos romances de Balzac pode ser explicitado por exemplo pelo *Un épisode sous la Terreur* (1842), publicado *Scènes de la vie politique* da *Comédie humaine*. No conto, recorrendo ao suspense, Balzac narra a trajetória de uma personagem perseguida e hostilizada por “cidadãos” apoiadores dos jacobinos – ela uma representante da aristocracia, católica e monarquista (BALZAC, 1955).

59).

Aqui existe então uma superação daquela distinção de ordem analítica ou metodológica sobre a qual nos referimos anteriormente: embora seu “programa político” conservador não deva ser um cânone para a análise da obra balzaquiana, ele é importante para se reconstruir o seu “mundo poético”. É o seu “desencanto” em relação à modernidade capitalista, compartilhado com toda uma geração, que formata seu realismo. Por ser realista, Balzac pode perceber que o “homem é todo o complexo das condições sociais nas quais ele é desenvolvido e vive, que para “mudar” o homem ocorre mudar esse complexo de condições” (Q.14, §41, p. 1699).

A presença de Balzac nos textos carcerários faz-se ainda por uma investigação conduzida por Gramsci acerca da origem da ideia de ópio do povo, utilizada por Marx; e do mito de super-homem presente em Nietzsche. Ambas referem-se assim a atenção delegada por Gramsci à história das ideias ou conceitos, entendendo que as formulações circulam entre diferentes estratos sociais e encontram diversas formas de manifestação, literatura, filosofia, senso comum, religião, etc. Assim, a literatura balzaquiana haveria contribuído com a formulação da ideia de ópio do povo. Será no conto *Un ménage de garçon* que o francês utilizou a expressão “ópio da miséria”. Ali, são os jogos de azar (e não a religião, como em Marx) que permitiria aos “miseráveis algumas horas de esperança ao apostar na roleta e cinco dias ao jogar na loteria” (Q.8, §209, p.1067).

A aproximação entre essa “função social” dos jogos de azar com a religião haveria passado por uma mediação de Pascal. Ele identificou entre os jogos de azar e religião uma similaridade subjacente, que apesar de dizerem respeito à diferentes ordens de ação humana têm em comum o fato de serem “pensamentos envergonhados”. Pascal, ainda segundo Gramsci, pretendia legitimar e justificar um modo de pensar popular, a saber, a religião como um certo tipo de aposta na qual será mais vantajoso crer do que se manter cético, posto que de acordo com o pensamento cristão popular (Gramsci citará o giansenismo) caso a aposta se confirme, o ganho se estenderá para a eternidade (Q.8, §228, p.1085; Q.8, §230, p. 1086).

Será ainda através dessa perspectiva (de história das ideias ou dos conceitos) que Gramsci tratará de Balzac e do mito do super-homem. Isto é, o escritor francês é lembrado por meio de uma abordagem indireta e dos aspectos marginais, e mesmo exteriores, de sua obra – o que, para Sapegno (1967, p. 276), pode ser considerado um procedimento típico da abordagem da literatura por Gramsci. O que Gramsci explorará é a hipótese de que a ideia de super-homem de Nietzsche, mais do que uma filosofia que se contrapõe à moral convencional, talvez seja antes a expressão filosófica do pensamento popular manifesto na literatura de apêndice. Quer dizer, sua origem estaria não em Zaratustra ou na “alta cultura”, mas na produção popular. Essa ideia poderia ser encontrada em Balzac, no Montecristo de Dumas, em Stendhal e no culto a Napoleão e no influxo racista originado em Gobineau e no pangermanismo com sua teoria de potência e doutrina da força. O mito de super-homem seria assim parte da literatura popular e com influxos na vida real e nos costumes: “a pequena burguesia e pequenos intelectuais são particularmente influenciados por tais imagens romancescas, que são para ele como o seu “ópio, o seu “paraíso artificial” em contrates com a mesquinhez e estreiteza de sua vida real imediata” (Q.16, §13). Os temas dialogam entre si: é o super-homem que se torna agora o ópio de um determinado estrato social. E eles apresentam esforços de Gramsci de mostrar como o senso comum encontra a literatura e a filosofia (em duas situações – a ideia de “ópio do povo” de Marx e o “super-homem” de Nietzsche.)

Nesse aspecto, é importante ressaltar que para Gramsci uma obra é tanto mais “artisticamente popular quanto mais seu conteúdo [...] é aderente à moralidade, à cultura, aos sentimentos nacionais, isso não em um sentido estático mas sim como uma atividade em contínuo desenvolvimento” (SAPEGNO, 1967, p. 274) e de forma complementar não será pela estética que a obra foi valorizada e sim pelo fato de seu conteúdo estar fundido com esses sentimentos que ele chamou de nacional-popular.

O sentimento nacional-popular francês foi produto de uma longa reforma intelectual-moral, para a qual confluíram a filosofia e a política revolucionária do século XVIII. Os jacobinos estabeleceram uma unidade, mobilizando as ideias de nação, pátria e de *povo* como uma entidade una e também recorrendo a uma política econômica bastante eficaz no que diz respeito à capacidade de mobilizar a adesão e o consenso de diferentes estratos do III Estado (Q.16, §9, p.1864).

A “nova civilização” construída pela Revolução combinou, em um primeiro momento, mudanças também na “alta cultura”, como demonstra a filosofia hegeliana do direito. Ela deu origem, portanto, ao historicismo moderno e está, dessa forma, na gênese da filosofia da práxis. E foi capaz de alcançar os mais amplos estratos sociais, como os camponeses. Isso por meio de uma adesão orgânica, não apenas de cunho político ou econômico, mas também cultural (Q.16, §9, p.1859-1860).

A capilaridade dessa civilização pode ser atestada na persistência, mesmo que pouco esmaecida ou sob nova aparência, das premissas de 1789 na literatura balzaquiana. É o positivismo, como uma herança “degenerada” do Iluminismo e do século das enciclopédias, que faz com que o escritor do século XIX seja também um participante da longa revolução. E, de forma contraditória, sua literatura é ao mesmo tempo uma manifestação daquele espírito nacional-popular, que ligava organicamente os intelectuais ao povo-nação, e uma recusa à república e à moral burguesa que, para Gramsci, havia justamente forjado o espírito nacional-popular francês.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O partido jacobino e a ideia de nação-unitária aparecem organicamente vinculados na análise de Gramsci sobre a França. Os jacobinos seriam portadores de um programa centralizador e de uma estratégia que consistia em construir e solidificar o *povo* francês, uma entidade forjada a partir do heterogêneo III Estado. O partido do século XVIII “colocava-se ao centro de todos os interesses da vida

individual” (Q.14, §10, p.1664) e por isso foi exitoso em dirigir a burguesia para uma posição mais avançada do que aquela que essa alcançaria apenas com a defesa de seus interesses corporativos.

A ideia de centralização jacobina tem sido problematizada pela historiografia contemporânea. Renard (2015, p. 28) argumenta que “no pensamento jacobino, não existe centralismo exacerbado como no bonapartismo. Ao contrário, a república jacobina teve de encontrar retransmissões locais para reforçar e estabilizar o poder”. Assim, seria a descentralização o elemento central da estratégia jacobina.

Gramsci havia reconhecido que os jacobinos eram realistas, isto é, sua atividade era “circunscrita às [...] circunstâncias e não idolatradas” (Q.16, §9, p. 1864), sendo assim, a utilização da estratégia dependia de sua eficácia. Ele também notou que a centralização foi obtida com Napoleão I, na mesma linha portanto de Renard (2015).

O historiador argumentou ainda ser equivocado considerar que a indivisibilidade da soberania popular, tal como propagado pelos jacobinos, conduz imediatamente à centralização. Por que a indivisibilidade do povo soberano não poderia ser combinada com um Estado descentralizado, uma vez que a ideia de corpo unitário não é incompatível com os mecanismos operados pelos republicanos do século XVIII, isto é, os clubes espalhados pelo país?

Biard (2010, p. 54), por sua vez, objeta que mesmo a palavra *centralização* (e, por consequência, descentralização) é anacrônica se aplicada ao século XVII-XVIII: será mais tarde que ela figurará no sentido de unificação associada à política. Portanto, ele afirma categoricamente que o jacobinismo não foi uma “ideologia centralizadora” e tão pouco a monarquia que a antecedeu.

A direção exercida pela pequena burguesia urbana sobre o campesinato, o que está vinculado à centralização, tem também sido objeto de controvérsias recentes. No que diz respeito à atuação dos camponeses no contexto da República jacobina, tem se acenado a uma certa autonomia do campo em relação à cidade. Como sustentou Ado (2012, p. 384), poderia se falar da existência de um projeto do campesinato antagônico aos jacobinos. A defesa pela distribuição comunitária dos

bens, por exemplo, dirigia-se contra os limites bastante restritos da reforma agrária fundamentada pela venda de terras executada pela República jacobina.

Ao reiterar a propriedade privada como o meio de usufruto da terra, acabou-se por criar novas desigualdades no campo ao que, em muitas pequenas vilas rurais, se seguiram fortes reações (JESSENNE, 2010, p. 260).

Cotejando a centralização/centralidade jacobina e a participação do campesinato em Gramsci com a historiografia contemporânea, pode-se verificar que o marxista acenou para um conjunto de problemáticas que está longe de ser esgotado. Isto é, ele abordou questões que são de grande relevância e sua interpretação é capaz de inspirar a leitura da história francesa produzida no presente.

A análise de um evento histórico é melhor sucedida quanto mais este é individualizado, de modo que, ao final, fique patente toda sua excepcionalidade e unicidade. Poderia se afirmar, assim, que a relevância da reflexão gramsciana sobre o tema não pode ser dimensionada em razão da maior ou menor “veracidade” de suas formulações.¹⁹³ Ao contrário: embora ele tenha reconhecido que operar sobre o passado significa essencialmente individualizar os eventos, não tratá-los em bloco, e tenha preocupado-se em estabelecer tais “excepcionalidades”; foi ao estabelecer ilações, aproximações e generalizações que ele pode contribuir de maneira original com o tema.

A partir da análise da história concreta e por meio de um processo de elaboração teórica-abstrata inspirada pelo imanentismo e atento aos conflitos, às dinâmicas de dominação e aos elementos objetivos, ele formulou categorias teóricas-analíticas para o estudo da política. A França e seu passado servir-lhe como fundamento empírico para a teoria política gramsciana.

É preciso ainda considerar que se ele parte da história como dado empírico, também seu pensamento detém uma historicidade. Gramsci “contemporiza” o passado francês. E o faz através de um movimento de elaboração e re-elaboração,

193

Não pretende também afirmar que o historiador deva, necessariamente, deter-se à individualização do evento, sem realizar generalizações.

que forma uma trajetória. Ao se considerar esse aspecto, trata-se ainda de pensar sobre a linearidade do tempo. Somos conduzidos novamente ao domínio da história.

Ao pensar sobre as relações entre o texto gramsciano e o seu tempo de formulação, procurou-se dar ênfase às mudanças como forma de captar a trajetória da reflexão. Sob inspiração do debate contextualista, em especial Skinner (1969) e Koselleck (1985; 2002), pretendeu-se assumir a mudança e a mutabilidade do pensamento como uma característica essencial do mesmo. A centralidade atribuída às mudanças, concomitante ao esforço de identificar os elementos permanentes, e a proposta de exposição dos resultados através de uma cronologia, deriva de uma tentativa de refutar o que Skinner chamou de “mitologia da coerência”.

Essa mitologia consistiria em tratar o pensamento de um autor como um sistema fechado, definido e definitivo, como se a sua definição ou “conclusão” tivesse sido elaborada desde sua gênese. O pensamento não é um sistema fechado, e conceber assim a reflexão de Gramsci seria obliterar o que há de mais significativo: ele é um homem da política, sua produção visa interferir no debate que lhe é contemporâneo e que também não é estático.

Koselleck (1985; 2002), por sua vez, indicou um caminho para abordar o jacobinismo como um conceito dotado de historicidade. As disputas por seu sentido, em plena ebulição entre as décadas de 1920-1930, deveria ser um elemento a articular o estudo de Gramsci. O marxista participa dessa disputa conceitual, que é teórica-histórica, mas essencialmente política.

Mas, se o conceito é sincrônico e comporta uma linearidade, ele é também diacrônico. Ao tratar dos jacobinos, Gramsci busca recuperar sua origem histórica, isto é, recorre aos estudos históricos como parte da disputa acerca de seu sentido. Depois disso, ele é incorporado ao seu léxico político. Nesse processo, lida com os diferentes sentidos ou conteúdos que o jacobinismo possuiu no decorrer de dois séculos (XVIII-XIX).

A atualização do jacobinismo, que permitia falar de jacobinos do século XX (os bolcheviques), demonstra que a Revolução Francesa não era um elemento somente do passado. Ela compõe o compósito tempo presente. Gramsci recorreu a

essa multiplicidade e convergência de diferentes tempos históricos ao tratar do lastro da Revolução Francesa, de sua atualidade no século XIX em um domínio mais amplo do que aquele das instituições políticas criadas a partir de 1789, como a literatura de Balzac demonstra.

O passado é “algo bem complexo”, ele afirmou, considerando que nenhuma força histórica se efetiva de forma completa imediatamente. Nesse sentido, sua realização se estende ao tempo futuro, daí poderia se considerar que tanto essa força impõe um cenário de potencialidades ao tempo em que surgiu, como também pode permanecer como “peso dos mortos” a esmagar as novas gerações. Como formulado por Daniel Bensaid, o tempo comporta discordâncias, não é linear, mas formado por um amalgamado do passado que resiste e das potencialidades do futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADO, Anatoli. *Paysans en révolution: Terre, pouvoir et jacquerie (1789-1794)*. Paris: Société des études robespierristes, 2012.

- AGOSTI, Aldo. *Il partito mondiale della rivoluzione: saggi sul comunismo e l'Internazionale*. Milano: Unicopli, 2009.
- ANTONINI, Bruno. Jaurès historien de l'avenir: gestation philosophique d'une "méthode socialiste" dans l'Histoire socialiste de la Révolution française. *Annales historiques de la Révolution française*, n. 337, Armand Colin, Société des études robespierristes, 2004.
- ARECO, Sabrina. Antonio Gramsci e Albert Mathiez: jacobinos e jacobinismo nos anos de guerra. *Revista Outubro*, n. 24, 2º semestre, 2015a: p. 37-60.
- _____. Antonio Gramsci e o Estado nacional no *L'Ordine Nuovo*. *Anais do XXX Congresso Latinoamericano de Sociología – ALAS*. San José, Costa Rica, 2015b.
- ARFÉ, Gaetano. *Storia del socialismo italiano (1892-1926)*. 2 ed. Torino: Einaudi, 1965.
- ASOR, ROSA, A. La cultura. *Storia d'Italia*, v. 4, tomo II. Torino: Einaudi, 1975.
- AULARD, Alphonse. *Le culte de la raison et le culte de l'être suprême (1793-1794)*. Paris: Félix Alcan, Éditeur, 1892.
- BADALONI, Nicola. Gramsci: a filosofia da práxis como previsão". In: HOBBSAWN, Eric (org). *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BALZAC, Honoré de. *A comédia humana*. Porto Alegre, RS: [s.n.], Globo, 1955.
- BIANCHI, Alvaro. Gramsci além de Maquiavel e Croce: Estado e sociedade civil nos "Quaderni del carcere". *Utopia y Praxis Latinoamericana*, 2007, vol.12, n.36, p. 35-55.
- _____. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.
- BIARD, Michel. Quelle "centralisation jacobine" ?. In: BIARD, Michel (org.). *La Révolution française. Une histoire toujours vivante*. Paris: Tallandier, 2010, p. 53-63.

BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. *Profilo ideologico del Novecento italiano*. Torino: Einaudi, 1986.

BOELHOWER, William Q. Antonio Gramsci's sociology of literature. In: MARTIN, James (Ed.) *Antonio Gramsci: critical assessments of leading political philosophers*. London; New York: Routledge, 2002.

BOOTHMAN, Derek. *Traducibilità e processi tradutivi*. Perugia: Guerra, 2004.

BOUJOU, Marie-Cécile. L'Histoire dans la culture militante communiste en France, 1921-1939. *Cahiers du CRHQ*, 2012, p.1-23.

BRANDIST, Craig. The cultural and linguistic dimensions of hegemony: aspects of Gramsci's debt to early Soviet cultural policy. *Journal of Romance Studies*. v. 12, n. 3, 2012: p. 24-43.

BURGIO, Alberto. *Gramsci storico: una lettura dei Quaderni del carcere*, v. 1165. Roma: Laterza, 2003.

BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989*. São Paulo: Unesp, 1992.

CATONE, Andrea. Quarantotto. In: LIGUORI, Guido. VOZA, Pasquale. *Dizionario gramsciano*. Roma: Carocci, 2009.

CLARK, Martin N. Il concetto gramsciano di rivoluzione (1919-1920). In: ROSSI, Pietro (a cura di). *Gramsci e la cultura contemporanea*. Atti del convegno internazionale di studi gramsciani tenuto a Cagliari il 23-27 aprile 1967. Roma: Riuniti, 1975. Il vol.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. Socialismo e democracia: a atualidade de Gramsci. In: AGGIO, Alberto (Org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Unesp, 1998.

CROCE, Benedetto. *Teoria e storia della storiografia*. Bari: G. Laterza, 1920.

_____. *Storia del regno di Napoli*. Bari: G. Laterza, 1925.

_____. *Storia d'Europa nel secolo decimono*. Bari: G. Laterza, 1961.

CUOCO, Vincenzo. *Saggio storico sulla rivoluzione di Napoli*. 2 ed. Napoli: Lombardi, 1863.

DALINE, Victor. Historique de l'étude de la Révolution française em URSS. In: NAROTCHNITSKI, A (rédacteur em chef). *La Révolution française et la Russie*. Union Soviétique: Editions du Progrès, 1989.

DE FRANCESCO, Antonino. *Mito e storiografia della "Grande Rivoluzione": la Rivoluzione francese nella cultura politica italiana del'900*. Roma: Guida Editori, 2006.

DEL ROIO, Marcos. *Os prismas de Gramsci: a fórmula política da frente única (1919-1926)*. São Paulo, SP: Xamã, 2005.

DI BIAGIO, Anna. Hegemonia leninista, hegemonia gramsciana. In: AGGIO, Alberto; HENRIQUES, Luiz Sérgio; VACCA, Giuseppe (orgs.). *Gramsci no seu tempo*. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

D'ORSI, Angelo. *Le idee dell'Italia: il pensiero politico italiano dall'Unità ad oggi*. Bruno Mondadori: Milano, 2011.

DUMAS, Jean-Louis. Jean Jaurès et la philosophie de l'histoire. *Revue Philosophique de la France et de l'Étranger*, v. 163, p. 17-26, 1973.

FIORI, Giuseppe. *A vida de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1979.

FINOCCHIARO, Maurice A. "Gramsci, the First World War, and the Problem of Politics vs Religion vs Economics in War." *Critical Review of International Social and Political Philosophy* 8.4 (2005): 407-419.

FRANCIONI, Gianni. *L'officina gramsciana: ipotesi sulla struttura dei "Quaderni del carcere"*. Napoli: Bibliopolis, 1984.

FRIGUGLIETTI, James. Albert Mathiez, an Historian at War. *French Historical Studies*. v. 7, n. 4, p. 570-586, 1972.

- _____. *Albert Mathiez, historien révolutionnaire (1874-1932)*. Paris: Société des études robespierristes, 1974.
- _____. La querelle Mathiez-Aulard et les origines de la Société des études robespierristes. *Annales historiques de la Révolution française*. N. 353. Armand Colin, Société des études robespierristes, 2008.
- FROSINI, Fabio. Il 'ritorno a Marx' nei 'Quaderni del carcere' (1930). *Problemi*. Periodico quadrimestrale di cultura, n. 111, 1999, pp. 106-129.
- _____. L'immanenza nei Quaderni del Carcere. *Isonomia*, v. 1, p. 1-36, 2004.
- _____. *La religione dell'uomo moderno: politica e verità nei Quaderni del carcere di Antonio Gramsci*. Roma: Carocci, 2010.
- _____. Ideologia em Marx e em Gramsci. *Educação e Filosofia*, v. 28, n. 56, 2014.
- FURET, François. *Penser la Révolution française*. Paris: Gallimard, 1978.
- _____; OZOUF, Mona. *A Critical Dictionary of the French Revolution*. Harvard: University Press, 1989.
- GALASTRI, Leandro. Revolução passiva e jacobinismo: uma bifurcação da história. *Filosofia e Educação*, v.2, n.1, 2010, p. 101-126.
- _____. *Gramsci, marxismo e revisionismo*. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.
- GAUTHIER, Florence. Albert Mathiez, historien de la Révolution Française. *Annales historiques de la Révolution française*. n. 353, juillet-septembre 2008.
- GERVASONI, Marco. *Antonio Gramsci e la Francia: dal mito della modernità alla "scienza della politica"*. Milano: Edizioni Unicopli, 1998.
- GOUSSOT, Alain. Jaurès et les intellectuels italiens. In: REBÉRIOUX, Madeleine. *Jaurès et les intellectuels*. Paris: Editions de l'Atelier, 1994.

GRAMSCI, Antonio. *Lettere dal carcere*. A cura di Sergio Caprioglio e Elsa Fubini. Torino: Einaudi, 1965.

_____. *Socialismo e fascismo*. L'Ordine Nuovo (1921-1922). Torino: Einaudi, 1966.

_____. *La costruzione del Partito comunista* (1923-1926). Einaudi: Torino, 1971.

_____. *Scritti politici*, a cura di Paolo Spriano. Roma: Editori Riuniti, 1973 (3 v.).

_____. *Quaderni del carcere*, edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 1975.

_____. *La città futura* (1917-1918), a cura di Sergio Caprioglio. Einaudi: Torino, 1982.

_____. *Il nostro Marx* (1918-1919), a cura di Sergio Caprioglio. Torino: Einaudi, 1984.

_____. *L'Ordine Nuovo* (1919-1920), a cura di Valentino Gerratana e Antonio A. Santucci. Torino: Einaudi, 1987.

_____. *Escritos políticos*, organizado por Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004. 2 v.

GRANDMAISON, Olivier. *Les citoyenneté en révolution: (1789-1794)*. Paris: Univ. de France, 1992.

GUENIFFEY, Patrice. Sufrágio. In: OZOUF, Mona; FURET, François (orgs). *Dicionario crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

HARVEY, David. *Paris: capital da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015.

HOBBSBAWM, Eric. *Ecos da Marselhesa: dois séculos reveem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

JAUME, Lucien. *Le religieux et le politique dans la Révolution française: l'idée de régénération*. Paris: PUF, 2015.

- JAURÈS, Jean; DUCANGE, Jean-Numa (org.). *Le socialisme et la Révolution française*. Paris: Demopolis, 2010.
- JESSENNE, Jean-Pierre. Une Révolution sans ou contre les paysans? In: BIARD, Michel (org.) *La Révolution française*. Une histoire toujours vivante. Paris: Tallandier, 2010.
- KAUTSKY, Karl; DUCANGE, Jean-Numa (org.). *Le socialisme et la Révolution française*. Paris: Demopolis, 2010.
- KONDRATIEVA, Tamara. *Bolcheviks et Jacobins*. Paris: Payot, 1989.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futures past: on the semantics of historical time*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1985.
- _____. *The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts*. Stanford: Stanford University Press, 2002.
- KRITSCH, Raquel. Estado e sociedade civil na teoria política: alguns paradigmas, muitas trajetórias. *Política & Sociedade*, 13.28 (2014): 225.
- LA PORTA, Lelio. Rivoluzione francese e democrazia: una ricognizione sul concetto gramsciano di giacobinismo. *Studi Storici*. n. 2 , p. 511-524, Apr.- Jun., 1990.
- LEMMI, Francesco. *Le origini del Risorgimento italiano: 1789-1815*. Milano: U. Hoepli, 1906.
- LEPRE, Aurelio. *O prisioneiro: a vida de Antonio Gramsci*. São Paulo: Record, 2001.
- LIGUORI, Guido. Estado e sociedade civil de Marx a Gramsci. *Revista Novos Rumos*, n. 46, 2012.
- LOMBROSO, Cesare. La Delinquenza nella Rivoluzione Francese. *La Vita italiana durante la Rivoluzione francese e l'Impero*. Milano: Fratelli Treves, 1897.
- LOSURDO, Domenico. *Antonio Gramsci: do liberalismo ao comunismo crítico*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

LOUVRIER, Julien. Marx, le marxisme et les historiens de la Révolution française au XXe siècle, *Cahiers d'histoire*. Revue d'histoire critique, n. 102, 2007, p. 147-167.

LÖWY, Michael. Revolução burguesa e revolução permanente em Marx e Engels. *Discurso* 9, 1978, p. 129-152.

_____; SAYRE, Robert (Coaut.) *Romantismo e política*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

LUKÁCS, György. *Ensayos sobre el realismo*. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1965.

_____. *Problèmes du réalisme*. Paris: L'Arche, 1975.

_____. *Reviews and articles from Die rote Fahne*. [S.L]: Dufour Edition, 1983.

MAGGI, Michele. *La formazione dell'egemonia in Francia*. Bari: De Donato, 1977.

MARTELLI, Michele. *Gramsci: filosofo della politica*. Milano: Unicopli, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Sagrada família: ou a crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATHIEZ, Albert. *Le bolchévisme et le jacobinisme*. Paris: Librairie du Parti Socialiste et de l'Humanité. 1920.

_____. Lénine et Robespierre. *Floréal: l'hebdomadaire illustre du monde du travail*. 12 jun. 1920. Disponível em: <http://gallica.bnr.fr>. Acesso em: 15 de março de 2014.

_____. *La Révolution française*. 3 tomos. Paris: A. Colin, 1922-1927.

_____. *La vie chère et le mouvement social sous la Terreur*. Paris: Payot, 1973.

_____. *História da revolução francesa*. São Paulo: Atena, [19-]. 3v.

- MEDICI, Rita. *Giobbe e Prometeo: filosofia e politica nel pensiero di Gramsci*. Firenze: Alinea, 2000.
- MENA, Javier. *Gramsci y la revolución francesa*. Ciudad del México: Plaza y Valdés, 1996.
- PAGGI, Leonardo. *Le strategie del potere in Gramsci: tra fascismo e socialismo in un solo paese, 1923-1926*. Roma: Riuniti, 1984.
- PANNÉ, Jean-Louis. Albert Mathiez et le communisme. *Les Cahiers d'Histoire sociale*, v. 18, 2001, p. 9-22.
- PICCONI, Paul. *Italian marxism*. Berkeley: Univ. of California, 1983.
- POGREBINSCHI, Thamy. Marx: Um democrata jacobino? In: 5 Colóquio Internacional Marx e Engels. Campinas, 2007. *Anais eletrônicos...* Campinas: CEMARX, 2007, p. 1-11.
- PUISAYE, Joseph. Mémoires du comte Joseph de Puisaye: qui pourront servir à l'histoire du Parti royaliste François durant la dernière Révolution. Tome 6/ Partie 1. London: Impr. De Coz, fils et Baylis, 1803.
- RAGONIERI, Ernesto. Gramsci e il dibattito teorico nel movimento operaio internazionale. In: ROSSI, Pietro (a cura di). *Gramsci e la cultura contemporanea*. Atti del convegno internazionale di studi gramsciani tenuto a Cagliari il 23-27 aprile 1967. Roma: Riuniti, 1975. Il vol.
- RAO, Anna Maria. France et Italie: le jacobinisme en question. In: *La Révolution française au carrefour des recherches*. LAPIED, Martine. PEYRARD, Christine (org.). Aix-en-Provence, França: Univ. de Provence, 2003a.
- _____. Lumières et révolution dans l'historiographie italienne. *Annales historiques de la Révolution française*, n. 334, octobre-décembre 2003b.
- _____. La Société des Etudes Robespierristes, les AHRF et l'espace historiographique italien. *Annales historiques de la Révolution française*. n. 353. Armand Colin, Société des études robespierristes, 2008.

- RAPONE, Leonardo. *O jovem Gramsci: cinco anos que parecem séculos (1914-1919)*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- RENARD, Maxime, *L'héritage du jacobinisme*, Paris: L'Harmattan, 2015.
- SAND, Shlomo. Le Marxisme et les intellectuels vers 1900. In: REBÉRIOUX, Madeleine. *Jaurès et les intellectuels*. Paris: Editions de l'Atelier, 1994.
- SANTATO, Guido. *Il giacobinismo italiano*. Utopie e realtà fra Rivoluzione e Restaurazione. Padova: Vallardi, 1990.
- SAPEGNO, Natalino. Gramsci e i problemi della letteratura. In: ROSSI, Pietro (a cura di). *Gramsci e la cultura contemporanea*. Atti del convegno internazionale di studi gramsciani tenuto a Cagliari il 23-27 aprile 1967. Roma: Riuniti, 1975.
- SCHIRRU, Giancarlo. Dialetto, Stato e anarchia: Salvioni e Bakunin, in Itinerari salvioniani. In: LOPORCARO, Michele (a cura di). *Per Carlo Salvioni nel centocinquantesimo della nascita*. Tubinga e Berna: Francke, 2011. p. 97-114.
- SILVA, Ricardo. Pierre Rosanvallon e as Metamorfoses da Legitimidade Democrática. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2009, Rio de Janeiro, RJ. *Anais...* Rio de Janeiro-RJ, 2009. Disponível em: <www.sbsociologia.com.br>. Acesso em: 29 dez. 2011.
- SILVESTRINI, Flavio. Dopo la trincea: Gramsci, "L'Ordine Nuovo" e la rivoluzione italiana. *Etica & Politica/Ethics & Politics*, XIV, 2012, 2, p. 150-196.
- SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. *History and Theory*, v. 8, n.1, p. 3-53, 1969.
- SOBOUL, Albert. Jaures, Mathiez et l'histoire de la Revolution francaise. In: *Annales historiques de la Révolution française*. Société des Etudes Robespierristes, 1979. p. 443-454.
- SPRIANO, Paolo. *Storia del partito comunista italiano*. Torino: G. Einaudi, 1967.
- SUTTON, Michael. *Charles Maurras et les catholiques français (1890-1914): nationalisme et positivisme*. v. 25. Paris: Editions Beauchesne, 1994.

- TCHOUDINOV, Alexandre V. La Révolution française: de l'historiographie soviétique à l'historiographie russe, "changement de jalons". *Cahiers du monde russe*, v. 43, n. 2, p. 449-462, 2002.
- TEXIER, Jacques Remy Antoine. *Revolução e democracia em Marx e Engels*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.
- THOMAS, Peter D. *The Gramscian moment: philosophy, hegemony and Marxism*. v. 24. Leiden, Boston: Brill, 2009.
- TOCQUEVILLE, Alexis. *L'ancien régime et la révolution*. Paris: Les Éditions Gallimard, 1952.
- TOSEL, André. *Gramsci e a Revolução Francesa*. Novos Rumos, São Paulo, v. 9, n. 22, 1994.
- TRICHILO, Giorgio. La socialdemocrazia tedesca nello specchio della "Critica sociale"(1899-1904)". *Studi storici* 36.2 (1995): 415-444.
- VIGREUX, Jean. Les paysans communistes. In: *Le siècle des communistes*. DREYFUS, Michel. GROPPPO, Bruno. INGERFLOM, Claudio Sergio et al (Orgs). Paris: Editions de l'Atelier, 2000.
- _____. Les partis communistes de la CEE et la fin des paysans. In: WOLIKOW, Serge (Org.) *Cultures communistes au XXe siècle*. Entre guerre et modernité. Paris: La Dispute, 2003.
- VIGREUX, Jean; WOLIKOW, Serge; CARREZ, Maurice. *Cultures communistes au XXe siècle: entre guerre et modernité*. La Dispute, 2003.
- VOVELLE, Michel. *Jacobinos e Jacobinismo*. Bauru: EDUSC, 2000.
- _____. *Les jacobins: de Robespierre à Chevènement*. Paris: La Découverte, 2001.
- _____. *Combates pela Revolução Francesa*. Bauru: EDUSC, 2004.
- WILSON, Stephen. EVENSON, Malvine. La France et l'étranger. Aspects du nationalisme de L'Action Française. *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, v.20, n.3, 1973, p. 464–479.

WOLIKOW, Serge. Aux origines de la galaxie communiste: l'Internationale. In: DREYFUS, Michel. GROPPPO, Bruno. INGERFLOM, Claudio Sergio *et al* (Orgs) *Le siècle des communistes*. Paris: Editions de l'Atelier, 2000.

_____. *Cultures communistes au XXe siècle*. Entre guerre et modernité. Paris: La Dispute, 2003.

_____. *L'internationale communiste, 1919-1943: le Komintern ou le rêve déchu du parti mondial de la révolution*. Paris: Editions de l'Atelier, 2010.

_____. Problèmes méthodologiques et perspectives historiographiques de l'histoire comparée du communisme. *Cahiers d'histoire*. Revue d'histoire critique 112-113, 2010b, p.19-24.

WOOLF, Stuart J. La rottura rivoluzionaria com il passato (1789-1799). In: *Storia d'Italia*. Torino: G. Einaudi, 1973.